



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA ALANE PEREIRA DE BRITO

MÃOS DE QUEM PLANTA, COLHE E ENTREGA:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE

FORTALEZA

2024

MARIA ALANE PEREIRA DE BRITO

MÃOS DE QUEM PLANTA, COLHE E ENTREGA:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Salgueiro Chacon

Coorientadora: Dr.^a Maria Laís dos Santos Leite

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B876m Brito, Maria Alane Pereira de.

Mãos de quem planta colhe e entrega : uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Barbalha-CE / Maria Alane Pereira de Brito. – 2023.
141 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

Coorientação: Profa. Dra. Maria Laís dos Santos Leite.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2. Avaliação com base na sustentabilidade. 3. Agricultura familiar. 4. Segurança alimentar e nutricional. 5. Ancestralidade. I. Título.

CDD 320.6

MARIA ALANE PEREIRA DE BRITO

MÃOS DE QUEM PLANTA, COLHE E ENTREGA:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 23/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr.^a Maria Laís dos Santos Leite (Coorientadora)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof.^a Dr.^a Verônica Salgueiro do Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Victória Regia Arrais de Paiva
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Dedico esse trabalho a todas mulheres e homens da terra, das matas, das florestas. Guardiãs e guardiões dos saberes mais importantes e puros da vida. Minha mais sincera gratidão!

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

À espiritualidade, ao Grande Espírito Deus, a minha Mãe Divina manifestada na força e grandeza da natureza, aos seres de luz, de bondade, e à minha ancestralidade indígena que me conecta as sagradas medicinas, aos ensinamentos de cada fagulha de bondade, de afeto, de amor, e compaixão pela vida.

À minha força, dedicação e perseverança, que permitiram-me concluir essa etapa da vida, apesar de tantas barreiras e desafios que me foram impostos.

À minha família, minha mãe Cícera, minhas irmãs Aline e Amanda, meu pai Virgílio (*in memoria*), meu padrasto Francisco, meu sobrinho Ravi, meus avós Carolina (*in memoria*) e Elias, que são inspirações para realização desse trabalho.

Às minhas orientadoras nesse caminho. A professora Suely Chacon, pela gentileza ao ensinar, ao caminhar, ao partilhar, por sua compreensão, carinho e empatia. A Laís Leite pela parceria desde a graduação, pela sabedoria, gentileza e carinho. Obrigada as duas por tantos frutos plantados e colhidos ao longo desse percurso, aprendi e desejo aprender muito com vocês!

Às professoras Verônica Salgueiro e Victória Régia por fazer parte da minha banca e contribuir com a construção desse trabalho, e pelos muitos outros ensinamentos e atravessamentos para além desse espaço.

Aos meus amigos e amigas que me ampararam nos momentos difíceis, compartilharam alegrias, sorrisos, memórias. Suas existências engrandecem meu ser!

Aos agricultores e agricultoras que me receberam em suas casas com café, biscoitos e muito afeto para partilhar suas histórias. Sua participação foi a base para a realização da pesquisa, e seu trabalho é a base para a melhoria da alimentação e alcance da sustentabilidade no mundo.

Aos meus(minhas) colegas do PPGAPP que partilharam dessa trilha comigo. Aos meus(minhas) professores(as) que ensinaram e me inspiraram para além do espaço físico da sala de aula.

“Olha no espelho dos olhos pra reconhecer que a gente não se parece, somos o mesmo ser. Vivendo a mesma pele, o mesmo envelhecer, o mesmo brilho nos olhos” (Advan Haschi).

RESUMO

Esta pesquisa avaliou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) quanto ao impacto da aquisição de produtos da agricultura familiar, na vida de agricultores e agricultoras destinatárias do município de Barbalha-CE, no período de 2019 a 2022. Para isso, teve como objetivos específicos: Identificar quem são os(as) agricultores(as) familiares que participam do Pnae, através de suas percepções e levantamento de dados socioeconômicos; Investigar como o Programa impacta a vida dos(as) destinatários(as), no que diz respeito à renda e seus possíveis desdobramentos; Examinar a relação dos(as) agricultores(as) com a política pública Pnae e a promoção da segurança alimentar e nutricional; e Averiguar o papel dos(as) agricultores(as) para o desenvolvimento ambiental do município. Ademais, utilizou como abordagem avaliativa a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), propondo uma análise baseada nas quatro dimensões da sustentabilidade: social, econômica, institucional-política e ambiental. Adotou-se como abordagem e estratégia metodológica, a Pesquisa Qualitativa e o Estudo de Caso, tendo como procedimentos de coleta de dados a Pesquisa Bibliográfica, Documental e Pesquisa de Campo, onde realizou-se Entrevistas Semiestruturadas, Formulários e Entrevistas em Profundidade com agricultores(as) destinatários(as) e representantes do poder público atuantes na política pública em questão. Ademais, a Análise de Discurso foi o método escolhido para a análise dos dados coletados no período de abril à agosto de 2023. Evidenciou-se, portanto, que a integração de produtos locais na alimentação escolar não apenas fortalece a segurança alimentar nas escolas, mas também emerge como um vetor transformador nas comunidades rurais. Observou-se também os desafios enfrentados por esses atores e atrizes, como a necessidade de aprimoramento nas políticas de incentivo à agricultura familiar, e o aumento do incentivo à produção, através de assistência técnica, e a garantia de preços justos pelos produtos fornecidos, bem como, as mudanças e impactos significativos em suas vidas a partir da atuação no Pnae.

Palavras-Chave: programa nacional de alimentação escolar; avaliação com base na sustentabilidade; agricultura familiar; segurança alimentar e nutricional; ancestralidade.

ABSTRACT

This research evaluated the National School Feeding Program (Pnae) regarding the impact of purchasing products from family farming on the lives of recipients farmers in the municipality of Barbalha-CE, from 2019 to 2022. To this end, the objectives were specific: Identify who are the family farmers who participate in the Pnae, through their perceptions and collection of socioeconomic data; Investigate how the Program impacts the lives of recipients, with regard to income and its possible consequences; Examine the relationship between farmers and the Pnae public policy and the promotion of food and nutritional security; and Investigate the role of farmers in the environmental development of the municipality. Furthermore, it used the Sustainability-Based Assessment (ABS) as an evaluative approach, proposing an analysis based on the four dimensions of sustainability: social, economic, institutional-political and environmental. Qualitative Research and Case Study were adopted as a methodological strategy, with data collection procedures being Bibliographical, Documentary and Field Research, where Semi-structured Interviews, Forms and In-Depth Interviews were carried out with recipient farmers(as) and representatives of public authorities active in the public policy in question. Furthermore, Discourse Analysis was the method chosen to analyze the data collected between April and August 2023. It was therefore evident that the integration of local products into school meals not only strengthens food security in schools, but also emerges as a transformative vector in rural communities. The challenges faced by these actors and actresses were also observed, such as the need to improve policies to encourage family farming, and the increase in incentives for production, through technical assistance, and the guarantee of fair prices for the products supplied, as well as such as, the significant changes and impacts on their lives resulting from their work at Pnae.

Keywords: national school feeding program; assessment based on sustainability; family farming; food and nutrition security; ancestry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Chapada do Araripe	23
Figura 2 – Floresta Nacional do Araripe	24
Figura 3 – Soldadinho do Araripe	24
Figura 4 – Mestres da Cultura Tradicional do Cariri	25
Figura 5 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	31
Figura 6 – Pilares da Agenda 2030	31
Figura 7 – Mapa da Região Metropolitana do Cariri (RMC)	37
Figura 8 – Mapa do município de Barbalha/CE	38
Figura 9 – Área produtiva no sopé da Chapada do Araripe em Barbalha/CE	39
Figura 10 – Funções do(a) Nutricionista Responsável Técnico do Pnae	63
Figura 11 – Dez passos para comprar da agricultura familiar	65
Figura 12 – Distribuição por gênero de pessoas cadastradas no Pnae em 2021 e 2022	74
Figura 13 – Distribuição por cor dos(as) agricultores(as) entrevistadas	76
Figura 14 – Distribuição por idade dos(as) agricultores(as) entrevistadas	77
Figura 15 – Distribuição por nível de escolaridade dos(as) agricultores(as) entrevistadas ..	77
Figura 16 – Nível de escolaridade dos(as) filhos(as) dos(as) agricultores(as) entrevistadas	78
Figura 17 – Depoimentos sobre a relação com a agricultura	80
Figura 18 – Renda básica da agricultura familiar por estabelecimento no Ceará	85
Figura 19 – Renda mensal por agricultor(a)/família entrevistado	85
Figura 20 – Fontes de Renda dos(as) agricultores(as) entrevistadas	86
Figura 21 – Escoamento da produção dos(as) agricultores(as) entrevistadas	87
Figura 22 – Quadro Resumo do controle do limite de venda	94
Figura 23 – Tipos de produtos vendidos ao Pnae pelos(as) agricultores(as) entrevistadas ..	97
Figura 24 – Área de cultivo na comunidade Barro Vermelho em Barbalha/CE	107
Figura 25 – Utilização de produtos nas áreas de produção dos(as) agricultores(as)	109
Figura 26 – Paisagem da Chapada do Araripe registrada nas andanças da pesquisadora	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos produtores do Pnae por comunidade	41
Quadro 2 – Distribuição da amostragem dos(as) produtores(as) do Pnae entrevistadas	42
Quadro 3 – Objetivos Especificos, dimensões ABS, variáveis e métodos	46
Quadro 4 – Diretrizes do Pnae	60
Quadro 5 – Atribuições do CAE	62
Quadro 6 – Comparativo das informações sobre habitação dos(as) entrevistadas	79
Quadro 7 – Orçamento repassado ao município de Barbalha no período de 2019-2022	89
Quadro 8 – Relatos dos(as) agricultores(as) sobre compras realizadas através do Pnae	90
Quadro 9 – Pontos positivos e negativos do Pnae segundo os(as) agricultores(as).....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	Avaliação com Base na Sustentabilidade
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEs	Conselhos de Alimentação Escolar
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CGU	Controladoria Geral da União
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DF	Distrito Federal
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
Ematerce	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FLONA	Floresta Nacional
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
GESTRAF	Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar
IA	Insegurança Alimentar
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ITEPS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários
MAPP	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MEC	Ministério da Educação
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil

PDC	Permaculture Design Course
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGAPP	Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMC	Região Metropolitana do Cariri
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEDUC	Secretarias Estaduais de Educação
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
2	TRILHAS QUE DIRECIONAM AO TEMA	19
2.1	Raízes que nutrem a vida: Justificativa da escolha do tema	19
2.2	O Cariri dos encantos: Contexto histórico da Região do Cariri cearense	21
2.3	Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS): Uma abordagem voltada à sustentabilidade	26
3	O TILINTAR DA ENXADA NO CAMINHO: PERCURSO METODOLÓGICO	33
3.1	Abordagem e Tipologia da Pesquisa	33
3.2	Lócus e Período do Estudo	36
3.3	Atores e Atrizes da Pesquisa	40
3.4	Procedimentos de Coleta de Informações	43
3.5	Análise das Informações	47
4	BASES, CAMINHOS E REFLEXÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DO PNAE: AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	50
4.1	Reflexões sobre os conceitos de agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional no Brasil	50
4.2	Trajетória do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	56
4.2.1	Histórico inicial: 1955 a 2000	56
4.2.2	Objetivos, avanços e desafios: 2000 a 2020	59
4.2.2.1	Conselhos de Alimentação Escolas (CAEs)	61
4.2.2.2	Nutricionista como Responsável Técnico(a) (RT) do programa	62
4.2.2.3	Aquisição de produtos da agricultura familiar	64
4.2.3	Da pandemia da Covid-19 ao nascer de novos dias: 2020 a 2023	69
5	MÃOS DE QUEM PLANTA, COLHE E ENTREGA: A AVALIAÇÃO DO PNAE SOB O OLHAR DOS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES ..	73
5.1	Dimensão Social	73
5.1.1	Gênero, cor, idade, escolaridade	74
5.1.2	Estado civil, informações sobre a família e questões sobre habitação	77

5.1.3	Modos de vida e cotidianos na relação com a agricultura familiar e seus territórios	80
5.2	Dimensão Econômica	83
5.2.1	Renda mensal individual e familiar, fontes e formas de utilização de renda	84
5.2.2	Percepções a respeito de aspectos econômicos do Pnae	88
5.3	Dimensão Institucional-política	91
5.3.1	O Pnae no município de Barbalha: Relato do poder público	92
5.3.2	O Pnae no município de Barbalha: Pelo olhar dos(as) agricultores(as) familiares	96
5.3.3	O Pnae no município de Barbalha: Período da Pandemia	102
5.4	Dimensão Ambiental	104
5.4.1	Agricultura familiar no município de Barbalha e suas percepções	105
5.4.2	Apreciação sobre as formas e técnicas de produção da agricultura familiar	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PROFISSIONAIS RELACIONADOS AO PNAE	131
	APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES E AGRICULTORAS BENEFICIÁRIAS DO PNAE	136
	APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM AGRICULTORES E AGRICULTORAS DESTINATÁRIAS DO PNAE	140
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	142

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os últimos anos têm sido marcados por crescentes crises no cenário político, econômico e social no Brasil. O fenômeno da pandemia da Covid-19 que assolou o mundo inteiro, a partir do final de 2019, trouxe fortes consequências, não apenas em ordem biomédica e epidemiológica, mas impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos para a população brasileira.

O Brasil, foi o segundo país com maior índice de óbitos do mundo, 699.310 mortes, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2023), frente a um governo neoliberal, conservador e negacionista que negligenciou medidas de prevenção e proteção das pessoas, bem como, proferiu críticas e assumiu posturas de incredulidade em relação à vacina, tomados por comportamentos desumanos.

Ademais, outro grave cenário é exprimido no país. A fome atinge 33,1 milhões de pessoas em 2022, somente quatro entre 10 famílias conseguem ter acesso pleno à alimentação, de acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022).

O Ceará foi o oitavo Estado com maior proporção de domicílios com moradores vivendo em Insegurança Alimentar (IA) grave (26,3%) do Brasil, na pandemia, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece, 2022). Outrossim, apenas 18,2% dos domicílios cearenses tiveram moradores vivendo em situação de segurança alimentar, percentual menor que a da Região Nordeste (31,9%).

Além disso, no início do ano de 2023, o caso do genocídio do povo *Yanomami* vem à tona, numa chuva de imagens e notícias de quadros de subnutrição extrema, que os mesmos vinham sofrendo nos últimos anos. Uma situação devastadora, que advém de um modelo necropolítico de Estado que não só ignora a existência e as especificidades dos povos originários, quanto fecha os olhos e abre as portas para o garimpo que contamina as águas e o solo da Floresta Amazônica, envenenando o *Buen Vivir*¹ desse espaço no mundo.

É nesse contexto de consternação, que se vê a necessidade de refletir sobre a fome, a miséria, e as inúmeras problemáticas sociais, bem como, lutar pelas possíveis soluções. Sabe-

¹ Buen Vivir ou Bem viver é um conceito nascido no seio da cultura indígena do Equador, onde traduzido na língua materna kichwa (*sumak kawsay*) e apresentado por estudiosos, especialmente Acosta (2011), refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta.

se que as políticas públicas adentram nesse sentido, como ferramentas potentes para atender as demandas da sociedade, na busca pela reparação das desigualdades e promoção do bem-estar de segmentos sociais. No caso da fome, por exemplo, o Brasil já foi referência internacional em seu combate, pois entre 2004 e 2013, o Estado investiu em políticas públicas de erradicação da pobreza e da miséria, que reduziram a fome para menos da metade do índice inicial (Rede PENSSAN, 2022).

Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) se apresenta como um mecanismo de promoção da alimentação saudável, e é considerado um dos maiores programas do mundo no que se refere ao atendimento universal de escolas da rede pública e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Criado inicialmente com o título de Campanha de Merenda Escolar, em 1955, o Pnae, caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional.

Ao longo dos 68 anos de existência, o Pnae passou por inúmeras alterações, adequações e mudanças significativas para melhor alcançar seu principal objetivo: contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis de estudantes matriculados(as) em escolas públicas, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (Brasil, 2017).

Assim, com o intuito de fortalecer a oferta de alimentos mais saudáveis no cardápio escolar, e assegurar a segurança alimentar e nutricional de estudantes, a Lei nº 11.947 (Brasil, 2009, art.14) garante que, no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Este encontro, da alimentação escolar com a agricultura familiar, tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, uma vez que permite aos(as) estudantes da rede pública de todo o Brasil, o consumo diário de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar local.

Posto isso, tomei para esta pesquisa, os seguintes pressupostos: a) as políticas públicas são a principal ferramenta para realizar profundas mudanças na sociedade, logo, combater a fome e a miséria; b) a agricultura familiar pode contribuir significativamente para este cenário. Assim, busquei responder a seguinte problemática: “Quais as contribuições e impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na vida dos(as) agricultores(as) destinatários(as)?”, e assim, compreender este caminho traçado entre a política pública supracitada, a agricultura familiar e a superação do problema social, no caso, a fome.

Para respondê-la, avaliei o Programa, tendo como base sua 5ª diretriz, estabelecida na Lei nº 11.947 (Brasil, 2009, art. 2, inc. V), que dispõe “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”. Para isso, os agricultores e agricultoras destinatárias são os(as) principais atores e atrizes da pesquisa, e o município de Barbalha-CE, o *lócus*.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi: Avaliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) quanto ao impacto da aquisição de produtos da agricultura familiar, na vida de agricultores e agricultoras destinatárias do município de Barbalha-CE, no período de 2019 a 2022. Já os objetivos específicos foram: 1. Identificar quem são os(as) agricultores(as) familiares que participam do Pnae, através de suas percepções e levantamento de dados socioeconômicos; 2. Investigar como o Programa impacta a vida dos(as) destinatários(as), no que diz respeito à renda e seus possíveis desdobramentos; 3. Examinar a relação dos(as) agricultores(as) com a política pública Pnae e a promoção da segurança alimentar e nutricional; 4. Averiguar o papel dos(as) agricultores(as) para o desenvolvimento ambiental do município.

Utilizei a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS) como abordagem avaliativa dessa política pública, em que se propõe um percurso avaliativo baseado nas premissas da sustentabilidade. Chacon e Nascimento (2020) mencionam um movimento que inclui quatro dimensões básicas: social, econômica, ambiental e institucional-política, que embasaram a avaliação do Pnae. Nesse sentido, empreguei estas dimensões em conjunto com os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos desta pesquisa, uma vez que se tem a compreensão da sustentabilidade como um caminho necessário, urgente e ideal para avaliar políticas públicas.

Assim sendo, a pesquisa trouxe à tona questões importantes sobre a execução do programa no município supracitado. Deu visibilidade à fala e à história das mulheres e homens do campo que formam uma relevante parte dessa política pública e assim garantem uma alimentação de qualidade aos(às) estudantes das escolas da rede pública. Percebeu a contribuição da agricultura familiar para o enfrentamento da fome e da miséria no nosso país. Somou com as pesquisas científicas e acadêmicas que discutem esse tema, e assim, tal conhecimento pode tornar-se mecanismo de mudança, denúncia, e transformação de muitas realidades rurais.

2 TRILHAS QUE DIRECIONAM AO TEMA

Este capítulo faz um exercício de caminhar por alguns espaços para introduzir informações importantes aos(às) leitores(as). Inicialmente apresento-lhes um pouco da trajetória de vida pessoal e profissional da autora, uma vez que essa é a principal motivação para a realização desta pesquisa. Posteriormente, intento levar o(a) leitor(a) a uma viagem imaginária, utilizando histórias, fatos e imagens do território em que se realizou a pesquisa, pois conhecer a terra em que pisamos é essencial para este propósito. E finalmente, exponho a abordagem avaliativa que direcionou a análise dos dados colhidos e assim avaliou a política pública em questão, trazendo alguns conceitos e reflexões sobre sustentabilidade.

2.1 Raízes que nutrem a vida: Justificativa da escolha do tema

Se pararmos para observar uma árvore, perceberemos em sua composição que seus galhos se conectam com outros e que as folhas se prendem a estes inúmeros galhos. Se olharmos para as raízes perceberemos que elas se entrelaçam numa imensa profundidade para garantir vida e resistência. Assim como as árvores guardam memórias e códigos genéticos, nós carregamos as mesmas memórias genéticas e afetivas de nossos(as) ancestrais. Com isso, afirmo que essa pesquisa é sobre ancestralidade.

As motivações pessoais para sua realização, remetem ao valor simbólico de ter nascido e vivido até os 15 anos no interior do município de Jardim-CE, bem como ter tido a agricultura familiar como sustentáculo e base dos meus princípios humanos. Crescer sob a influência de pessoas como minha mãe, meu pai e meus avós, suscita o desejo de reviver a memória e transcrever a luta e garra desse povo que trabalha na roça, cuida e sustenta sua família com os frutos da terra.

Ademais, essa mesma memória de luta e de garra remete também a histórias de sofrimentos, privações, falta de acesso à saúde, educação, moradia, cultura, alimentação de qualidade, que eu passei, vi e ouvi minha família passar (noutros contextos, claro). Foi com o acesso a uma educação de qualidade – através de uma universidade federal pública – que pude perceber e aprender que o contexto rural não era aquele cenário de suplício, e sim, um espaço vulnerabilizado pelo Estado e pelo sistema econômico, e que as políticas públicas são caminhos necessários para proporcionar uma vida digna e humana (e aqui não falo sobre padrões de vida, falo sobre preservação da vida em sua essência).

Por esse motivo, com os olhos de gestora pública, preocupo-me em refletir como as políticas públicas rurais contribuem para a manutenção e permanência dos saberes ancestrais e assim favorecem a garantia de melhores condições de vida. Com olhos de filha e neta de agricultores, enxergo a importância que as políticas públicas têm para esse âmbito, uma vez que elas são a mais potente ferramenta para chegar a todas as pessoas. Com olhos humanos, me sensibilizo pelo crescente número de pobreza e fome daqueles que foram marginalizados pela história colonizadora do nosso país, em que a zona rural se encontra nessa esfera.

A escolha do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) se deu pela aproximação com o tema durante minha formação acadêmica/profissional e através de conexões da vida pessoal. Não foi, e não é fácil olhar para um quadro nefasto de fome em todo o nosso país, muito menos, olhar para a zona rural e perceber o quão marginalizada é, pela falta de cuidado e atenção do poder público. Essa empatia que sinto, atribuo a capacidade de ser humana e também pelas memórias de minhas raízes.

Durante a graduação em Administração Pública na Universidade Federal do Cariri (UFCA), atuei em diversos projetos de extensão relacionados a agricultura familiar, gênero, economia solidária, educação popular, gestão social que foram base para minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada: Mulheres da Terra: Um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na vida das agricultoras beneficiárias do município de Jardim-CE, em que pude reconectar-me com minha terra natal, com meus ancestrais e principalmente, estudar e enxergar de uma forma mais profunda, a importância das políticas públicas para o desenvolvimento humano, social e econômico no contexto rural.

Logo depois, enquanto graduada, tive a oportunidade de trabalhar como bolsista técnica da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS/UFCA), experiência que proporcionou a abertura de muitas portas e aprendizados. Nela tive contato direto com a agricultura agroecológica atuando na implementação de Quintais Produtivos com mulheres da comunidade Baixio dos Oitis em Crato-CE. Além disso, no mesmo projeto, participei de várias oficinas práticas sobre agricultura, uma das que me marcou profundamente foi a oficina de Sistemas Agroflorestais, em que pude trabalhar com as mãos e pés na terra, lembrou-me do gosto e do poder dessa conexão, para muito além dos estudos teóricos, posso afirmar, que atinge o viés espiritual.

Ainda na trajetória profissional, trabalhei três anos na Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, na qual tive a oportunidade de conhecer inúmeros(as) agricultores(as) e experiências de agricultura familiar. Inclusive, a

secretaria foi responsável por acompanhar a implementação do Condomínio de Produção Familiar Dona Bia, a primeira família a ter uma produção orgânica reconhecida pela Comissão de Produção Orgânica no Estado do Ceará, no município supracitado. Acompanhar essa história foi certamente um enorme aprendizado nesse sentido, pois é notório e grandioso o poder transformador da agricultura familiar e agroecológica.

Concomitante a tais vivências, minha caminhada espiritual também me enlaça muito a temática da agricultura, pois fiz parte durante seis anos, do Espaço Xamânico Morada da Jurema em Crato-CE, no qual, em busca pela conexão espiritual comigo mesma, reencontrei o amor pela terra nas práticas ancestrais indígenas. Nesse Espaço, tive a alegria de plantar, de colher, e espalhar sementes que estou colhendo aos poucos, inclusive nesse espaço acadêmico da UFC. Ademais, foi através deste espaço e das relações afetivas construídas no mesmo, que me aproximei de outra temática muito importante: a Permacultura, que tem como princípios base: o cuidado com a terra, com as pessoas e a partilha justa, cujas lições levo para a vida.

Essa caminhada prossegue então na escrita dessa Dissertação, cujo objetivo foi dar continuidade a falar com o coração em todos os âmbitos da vida, inclusive ao tratar de políticas públicas. É por isso que ao compreender as inúmeras dimensões que o Pnae engloba, decidi focar na vertente da agricultura familiar, especificada na 5ª diretriz da política, que incentiva a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar. Assim, me debrucei sobre essa dimensão tão importante para o alcance do objetivo principal da política supracitada, dando visibilidade e espaço as inquietações, desafios e contribuições de tais atores e atrizes.

Além disso, pessoalmente, o principal objetivo da escrita dessa pesquisa foi contribuir para a melhoria do acesso de políticas públicas como essa, pelos(as) agricultores(as), bem como ser uma ferramenta de fortalecimento desses mecanismos de mudanças sociais. Portanto, tratou-se então de uma forma de agradecimento e de luta aos/com meus(minhas) ancestrais por terem sido pilares na construção do meu eu e me ensinar a viver a vida com força e coragem. Suas raízes que me nutrem e que se conectam através da natureza, me trazem até aqui e me levam a lutar por esse bem precioso.

2.2 O Cariri dos encantos: Contexto histórico da Região do Cariri cearense

Para além de suas demarcações geográficas, de seus recortes físicos e socioeconômicos, o Cariri se afirma por saberes, fazeres e memórias de um Ceará mítico. E é

nesse movimento de honrar a ancestralidade, que trago aqui, algumas informações sobre o processo histórico de construção desse território fascinante.

Encontra-se na literatura uma pluralidade de abordagens de compreensão do termo Cariri. Gonçalves (2016) identifica pelo menos quatro tipos que sofreram variações ao longo do tempo: a primeira forma aborda o Kariri dos povos nativos; a segunda, a dos coronéis; a terceira, o Cariri da Igreja Católica e, finalmente, o Cariri do Estado. Por isso, o autor lança a seguinte questão: É possível falar num único Cariri?

Acredito que não seja possível falar de um único Cariri, uma vez que seu povo é diverso e plural. Porém, me detenho aos aspectos mais simbólicos dessa narrativa, na tentativa de apresentar histórias que vão além de uma racionalidade colonizadora.

Iniciemos com o mito² fundador da nação Kariri, em que o texto “Cariri – A Nação das Utopias” do cineasta e pesquisador cultural, Rosemberg Cariry (2001, n.p.), descreve:

Afirma a tradição que o Cariri era o território mítico de Badzé – o deus do fumo e civilizador do mundo. No princípio era a Trindade: Badzé era o Grande- Pai, Poditã era o filho maior e Warakidzã (senhor do sonho), o filho menor. Os dois irmãos habitavam a constelação de Órion. Badzé enviou Poditã, o seu filho preferido, para a terra Cariri e esse ensinou aos índios a reconhecer os frutos, a caçar animais, a fazer farinha de mandioca, a preparar utensílios de uso cotidiano, a dançar, a cantar e a fazer os rituais de pajelanças.

As narrativas míticas indígenas, muitas vezes misturadas com narrativas religiosas cristãs e com as afro-brasileiras, trazem memórias de um tempo cujos saberes formaram a cultura e o modo de vida do território. O Cariri de nossos bisavós, avós e pais reverberam toda a força, a resistência e a relação de cuidado com a terra, que sua ancestralidade indígena repassou. “Para os índios que habitavam a região, o vale do Cariri cearense já era ‘território sagrado’, bem antes que os primeiros colonizadores católicos chegassem para a conquista, a posse e o saque” (Cariry, 2001, n.p.). A história dos Kariris, não foi diferente das demais histórias dos nativos no Brasil, a tragédia do processo civilizatório no destino desses povos, que aqui, se fundiram nas mãos dos colonizadores fazendeiros, criadores de gados e vaqueiros.

Nesses entraves de poder, a Terra das Araras como era chamada pelos índios Kariri, foi sendo substituída por um Cariri multifacetado por figuras religiosas, coronelistas e estatais, como ressalta Gonçalves (2016). Inclusive, a Terra das Araras representa a etimologia de Araripe, nome dado à maior riqueza ambiental e cultural do nosso território: a Chapada do Araripe, onde “Araripe” deriva do tupi antigo *ararype*, que significa “no rio das araras”. A

² O mito está longe de ser uma fábula, ou algo irreal. Mircea Eliade (2000) o descreve como modelo expresso nas civilizações primitivas, orientando em qualquer época a moral das condutas, e assim facilitando a compreensão dos homens e mulheres para conhecerem as especificidades que os envolvem.

Chapada do Araripe possui 178 km de extensão e está a 1.000 metros de altitude, abrigando nove sítios paleontológicos com fósseis de espécies como dinossauros, pterossauros, peixes e insetos, e que até hoje estão entre os mais bem preservados do mundo (CNN Brasil, 2022).

Figura 1 - Chapada do Araripe



Fonte: Augusto Pessoa (2009).

A Região do Cariri possui muitos tesouros ambientais, culturais e históricos. Cariry (2001) afirma que indígenas, negros e mestiços do Nordeste que formam o nosso povo, conheciam este território como “terra da fertilidade”, “chão sagrado”, bem antes das pregações do Padre Ibiapina e de Antônio Conselheiro, do milagre da beata Maria de Araújo e da fama do Padre Cícero, cujos nomes marcaram momentos e feitos importantíssimos na história do Cariri, principalmente relacionados a processos políticos e religiosos.

A fertilidade dessa terra é ressaltada por Cariry (2001) ao dizer que a Região do Cariri cearense é um oásis, o verde coração do semiárido nordestino. A Floresta Nacional (Flona) do Araripe, foi a primeira Unidade de Conservação Federal criada na categoria de Floresta Nacional (Flona) do Brasil e carrega um significativo valor histórico (Sales, 2021). Com uma flora e fauna muito rica, o Cariri tem como importante símbolo, o Soldadinho do Araripe, pássaro nativo da Chapada do Araripe, descoberto em 1996. Ademais, a Região abriga inúmeros sítios arqueológicos, os quais revelam que o Cariri foi habitado por outras tribos indígenas, além dos Kariris, que vieram atraídas pelas fontes de água da Serra do Araripe (Diário do Nordeste, 2007).

Figura 2 - Floresta Nacional do Araripe



Fonte: Augusto Pessoa (2011).

Figura 3 - Soldadinho do Araripe



Fonte: Ester Ramirez (2016).

A Região do Cariri, atualmente, compreende 28 cidades ao sul do Ceará, localizadas ao sopé da Chapada do Araripe, tendo como principal polo cultural, urbano e econômico, a Região Metropolitana formada principalmente pela conurbação dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Estas cidades agregam além das riquezas já mencionadas,

patrimônios de expressões da cultura imaterial, como celebrações, os saberes e fazeres dos Mestres da Cultura no Cariri³.

Figura 4 - Mestres de Cultura Tradicional do Cariri



Fonte: Serviço Social do Comércio (Sesc-CE)

Apesar do ambiente repleto de riquezas históricas, ambientais e culturais, o território do Cariri também tem em sua construção, aspectos contraditórios que resultaram em heranças estruturais de sujeição e exploração. Cortez, Cortez e Irffi (2013) ressaltam que a configuração das atividades econômicas praticadas no Cariri Cearense foi articulada ao trabalho escravo durante a segunda metade do século XIX, sendo um dos espaços responsáveis pelos índices de desenvolvimento econômico e social para a Província.

Historicamente, esta região se apresentou como um espaço economicamente diverso de alguns espaços do território cearense, em virtude das vantagens que o seu meio físico apresentava para a produção agrícola. Logo, foram delineadas, nesse período, as duas principais atividades econômicas da região: a lavoura, produção de derivados da cana de açúcar e a pecuária (Cortez; Cortez; Irffi, 2013).

Assim, Cavalcante, Silva e Reis Junior (2016) afirmam que nesse mundo em que as diversas atividades econômicas eram ligadas ao mundo rural, a classe senhorial tentava crescer suas riquezas a partir da exploração do trabalho das diversas classes que compunham

³ Os mestres e mestras da cultura tradicional popular são aqueles e aquelas que detêm um conhecimento ancestral recebido do meio familiar e/ou de prática de convivência no grupo ancestral que manteve/mantém o saber/fazer.

aquele mundo. Tal construção histórica revela mazelas que o Cariri atual ainda lida, como vemos nas relações paternalistas, patriarcalistas, patrimonialistas, colonialistas e elitistas que ainda perpetuam no nosso povo.

Porém, acreditando que a conexão com nosso passado – mesmo que lúgubre – e com aqueles que vieram antes de nós, nos encoraja a encontrar força e sabedoria para caminhar no futuro. E ainda, compreendendo que a relação com a terra que muitos homens e mulheres do campo – e não somente quem vive no campo, pois até mesmo do clima metropolitano de algumas cidades, é possível sentir a pulsação da Chapada do Araripe – advém justamente de toda a história de conexão, resistência, cuidado e afeto que o povo nativo do Cariri construiu e repassou até a atualidade. Assim, encerro essa sessão com um trecho do Cariry (2001, n.p.) que representa o que aqui se valoriza:

A grande riqueza e a grande contribuição do Cariri ao Brasil e ao mundo, não acontece através da cultura letrada e erudita, nem mesmo através do vigor da sua economia ou da sua importância política regional. O ouro dessa região é a cultura popular ou, como preferem os politicamente corretos, as culturas populares que possibilitaram um verdadeiro renascimento artístico – síntese e ensaio de uma brasilidade herdeira do mundo. A cultura cabocla-cariri, nascida da violência e do caos colonial, com seus heróis e suas artes de mil faces, com seus arquétipos e mitos, com sua orgia de forma e de cores, é uma cultura que ensaia uma nação brasileira mestiça e profunda. A cultura cabocla-cariri é, sobretudo, uma cultura generosa, pois nascida da violência e da exclusão se fez encontro e reciprocidade; crescida no múltiplo se fez síntese e, novamente, se afirmou na diversidade.

2.3 Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS): Uma abordagem voltada à sustentabilidade

A avaliação de políticas públicas, para além de uma etapa do “ciclo das políticas”, trata-se também de um campo de estudos aplicados com crescente produção no país. O Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAAP) e o Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) têm sido grandes contribuintes na construção de um arcabouço repleto de diferentes abordagens avaliativas, em que cabe a cada estudante conhecer, se aprofundar e então escolher uma dessas abordagens para avaliar a política pública desejada.

As abordagens avaliativas são orientadas por diversas matrizes paradigmáticas que consideram aspectos como: dimensões políticas, ontológicas, epistemológicas e metodológicas. De acordo com Cavalcanti (2007), o campo de avaliação de políticas públicas constitui uma subárea do conhecimento da ciência política, contudo, no âmbito dos programas mencionados, tal campo é considerado a partir de uma perspectiva multidisciplinar na medida em que agrega

aportes teórico-metodológicos de distintas disciplinas e áreas do conhecimento, constituindo-se interdisciplinarmente como um campo de saberes e práticas. Ademais, Gussi e Oliveira (2016) ressaltam que o campo da avaliação é bastante heterogêneo e constituído por diferentes paradigmas, demarcando dois grandes enfoques: o hegemônico e o contra-hegemônico.

O enfoque hegemônico é característico do modelo positivista que abarca as perspectivas técnico-gerencialistas de avaliação, no qual consistia exclusivamente como ferramenta de planejamento dirigida as pessoas formuladoras e gestoras de políticas. Esta perspectiva avaliativa é fomentada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e suas políticas de financiamento, que remetem a uma avaliação nos marcos políticos neoliberais (Gussi, 2019). Já o enfoque contra-hegemônico, trata-se, de acordo com Gussi e Oliveira (2016), de um campo avaliativo emergente, com outros desenhos e perspectivas epistemológicas e metodológicas, propondo uma ruptura à visão ortodoxa de exclusão e invisibilização dos(as) atores e atrizes sociais.

É nesse campo epistemológico/metodológico de avaliação, que busca por uma aproximação mais aprofundada da compreensão das realidades sociais, proposta pelo enfoque contra-hegemônico, está inserida a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), abordagem escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Suas premissas fundantes foram elaboradas por Chacon (2007), a partir de sua pesquisa de doutorado, posteriormente aperfeiçoada a partir dos trabalhos desenvolvidos em parceria por Chacon e Nascimento (2020).

A ABS propõe um percurso avaliativo para políticas públicas que se baseia nas premissas da sustentabilidade, institucionalizado, essencialmente adaptável, interdisciplinar, integrador, transversal, resistente às pressões políticas dos grupos de poder, e legitimado pela ampla participação social (Chacon; Nascimento, 2020). As autoras ressaltam que não se trata de avaliar políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, mas avaliar a política pública sob a ótica da sustentabilidade.

Para isso, é necessário compreendermos um pouco do debate sobre sustentabilidade para entendermos a importância da utilização desta abordagem.

Arnold Toynbee (1987, p. 36) diz que “o homem é a primeira espécie de ser vivo em nossa biosfera que adquiriu o poder de destruí-la e, ao assim fazer, de liquidar a si mesmo”. A preocupação com a sustentabilidade⁴ foi despertada principalmente a partir da década de 1960, a partir das alarmantes consequências ambientais advindas do crescimento desordenado

⁴ A sustentabilidade é definida por Vizeu; Meneghetti e Seifert (2012) como a capacidade de um sistema humano, natural ou misto de resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado.

das cidades, do ritmo frenético do crescimento populacional, e dos diversos outros problemas ocasionados pela ideia consumista de desenvolvimento. No entanto, o debate sobre um modelo de desenvolvimento que seja sustentável foi provocado somente a partir dos anos 70.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) faz mais um alerta sobre o esgotamento dos recursos naturais - provocado pela interação desequilibrada dos seres humanos com o meio ambiente - através da publicação do estudo intitulado ‘Nosso Futuro Comum’, também chamado de Relatório Brundtland. Tal documento fundamentou as bases conceituais do desenvolvimento sustentável, cujo conceito foi amplamente disseminado pelo mundo somente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992, ocorrida no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, promovendo valores em que os padrões de consumo se mantenham dentro do limite das perspectivas ecológicas (CMMAD, 1991). O Relatório Brundtland também propõe que as nações criem estratégias para substituir seus processos de crescimento destrutivos pelo desenvolvimento sustentável, através da modificação de suas políticas ambientais e desenvolvimentistas.

Apesar da publicação deste relatório ter sido o marco da conceituação do desenvolvimento sustentável, sua concepção representou uma evolução de conceitos anteriormente elaborados, sendo inicialmente “ecodesenvolvimento”, defendido desde 1972 (Sachs, 2004). Posteriormente o ecodesenvolvimento passou a ser chamado de desenvolvimento sustentável, em que tais termos não eram considerados sinônimos, de acordo com Veiga (2005), o primeiro trazia a ideia de incompatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, e o segundo prezava pela compatibilidade, defendendo ser possível associar o crescimento econômico com a conservação ambiental.

Nessa perspectiva, Boff (2012) nos alerta que a utilização política da expressão Desenvolvimento Sustentável pode representar uma armadilha do sistema imperante, ao assumir os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assumir o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz.

Sachs (2002) propõe que o desenvolvimento sustentável seja conceituado a partir de oito dimensões da sustentabilidade, na medida em que somente se considere desenvolvimento sustentável o atingimento de todas as dimensões, sendo: social, ambiental ou

ecológica, econômica, cultural, psicológica, espacial ou territorial e política nacional e política internacional. Para o autor, cada dimensão complementa a outra e por isso são inesperáveis.

Logo, Sachs (2002) explica que a dimensão social relaciona-se principalmente ao alcance de um patamar razoável de igualdade social; a ambiental ou ecológica é caracterizada pela compreensão e pelo respeito às dinâmicas do meio ambiente, partindo da premissa de que o ser humano não é dono do meio ambiente; a dimensão econômica está ligada ao desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, ou seja, a alocação e gestão mais efetivas dos recursos; já a cultural busca fomentar mudanças no interior da continuidade, onde a aceitação da prática da sustentabilidade deve partir de dentro; a psicológica engloba a sensação de felicidade que transcende o aspecto social, partindo do indivíduo uno e permeando as esferas externas das demais dimensões; a dimensão territorial ou espacial diz respeito ao equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais; a política nacional está inserida na participação democrática das tomadas de decisões, e a política internacional possui estreita relação com o trabalho da ONU na prevenção de guerras, garantia de paz e cooperação internacional.

Além disso, neste cenário surge também o chamado *Triple Bottom Line* (a linha das três pilstras) criada por John Elkington em 1994. O conceito orienta que para haver o desenvolvimento sustentável, esse deve ser: economicamente viável, ambientalmente correto, e socialmente justo, onde os três pilares da sustentabilidade ao serem analisados separadamente, tem-se:

Econômico, cujo propósito é a criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores; **Ambiental**, cujo objetivo é analisar a interação de processos com o meio ambiente sem lhe causar danos permanentes; e **Social**, que se preocupa com o estabelecimento de ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade (Oliveira *et al.*, 2012, p. 73).

Porém, Veiga (2013) considera que estes três pilares convencionados tornou possível considerar o meio ambiente ‘apenas’ a terça parte do desenvolvimento sustentável, em vez de reforçar o entendimento do meio ambiente como base e condição material de qualquer possibilidade de desenvolvimento humano. Chacon e Nascimento (2020), constatam nesse sentido, que a humanidade caminhou lentamente na inclusão da preocupação com o meio ambiente na prática, efetivamente, e que as dificuldades institucionais de mudanças estruturais nas relações sociais vêm desacreditando as propostas essenciais trazidas pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

As autoras ressaltam que o conceito se enraizou nos discursos institucionais, em na maioria das vezes não é compreendido por quem o defende, e assim sua incorporação no

processo de construção de políticas públicas aparenta por vezes fictícia, utópica ou, pouco efetiva (Chacon; Nascimento, 2020). Dessarte, a Avaliação com Base na Sustentabilidade propõe incorporar efetivamente suas dimensões no processo de construção e de avaliação de políticas públicas.

Assim, retomando a linha dos três pilares (social, econômica e ambiental), Chacon e Nascimento (2020), salientam que esta foi uma grande contribuição da qualificação atribuída ao alcance do desenvolvimento sustentável, onde claramente não se trata somente de uma gestão ambiental, mas também de uma mudança profunda na gestão dos territórios, nas relações sociais, políticas e produtivas em todo o planeta. Ademais, no contexto contemporâneo, tem se incluído mais uma dimensão/pilar: o institucional-político, relacionado a inclusão das demais dimensões à ação prática das sociedades nos diferentes territórios (Chacon; Nascimento, 2020).

A abordagem avaliativa ABS, para além das quatro dimensões supracitadas, se ancora no Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU na chamada Agenda 2030. Essa relação é advinda do importante papel que a organização vem desenvolvendo ao longo de décadas, no estímulo à sustentabilidade, através de ações políticas estruturadas com as nações de todo o planeta.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 pela ONU, a Eco-92 ou Cúpula da Terra, foi considerada um dos mais importantes e promissores encontros planetários do final do século XX. Os países signatários que participaram, buscavam meios de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação e conservação dos ecossistemas da Terra, através da preparação de uma agenda de trabalho para o próximo século, a Agenda 21.

Ao longo de alguns anos essa Agenda foi o documento fundamental para direcionar a construção de políticas públicas nos países assinantes. Porém, de acordo com Chacon e Nascimento (2020, p. 68):

No ano 2000 foi realizado um balanço acerca dos avanços alcançados desde 1992. Foram reconhecidos alguns ganhos, advindos especialmente da mudança do marco legal da maioria dos países, que incorporaram leis de proteção ambiental e social, além da regulação econômica. Contudo, o Planeta apresentava novos problemas ambientais e sociais, além de uma crescente fragilidade nas economias, excessivamente dependentes do mercado financeiro global.

Diante disso, a ONU propõe um novo Plano global para avançarmos em direção ao Desenvolvimento Sustentável até 2030, denominada Agenda 2030. Ela estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que devem ser alcançados pelos 193 países

signatários dessa proposta (o Brasil é um deles), e tem como pilares: pessoas, planeta, prosperidade equitativa, paz e parceria.

Figura 5 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2015).

Figura 6 – Pilares da Agenda 2030



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2015).

Estes objetivos possuem 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. A ONU (2015) ressalta que nunca antes os(as) líderes mundiais comprometeram-se a uma ação comum e um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Assim, Agenda Política baseia-se em um diagnóstico sobre como o Planeta está agindo para alcançar um processo de

desenvolvimento realmente sustentável, indicando também meios para implementação de políticas públicas (Chacon; Nascimento, 2020).

Dessa forma, a proposta de avaliar o Pnae na perspectiva da ABS partiu da percepção de que todas as políticas públicas podem e devem levar em consideração as quatro dimensões da sustentabilidade mencionadas: ambiental, social, econômica e institucional-política, a fim de promover, de fato, o desenvolvimento sustentável em cada território-país-planeta.

Na prática, tomei como base o trabalho “O Sertanejo e o caminho das águas: Políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido” de Chacon (2007), em que para cada dimensão analisada, foram consideradas algumas variáveis. Por exemplo, na dimensão social, foram analisadas variáveis relacionadas a: aspectos sociais e culturais da população, saúde, educação, condições de habitação, etc. A definição dessas variáveis foi importante para uma melhor compreensão do contexto em que estavam inseridos os(as) produtores(as) e melhor avaliação da política pública, cujo processo está delineado no capítulo seguinte.

Assim sendo, Boff (2012, p. 15) nos lembra que:

A situação atual se encontra, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, de produzir, de distribuir e de consumir, desenvolvida nos últimos séculos, não nos oferece condições de salvar a nossa civilização e, talvez até, a própria espécie humana; daí que imperiosamente se impõe um novo começo, com novos conceitos, novas visões e novos sonhos, não excluídos os instrumentos científicos e técnicos indispensáveis; trata-se sem mais nem menos, de refundar o pacto social entre os humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra.

Por isso, reforço com a ABS o compromisso de não hierarquizar nenhuma das dimensões da sustentabilidade no processo avaliativo, uma vez que a ambiental é tão importante quanto todas as demais quando se trata de propor mudanças nessa estrutura valetudinária em que mergulha nossa sociedade. Ademais, não concordo com a exclusão ou marginalização das questões ambientais e ecológicas das agendas políticas, pois acredito que esta dimensão é inerente a nossa existência.

3 O TILINTAR DA ENXADA NO CAMINHO: PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo traz em seu corpo, a descrição da escolha dos procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, apresento inicialmente a abordagem e a estratégia metodológica escolhida, sendo a Qualitativa e o Estudo de Caso. Em seguida, exponho o *locus*, o período em que foi analisada a política pública em questão, bem como, a justificativa para tal escolha. Posteriormente, descrevo os principais atores e atrizes do estudo, e os procedimentos de coleta de dados, que são: Pesquisa Bibliográfica e Documental, Pesquisa de Campo com Entrevistas Semiestruturadas, Formulários e Entrevistas em Profundidade. Por fim, trago a Análise de Discurso como técnica escolhida para análise dos dados.

3.1 Abordagem e Tipologia da Pesquisa

Ao estimar um mergulho profundo no universo de um dos públicos destinatários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), na intenção de avaliar esta política através de suas falas, histórias, mãos, pés, gestos e expressões, a abordagem desta pesquisa trata-se de ser qualitativa.

A abordagem qualitativa, de acordo com Fraser e Gondim (2004) surge como contraponto à abordagem “monotética”, a qual favorece a quantificação e a gestão das variáveis para que o conhecimento objetivo do mundo seja alcançado. Assim, esta abordagem parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado, seja subjetivo ou intersubjetivo, e que não pode ser apreendido somente do ponto de vista objetivo e quantitativo.

Os aspectos do campo da subjetividade são de total relevância para o alcance dos objetivos da pesquisa, uma vez que as políticas públicas partilham de tais aspectos, desde os processos de tomada de decisão e disputas de poder, bem como, o seu impacto na vida das pessoas que as usufruem. Nesse sentido, Fraser e Gondim (2004) ressaltam que o significado subjetivo diz respeito ao que se passa na mente consciente ou inconsciente da pessoa, ou seja, o nível de análise é a pessoa, e o significado intersubjetivo se refere ao conjunto de normas e regras que proporcionam o compartilhamento de crenças por grupos de pessoas inseridas em determinado contexto sociocultural, ou seja, o nível de análise é a estrutura e os sistemas.

Nesse sentido, os aspectos subjetivos devem ser considerados como partes constitutivas da própria pesquisa, como um elemento imprescindível, ou seja, trata-se de um

processo de interpretação das realidades intangíveis. Desse modo, “a realidade estudada pela pesquisa qualitativa não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes ‘atores’” (Flick, 2009, p. 43).

Cassab (2004) ressalta que todo sujeito/ator contém uma dimensão inconsciente que inevitavelmente virá co-determinar a natureza, a qualidade e a amplitude da experiência que ele tem de si. O intuito da abordagem qualitativa é portanto, inserir o universo dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes na pesquisa, onde este conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social (Minayo, 2009).

Assim como o mundo dos sentidos é amplo e diverso, os trabalhos de natureza qualitativa também são, por isso Minayo (2009, p. 26-27) propõe uma divisão do processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa, sendo:

(1) fase exploratória: consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo [...]. (2) trabalho de campo: consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa [...]. (3) análise e tratamento do material empírico e documental: diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto com outras leituras teóricas e interpretativas.

Ademais, Flick (2009) também apresenta alguns aspectos essenciais que identificam os estudos qualitativos, são eles: 1. Os pontos de referência teórica são extraídos, primeiramente, das tradições do interacionismo simbólico e da fenomenologia; 2. Está ancorada teoricamente na etnometodologia e no construcionismo, e interessa-se pelas rotinas diárias e pela produção da realidade social; 3. Abrange as posturas estruturalistas ou psicanalíticas que compreendem estruturas e mecanismos psicológicos inconscientes e configurações sociais latentes.

Esta pesquisa interagiu com os fundamentos qualitativos expostos até então, buscando trazer ao cerne os aspectos subjetivos e intersubjetivos dos(as) atores e atrizes investigadas para que suas vozes, seus espaços e sua relevância sejam reconhecidos. Ademais, procurou seguir o ritmo em que Minayo (2009, p. 26) dialoga: “um trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações”.

Partindo da premissa de que as perguntas e respostas feitas/coletadas a partir do relato dos agricultores e agricultoras que fizeram parte dessa pesquisa, podem contribuir não só com o contexto local, mas também, abranger outros contextos e localidades, uma vez que se

trata de uma política pública aplicada em todo território brasileiro, utilizei o Estudo de Caso como estratégia de pesquisa.

O Estudo de caso, segundo Gil (2008, p. 57-58), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Em outras palavras, é um método que supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso (Goldenberg, 2004). Trata-se, pois, de uma análise holística e completa que considera a unidade social estudada como um todo.

É importante ressaltar que apesar da análise apresentar-se como holística, não existe uma negação das especificidades entre territórios, da diversidade de suas relações sociais, culturais e políticas, bem como, da multiplicidade de saberes e visões de mundo dos indivíduos de cada parte do território maior, nesse contexto, o Brasil. Assim, Yin (2001, p. 32) destaca que o Estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Nessa afirmação, Yin (2001) afirma que a utilização deste método também significa que o(a) pesquisador(a) deseja lidar com condições contextuais, acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo. Assim sendo, o Estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto (Goldenberg, 2004).

Ademais, Ventura (2007) chama a atenção para a difícil tarefa de caracterizar os estudos de caso, alertando que sempre deverá haver a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso, pois pesquisar significa fazer uma escolha, e em cada caso concreto, deve-se definir um determinado nível de agregação. Nessa perspectiva a autora orienta que:

Pode-se analisar o caso para identificar seus componentes mais relevantes, ou atribuir-lhes graus de importância relativa em função do caso específico. A revisão bibliográfica é sempre útil para fazer comparações com outros casos semelhantes, buscar fundamentação teórica e também para reforçar a argumentação de quem está descrevendo o caso. A discussão permite avaliar os caminhos seguidos (como se desenvolve o caso), desde a elaboração dos objetivos (por que estudar o caso) até as conclusões (o que se aprendeu com o estudo do caso) (p. 385).

Além disso, com base nas aplicações apresentadas, evidenciam-se que existem uma série de vantagens e desvantagens na utilização dos estudos de caso, Ventura (2007) cita como

vantagens: o estímulo de novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; o destaque da multiplicidade de dimensões de um problema, a realização de uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles. Já entre as desvantagens, a autora aponta principalmente, a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, o que muitas vezes, acarreta na análise exclusiva daquele caso.

Dessa forma, o Estudo de caso foi a estratégia metodológica que mais se adequou ao alcance dos objetivos desta pesquisa. Como mencionado anteriormente, avaliar o Pnae através dos relatos dos(as) agricultores(as) do município de Barbalha-CE, pode contribuir com a gestão desta política em outros municípios, pois as experiências, dificuldades, e celebrações podem ser muito parecidas com as realidades de outros(as) produtores(as) no Brasil.

3.2 Lócus e Período do Estudo

O local da realização da pesquisa foi o município de Barbalha. Encontra-se localizado no interior do estado do Ceará, tendo como cidades limítrofes ao Norte: Missão Velha, Juazeiro do Norte e Crato; ao Sul: Estado do Pernambuco e Jardim; ao Leste: Missão Velha e ao Oeste: Crato (Ipece, 2017). Possui uma área territorial de 608,158km² (IBGE, 2021), uma população estimada de 61.662 pessoas (IBGE, 2021), com densidade demográfica de 123,38 hab/km² (IBGE, 2022) e PIB per capita de R\$ 21.815,78 (IBGE, 2021).

De acordo com o Ipece (2017) 17.301 da população total do município em 2010⁵ residem na zona rural. Ressalta-se, porém, que o município vivencia ainda um processo de urbanização, havendo comunidades que estão localizadas na Zona Urbana, mas que seus residentes consideram como rurais pela vivência de seu cotidiano, seus costumes, atividades produtivas ligadas à agricultura etc. (Leite, 2016).

A cidade de Barbalha integra a Região do Cariri (composta por 28 municípios) e a Região Metropolitana do Cariri (RMC), criada por meio da promulgação da Lei Complementar Nº 78, pelo Governo do Estado do Ceará (2009), para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum de nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

⁵ Dados do último censo realizado pelo IBGE em 2010, mostra uma população total de 55.323 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>

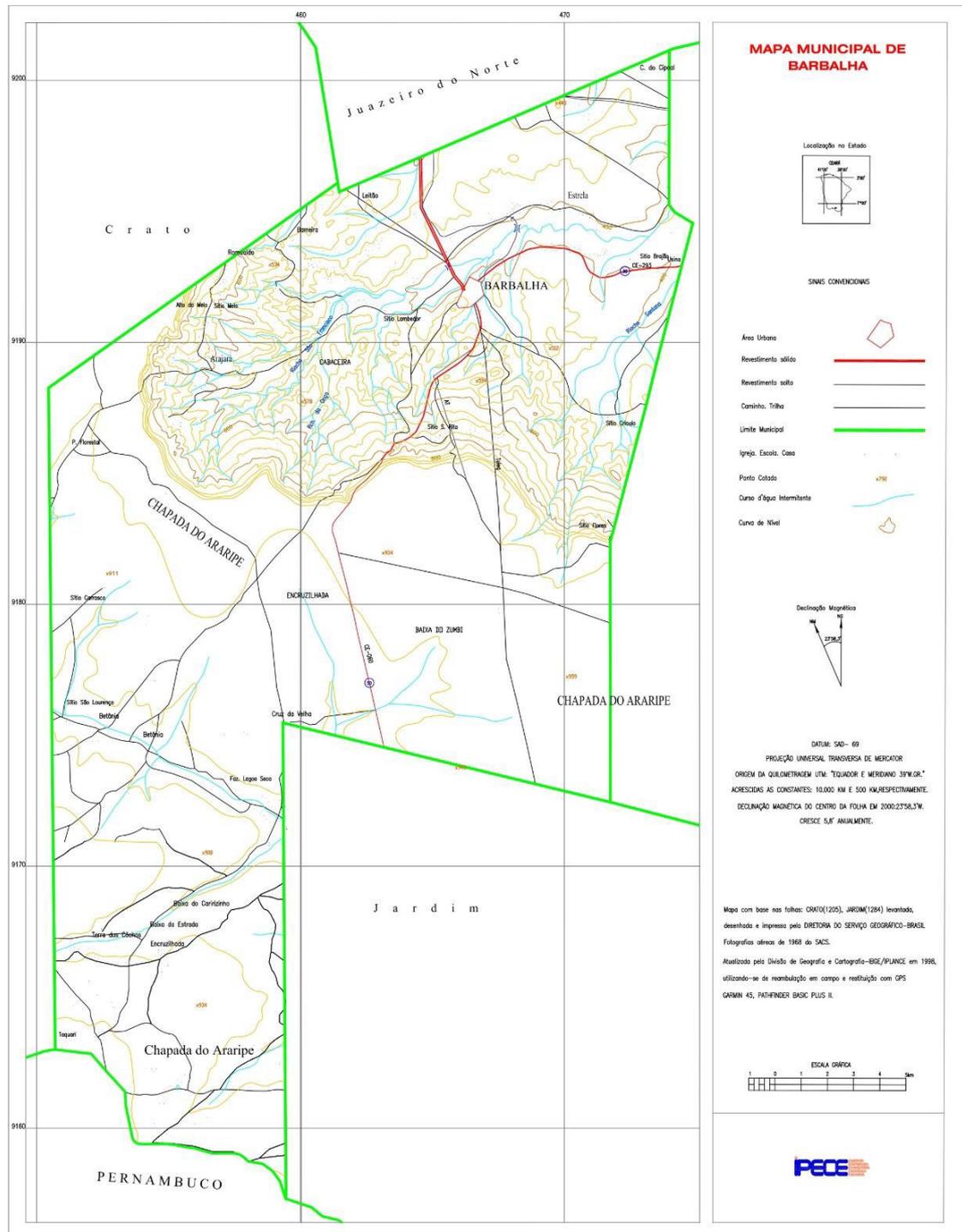
A política de implantação da RMC foi impulsionada pelas ações do Programa Cidades do Ceará inserido no Programa de Desenvolvimento de Polos Regionais da Secretaria Estadual das Cidades, com o objetivo de combater a pobreza do Estado e reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior. A região do Cariri Central, composta pelos municípios supracitados, foi a experiência piloto, em que pretendia-se transformá-la numa região capaz de dividir com a capital a atração de população, equipamentos, bens e serviços (Secretaria Estadual das Cidades, 2008).

Figura 7 - Mapa da Região Metropolitana do Cariri (RMC)



Fonte: Ipece (2007).

Figura 8 - Mapa do município de Barbalha-CE



Fonte: Ipece (2018).

Contudo, o processo de constituição da RMC foi motivado principalmente pela dinâmica socioespacial dos municípios que integram o chamado “Triângulo Crajubar” formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. De acordo com Nascimento (2018), estes três municípios comandam a dinâmica regional do sul cearense por meio de um conjunto

diversificado de atividades e funções, onde sua polarização atinge áreas dos estados vizinhos e realça esse aglomerado como um dos mais expressivos demográfica e economicamente do Nordeste, em especial do sertão nordestino.

Ademais, o Crajubar, mantém uma posição de destaque nesse cenário, devido:

Ao componente geoambiental favorável à produção agrícola; à centralidade no nordeste brasileiro, distando aproximadamente 600 km das capitais nordestinas; às funções exercidas em conjunto (polo comercial, religioso, turístico, industrial e universitário); à contiguidade territorial e urbana que as unifica (conurbação); e, conseqüentemente, complementaridade de funções que atraíram grande fluxos de pessoas, de políticas e equipamentos públicos, como também de investimentos privados (Nascimento, 2018, p. 91).

Por tais motivos, a Região do Cariri cearense possui uma dinâmica socioeconômica própria. Suas condições geográficas – por abarcar boa parte da Chapada do Araripe - concentra inúmeras fontes de água, favorecendo a agricultura e o turismo, além de atrair pessoas de outras localidades, como propiciar a permanência da população em seu território.

Figura 9 – Área produtiva no sopé da Chapada do Araripe em Barbalha/CE



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2023)

Nascimento (2018) destaca que as particularidades culturais, econômicas e sociais do Cariri promoveram o despertar de uma maior autonomia política-administrativa-territorial, e o sentimento de territorialidade e pertencimento de sua população. Nesse sentido, Leite (2022) salienta que as cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato são consideradas destaques na

implantação de políticas públicas para a agricultura, tanto em nível estadual quanto nacional. Fator que certamente é resultado desse processo de autonomia política e territorialidade que é característico do povo caririense.

O município de Barbalha, nesse intuito, apresenta um número expressivo de agricultores e agricultoras familiares tradicionais, que tem forte participação em políticas públicas para a agricultura familiar, como o Pronaf, o PAA, o Pnae. Leite (2016) destaca que em 2014 e 2015, chegaram a ser cadastrados no PAA municipal 85 e 83 agricultores(as), respectivamente. Além disso, esses(as) produtores(as) estão inseridos(as) em variados modos de produção, utilizando tecnologias sociais e a agroecologia, como mostra o estudo desenvolvido por Maia Filho (2019) que analisa o processo de territorialização agroecológica vivenciado pelo Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar (Gestraf), no município de Barbalha/CE.

Os(as) agricultores(as) familiares também possuem outras formas – além dos programas sociais – de comercializar sua produção, as feiras, o turismo rural e a economia solidária são um exemplo. De acordo com o Atlas de Economia Solidária citado por Mendes *et al.* (2021), no último levantamento realizado em 2013, Barbalha encontrava-se com sete Empreendimentos de Economia Solidária, todos catalogados na Zona Rural.

Nesse sentido, vi a necessidade de agregar aos estudos que já vem sendo realizados no âmbito da agricultura familiar no município de Barbalha, tendo como objeto de estudo o Pnae. Assim, empreguei como recorte temporal os anos de 2019 a 2022, período que marca dois aspectos importantes nesta análise: O primeiro diz respeito a duas gestões municipais distintas, que trouxe elementos importantes no desenvolvimento das políticas públicas; e o segundo diz respeito à Pandemia da Covid-19, que mudou a operacionalidade do Pnae e de outras políticas, revelando não só informações sobre este período, mas também do processo de transição até a realidade atual.

3.3 Atores e Atrizes da Pesquisa

Os principais atores e atrizes desta pesquisa são os(as) agricultores(as) beneficiários(as) do Pnae, que a partir de suas experiências trouxeram elementos chave para avaliação desta política. Ademais, também foram colhidos dados junto aos(às) profissionais que integram o Pnae do município: Coordenadora do Programa, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar, e Nutricionista, bem como o Secretário de Agricultura e Abastecimento,

que trouxe componentes adicionais às questões da agricultura familiar. Estes dados subsidiaram a construção de uma base teórica sobre o desenvolvimento da política pública no município e o fortalecimento da agricultura familiar.

Em visitas à Coordenação do Pnae em outubro de 2022, foi repassada uma lista com dados (nome, endereço e telefone) dos(as) agricultores(as) cadastrados no programa em 2021 e 2022. Segundo a Coordenadora, estão aptos a fornecerem gêneros alimentícios 83 produtores, localizados em 29 comunidades. A mesma ressaltou que não possuem dados da gestão anterior (2017 a 2020), o que mostra um grave resquício dos processos políticos-administrativos do município.

Assim, na busca por informações de produtores beneficiários na gestão anterior, em janeiro de 2023, a Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Barbalha, e a Coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que têm uma longa experiência com os(as) agricultores(as) - , disponibilizaram uma lista com 15 produtores que participaram do Pnae no período de 2019 a 2020, distribuídos em 8 comunidades.

Esses números estão compartilhados no quadro abaixo:

Quadro 1- Distribuição dos produtores do Pnae por comunidade

Distrito	Comunidade	Quant. de Produtores	Gênero/Período de 2019 e 2020		Gênero/Período de 2021 e 2022	
			F	M	F	M
BARRO VERMELHO	Sítio Barro Vermelho	03	--	03	--	--
DISTRITO CALDAS	Sítio Santo Antônio	09	07	02	--	--
	Sítio Pinheiro	07	--	07	--	05
	Sítio Rua Nova	02	--	02	--	01
	Sítio Formiga	02	--	02	--	01
	Sítio Pinga	01	--	01	--	--
	Sítio Frutuoso	01	--	01	--	--
DISTRITO ARAJARA	Sítio Farias	06	05	01	--	--
	Sítio Espinhaço	07	06	01	--	--
	Sítio Santo Antônio	12	06	06	02	01
	Sítio Macaúba	03	--	03	--	--
	Sítio Boa Vista	01	01	--	01	--
	Sítio Tabocas	01	--	01	--	--
	Sítio Coité	02	02	--	01	--
Sítio Correntinho	02	--	02	--	--	

	Sítio Saco	01	01	--	--	--
	Sítio Saco 1	01	--	01	--	--
	Sítio Solzinho	03	--	03	--	--
	Sítio Zabumba	01	--	01	--	--
	Sítio Boa Esperança	03	01	02	--	--
	Sítio Água Fria	01	01	--	--	--
SANTANA 10	Vila São João	01	01	--	--	--
	Vila São João Brejinho	04	02	02	--	--
	Sítio Santana	01	--	01	--	--
	Sítio Santana I	03	02	01	--	--
	Sítio Brejinho	01	--	01	--	--
DISTRITO ESTRELA	Vila dos Sabinos	02	--	02	--	02
CABECEIRAS	Sítio Cabeceiras	01	--	01	--	01
SANTA TEREZA	Sítio Santa Tereza	01	--	01	--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Selecionei 10 agricultores(as) destinatários(as) para realização da pesquisa, cuja amostragem se deu por saturação e levou em consideração três aspectos: o recorte temporal (2019-2020 e 2021-2022); a localização das comunidades (próximas ou distantes da Chapada do Araripe); e a categoria de gênero.

Além disso, como forma de preservação da identidade e cuidado com as histórias ouvidas durante o processo de pesquisa de campo, os nomes dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) foram substituídos por nomes fictícios. Tais nomes estão relacionados as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). As PANCs são plantas pouco conhecidas, muitas vezes chamadas de “mato”, mas que apresentam um alto valor nutricional e podem ser inseridas na alimentação. Aquele verde que cresce aos montes no quintal, na roça, ou espremido no asfalto de uma grande cidade, que se torna um ingrediente importantíssimo num prato.

Assim, escolhi 10 PANCs comuns na região do Nordeste para representar os atores e atrizes da pesquisa, sendo mais bem visualizado na seguinte distribuição:

Quadro 2- Distribuição da amostragem dos(as) produtores(as) do Pnae entrevistadas

	Distrito	Comunidade de	Produtor(a)	Gênero/ Período de 2019 e 2020		Gênero/ Período de 2021 e 2022	
				F	M	F	M
PRÓXIMO A CHAPADA	DISTRITO ARAJARA	Sítio Santo Antônio	Clitória	X			
		Sítio Boa Vista	Caruru	X			
		Sítio	Ora-pro-nobis	X			

DISTANTE DA CHAPADA	COITÉ	Sítio Solzinho	Guandu				X
		Sítio Pinheiro	Mandacaru				X
	DISTRITO CALDAS	Sítio Santo Antônio	Chanana			X	
		Vila São João Brejinho	Maxixe			X	
	SANTANA 10	Vila São João Brejinho	Palma				X
		BARRO VERMELHO	Sítio Barro Vermelho	Tupinambo		X	
CABECEIRAS	Sítio Cabeceiras	Hibisco		X			

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

3.4 Procedimentos de Coleta de Informações

Para buscar e facilitar a análise dos dados obtidos, esta fase da coleta de dados se deu em duas etapas: a primeira com a utilização dos métodos de Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental; e a segunda consistiu na pesquisa de campo, com utilização de Formulários, Entrevistas Semiestruturadas e Entrevistas em Profundidade.

Gil (2008) define a Pesquisa Bibliográfica como aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, permitindo ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla. Ela decorre de pesquisas anteriores, em documentos on-line ou impressos, como livros, artigos, teses etc., em que o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2017).

Já a Pesquisa Documental tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos, como jornais, filmes, gravações, leis, decretos, documentos legais (Gil, 2008). Nestes casos, Severino (2017) ressalta que os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Esta primeira etapa sustentou e fortaleceu os dados obtidos, bem como todo o processo de análise e avaliação da política pública em questão.

A segunda etapa da coleta de dados, consistiu na pesquisa de campo, que corresponde em levar para a prática empírica a construção teórica já elaborada no estudo, combinando instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e

interlocução com os pesquisados (Minayo, 2009). Na pesquisa de campo, o objeto é abordado em seu próprio meio ambiente próprio, ou seja, a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do(a) pesquisador(a) (Severino, 2017).

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo foi realizada em nove comunidades rurais nas quais residem os(as) agricultores(as) destinatários, no período de junho a agosto de 2023. Também foram realizadas entrevistas na Secretaria de Educação do município, com a Coordenadora, Nutricionista do Pnae, e Presidente do CAE, bem como na Secretaria de Agricultura com o seu respectivo Secretário, no período de abril a agosto de 2023.

Assim, ao avaliar a agricultura familiar nas quatro dimensões que a Avaliação com Base na Sustentabilidade propõe: ambiental, econômica, social e institucional-política, bem como, na busca de informações técnicas sobre o Pnae no município, utilizei como método principal, as entrevistas. Marconi e Lakatos (2003), a define como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

O uso das entrevistas foi de suma importância para alcançar os objetivos da pesquisa pelo seu caráter de interação. Segundo Duarte (2004) se as entrevistas forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um dos sujeitos percebe e significa sua realidade, levantando assim, informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo.

Dessa maneira, o processo de aproximação, do estabelecimento de confiança e vínculos com os(as) agricultores(as) aconteceu de forma mais dinâmica através desse método, onde, tais depoimentos permitiram extrair do que é subjetivo e pessoal, reflexões sobre a dimensão coletiva.

As entrevistas aconteceram em dois momentos e para dois propósitos: O primeiro serviu para complementariedade dos dados sobre o Programa no município, e construção do histórico da política pública supracitada, no qual utilizamos Entrevistas Semiestruturadas com os profissionais da gestão municipal supracitados; e o segundo buscou informações para avaliação a partir das dimensões da ABS junto aos agricultores e agricultoras, onde utilizei a aplicação de Formulários e Entrevistas em Profundidade.

As entrevistas semiestruturadas combinam um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao(à) entrevistador(a) um controle maior sobre o que

pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do(a) entrevistado(a) sobre os tópicos assinalados (Minayo, 2014). Além disso, nas entrevistas semiestruturadas, o(a) pesquisador(a) deve seguir esse um conjunto de questões, mas num contexto muito semelhante ao de uma conversa informal, ou seja:

O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele” (Boni; Quaresma, 2005, p. 75).

No segundo momento foram utilizadas duas técnicas: o Formulário, definido por Nogueira (1968) citado por Marconi e Lakatos (2003) como uma lista formal ou um catálogo destinado a coleta de dados resultantes tanto da observação, quanto do interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo(a) próprio(a) pesquisador(a). Assim, a principal característica do formulário, diferentemente do questionário, é o contato face a face do(a) investigador(a) com o(a) entrevistado(a). Portanto, está fundamentado em uma série de questões ordenadas sucessivamente e relacionadas com o objeto do estudo (Fachin, 2005).

Nesse momento, o emprego deste método foi de substancial importância para o levantamento de dados mais objetivos sobre: gênero, cor, profissão, escolaridade, dados sobre família, habitação, propriedade, renda, comercialização de produtos, formas de produção, participação política, e alguns aspectos do Pnae.

A segunda técnica foram as Entrevistas em Profundidade, que me possibilitaram aprofundar em aspectos objetivos e subjetivos do programa a partir da percepção dos(as) destinatários(as). Batista, Matos e Nascimento (2017), afirmam que na Entrevista em profundidade ou aberta, o(a) informante é convidado(a) a falar livremente sobre um tema, e as perguntas do(a) investigador(a) são feitas para dar mais profundidade às reflexões.

Os autores reforçam que a estruturação das Entrevistas em Profundidade relaciona-se a introdução do tema pelo (a) entrevistador(a), onde o(a) entrevistado(a) tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido (Batista; Matos; Nascimento, 2017). Assim, é importante ressaltar que um(a) hábil entrevistador(a) é aquele que sabe ouvir de forma ativa, ou seja:

[...] demonstrando ao entrevistado que está interessado em sua fala, em suas emoções, realizando novos questionamentos, confirmando com gestos que o ouve atentamente e que quer compreender suas palavras, mas sem influenciar seu discurso. Ele aprofunda o relato do participante e mostra atenção sobre detalhes importantes”. (Belei, *et al.*, 2008, p. 190).

Com este exercício de escuta ativa, as Entrevistas em Profundidade foram realizadas com 10 agricultores(as) destinatários(as), onde tive como contato inicial mensagens ou ligações via *whatsapp* e posteriormente visita às suas casas. Durante as visitas pude adentrar em suas casas, conversar sobre suas vidas pessoais, sobre sua história com a agricultura familiar e com o Pnae, sempre na companhia de um bom café, suco, biscoitos, muito afeto e receptividade.

Tal amostragem se deu por saturação, operacionalmente definida como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição (Fontanella; Ricas; Turato, 2008). Assim, dentre os 83 nomes cadastrados, escolhi 10 participantes, sendo cinco cadastrados no período de 2019 a 2020, e cinco cadastrados no período de 2021 a 2022.

Esse tipo de entrevista serviu para o aprofundamento dos aspectos que pretendi – e que não pretendi também - explorar, pois segundo Veiga e Gondim (2001), esta técnica possui um caráter subjetivo, o que torna necessário que toda interpretação deva levar em consideração a perspectiva da pessoa analisada, ou seja, sua vida e seu mundo só podem ser entendidos a partir “de seus olhos”. É neste ponto, que tal método fez jus ao objetivo principal deste trabalho que é avaliar sob as mãos, pés, olhos, corpo de quem planta e entrega ao Pnae.

Nesse sentido, as técnicas de coleta de dados supramencionadas, tomam como base de análise, as quatro dimensões da Avaliação com Base na Sustentabilidade, em que, cada dimensão contou com a determinação de variáveis que direcionaram o processo das entrevistas e que constam nos roteiros elaborados. No quadro abaixo, é possível visualizarmos melhor esta dinâmica.

Quadro 3 - Objetivos Específicos, dimensões ABS, variáveis e métodos

Objetivos Específicos	Dimensão ABS	Variáveis	Métodos de coleta de Dados
1. Identificar quem são os(as) agricultores(as) familiares que participam do Pnae, através de suas percepções e levantamento de dados sociais;	Social	Gênero, raça, idade, escolaridade, condições de habitação, questões sobre a agricultura familiar, etc.	Formulário e Entrevistas em Profundidade com agricultores
2. Investigar como o Programa impacta a vida dos(as) beneficiários(as), no que diz respeito à renda e seus possíveis desdobramentos;	Econômica	Questões sobre Renda (antes e depois do Pnae), outras fontes de renda, emprego,	Formulário e Entrevistas em Profundidade com agricultores

		desdobramentos a partir disso, etc.	
3. Examinar a relação dos(as) agricultores(as) com a política pública Pnae e a promoção da segurança alimentar e nutricional;	Institucional-política	Apreensões sobre a relação com o Pnae e outras políticas públicas; e o tema da segurança alimentar e nutricional.	Formulário e Entrevistas em Profundidade com agricultores/ Entrevistas Semiestruturada com profissionais do Pnae.
4. Averiguar o papel dos(as) agricultores(as) para o desenvolvimento ambiental do município.	Ambiental	Percepção dos agricultores acerca da preservação ambiental, técnicas de cultivo, etc.	Formulário e Entrevistas em Profundidade com agricultores/ Entrevistas Semiestruturada com Secretário de Agricultura

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

3.5 Análise das Informações

Existem muitas formas de se analisar informações e uma multiplicidade de técnicas. Chizzotti (2014) apresenta a análise do conteúdo, análise do discurso e análise de narrativas como modalidades de interpretação de textos que se apoiam em diversas teorias linguísticas, semiótica, hermenêutica, interacionismo, na análise da conversação, com o intuito de extrair significados expressos num texto. Com isso, o método escolhido para apreciação e análise dos dados dessa pesquisa foi a Análise de Discurso.

A Análise de Discurso, de acordo com Caregnato e Mutti (2006), trata-se de uma técnica de pesquisa que tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação. Refere-se a um conceito relativamente jovem no campo das Ciências Sociais, criado pelo filósofo francês Michel Pêcheux com o intuito de substituir a Análise de Conteúdo tradicional (Minayo, 2014).

Tal método constitui-se como um tipo de análise que ultrapassa os aspectos meramente formais da linguística, privilegiando, segundo Chizzotti (2014, p. 113-114), “a função e o processo da língua no contexto interativo e social em que é prolatada, considerando a linguagem em última análise, como uma prática social”. Nesse sentido, torna-se o método

ideal ao intuir a captação de conteúdos objetivos e subjetivos sobre o Pnae, através da linguagem singular dos(as) agricultores(as).

Na Análise de Discurso, a linguagem vai além do texto, fazendo-nos refletir também sobre as condições em que foram produzidos os textos e apreendidos seus significados. Assim, Minayo (2014) destaca como pressupostos básicos dessa técnica: 1. Que o sentido de uma palavra ou expressão não existe em si mesmo, ou seja, ela expressa posições ideológicas construídas num processo sócio-histórico; 2. Todo discurso é afetado e depende das formações ideológicas. Logo, ao analisar os textos através desse método, o investigador mergulha num universo histórico e simbólico do entrevistado, o que permite, com mais facilidade, olhar com os olhos do outro.

Em se tratando de procedimento metodológico, a Análise de Discurso trata dos documentos transformados em textos, nesse caso, os depoimentos transcritos dos atores e atrizes da pesquisa, que foram lidos, interpretados e assim subsidiaram a avaliação da política pública. Os textos mais utilizados usualmente, de acordo com Chizzotti (2014) são documentos escritos que podem ter forma de livro, revista, artigos, histórias de vida, transcrição de relatos, entrevistas, aulas ou discussão em grupo, dos quais se extrai e analisa o conteúdo patente ou latente que conservam.

Porém, Silva e Araújo (2017) afirmam que a Análise de Discurso é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta/acabada. Ao mesmo tempo é correto afirmar também que os estudos nessa linha de pesquisa possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista, ou seja, estudam o objeto de investigação em seu contexto natural buscando dar sentido aos fenômenos levando sempre em conta os significados que as pessoas lhe atribuem (Silva; Araújo, 2017).

Nesse sentido, entendemos que essa técnica trabalha com o sentido do texto e não com o conteúdo em si. É o que Caregnato e Mutti (2006) defendem:

O corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar (p. 680-681).

Assim, com esta metodologia de análise, não é realizada uma leitura horizontal do texto dito, mas um exercício de observação do que ele diz do início ao fim, apreciando-o numa escala de profundidade. Considera-se todos os aspectos produzidos e observados como

memória, gestos, histórias, ideologias, palavras ditas e não ditas, em que “trazem sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer” (Caregnato; Mutti, 2006, p. 681).

Com isso, nessa etapa, os textos falados a partir das entrevistas foram transcritos e passados pela Análise do Discurso direcionando-se pelas dimensões da Avaliação com Base na Sustentabilidade. É importante ressaltar que todos(as) entrevistados(as) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujos nomes ao serem mencionados, foram substituídos por nomes fictícios de PANCs para preservar suas identidades e suas memórias.

4 BASES, CAMINHOS E REFLEXÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DO PNAE: AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A FORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAR ESCOLAR

Neste capítulo busquei trazer a discussão dos conceitos base da pesquisa, em que a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional compõem o pilar para a formação do Pnae, que foi descrito, através de seu percurso histórico, desde as primeiras ações governamentais a respeito do enfrentamento da fome no Brasil como problemática de saúde pública, até os dias atuais. Durante o texto é possível observar a divisão de tópicos que compreendem: as reflexões sobre os conceitos de agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional no Brasil; um histórico inicial do Pnae dos anos de 1955 a 2000; seus avanços e desafios compreendendo os anos 2000 a 2020; e as novas perspectivas advindas da pandemia da Covid-19 até a atualidade, apreendendo os anos de 2020 a 2023.

4.1 Reflexões sobre os conceitos de agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional no Brasil

“Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura” (Ana Primavesi)

A agricultura sempre foi uma importante forma de relação do ser humano com a natureza, provocando, ao longo do tempo, diferentes formas de impacto na natureza.

O termo agricultura familiar por exemplo, emerge tardiamente no contexto brasileiro, somente em meados da década de 1990, como destaca Schneider (2003), apesar desse tipo de cultivo – por pequenos proprietários de terra, que trabalham com suas famílias, e produzem para o autoconsumo e comercialização – já existir há muito tempo. A formação do que hoje se denomina como agricultura familiar inscreve-se no processo mais geral de formação histórica da estrutura agrária dual que caracteriza a formação social do Brasil.

Ademais, o debate sobre este tipo de agricultura, foi fortalecido a partir de 1990, através do processo de efervescência dos movimentos sociais no país; do papel de mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema nessa época; e a legitimação que o Estado emprestou a agricultura familiar com a criação do Pronaf (Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996 (Schneider, 2003; Schneider; Cassol, 2013).

Mais tarde, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Assim, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que detenha o estabelecimento de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; a atividade agrícola no estabelecimento acompanha, no mínimo, metade da renda familiar (Brasil, 2006, art. 3).

Ainda assim, a visão que se tinha desse segmento era de “pequena produção” realizada por um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Segundo Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012) alguns autores destacavam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, conhecido como boia-fria.

Essa visão tem sido mudada através dos inúmeros estudos que comprovam a relevância econômica, social e ambiental desse tipo de agricultura, ao passo, que a mesma ainda enfrenta diversos desafios no que tange a investimentos, reconhecimento e valorização. Desse modo, as várias demonstrações de sua organização social, acrescentaram-se, nas últimas décadas, o grande esforço de pesquisa da comunidade acadêmica, demonstrando a extensão e a profundidade de sua presença no mundo rural, e a convergência de políticas públicas de apoio à sua reprodução (Bergamasco; Delgado, 2017).

É possível notar que o Brasil, nos últimos anos, tem reconhecido avanços substanciais no que diz respeito ao conceito e percepção das características e dos sentidos da agricultura familiar. O principal avanço, segundo Schneider e Cassol (2017) refere-se ao reconhecimento da enorme diversidade econômica e heterogeneidade social deste grupo social formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

Dados do último Censo Agropecuário (2017)⁶ realizado no Brasil pelo IBGE, mostra que a agricultura familiar representa o maior contingente (77%) dos estabelecimentos

⁶ Dados disponíveis para acesso em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>

agrícolas do país, porém, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Nesse estudo, foram identificados 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, onde a Região Nordeste, abriga em seu território 1.838.846 explorações familiares (47,2% do total nacional).

Apesar de sua abrangência no território nordestino, a discrepância das áreas de terra em relação ao agronegócio é a mesma quanto no território nacional. O contingente de agricultores familiares detém somente 36,6% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, enquanto o setor patronal, representado por apenas 20,8% dos produtores recenseados em 2017, detém 63,4% da área total (IBGE, 2017).

Essa situação indica a persistência de uma acentuada desigualdade na distribuição dos recursos naturais associados à posse da terra, o que explica, conforme Aquino, Alves e Vidal (2020) a condição de precariedade de expressiva parcela dos agricultores familiares locais comparativamente aos produtores de outras áreas do País, na qual, estima-se os produtores pobres muitas vezes possuem áreas de tamanho insuficiente para saírem da pobreza.

O Censo Agropecuário de 2017 ainda ressaltou que em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de *commodities* agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: apenas 23% do total no país. A desigualdade gerada pela produção de *commodities* no agronegócio em comparação com a agricultura familiar no Brasil é um fenômeno que impacta diretamente a distribuição de recursos, oportunidades e desenvolvimento socioeconômico no país.

O setor de agronegócio, majoritariamente, beneficia grandes empresas e latifundiários, contribuindo para a concentração de terras e riquezas, enquanto a agricultura familiar enfrenta desafios de acesso a crédito, tecnologia e assistência técnica, o que acaba resultando em um ciclo de desvantagens para os agricultores familiares, limitando seu potencial de produção e renda, além de contribuir para a migração rural-urbana.

Com esse cenário, adentro então na pauta da fome e da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Como mencionado anteriormente, o país atinge em 2022, a marca de 33,1 milhões de pessoas que não tem garantia do que comer, ou seja, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (Rede PENSSAN, 2022). Uma verdadeira contradição, se observarmos dados sobre exportações do agronegócio do Brasil em 2022, em que, segundo o Ministério da Agricultura totalizaram US\$ 14,86 bilhões somente no mês de abril, impulsionado principalmente pela alta nos preços de soja, café, frango e carne bovina (CNN Brasil, 2022).

Ao que pese as contundentes críticas em relação ao agronegócio e a alimentação dos brasileiros, ainda sim, é estrambólico pensar as movimentações econômicas em torno de alimentos, enquanto mais da metade do país sofre com a fome. É o que Martins (2022, p.128) destaca ao falar que:

A fome que cresce num contexto de produção de riqueza abundante, onde o alimento, que deveria ser tomado como bem público, perdeu a sua função mais básica de alimentar e nutrir para ser transformado em mercadoria, atendendo aos interesses de uma agenda capitalista neoliberal baseada no latifúndio e na monocultura de *commodities*.

É importante ressaltar que, a fome e a miséria são problemáticas atemporais no mundo, porém, o aprofundamento e escancaramento no recente período pandêmico, trouxe inúmeras discussões contemporâneas, valendo a pena fazer uma breve análise sobre suas transformações conceituais ao longo do tempo.

O tema da segurança alimentar no Brasil é incorporado, com mais força, nas agendas e debates públicos somente na década de 1980. De acordo com Gazolla (2004), nos primeiros anos, a discussão tratava-se somente da dimensão da produção agrícola como importante para a segurança alimentar, ou seja, acreditava-se que a insegurança alimentar existia devido principalmente à inexistência de produção agrícola suficiente para solucionar os problemas alimentares do país.

Já nos anos 1990, Gazolla (2004) explica que essa concepção é deixada de lado, e inicia-se a abordagem da segurança alimentar que leva em conta outras variáveis como a questão do acesso aos alimentos, as desigualdades de renda, a qualidade nutricional, e as contaminações de alimentos produzidos através de cargas pesadas de agrotóxicos. Assim, refletiu-se que a fome não seria resolvida apenas com o aumento da produção, e sim, com o fácil acesso à alimentação saudável para alcançar os níveis nutricionais significativos para o corpo, diminuição das desigualdades sociais e o estímulo à produção de alimentos mais sustentáveis.

Foi em torno desta problemática, da possibilidade concreta e da urgência ética da superação da fome, que o Brasil começou a desenhar um de seus mais importantes programas de combate à pobreza, a Estratégia Fome Zero (Brasil, 2011). É importante ressaltar que o Pnae, e outras experiências nessa perspectiva, já vinham sendo realizadas no país, porém, não há como negar, que o Programa ganha outras roupagens neste escopo.

Além disso, podemos destacar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através do art. 19 da Lei nº 10.696/2003 com a finalidade de promover o acesso à

alimentação e incentivar a agricultura familiar. E a implementação da Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Seu Artigo 3, afirma que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, art. 3).

Nesse sentido, a agricultura familiar foi de extrema importância no processo de construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, assim como é essencial ao se tratar de sistemas alimentares e a promoção da segurança alimentar no mundo.

Exemplo disso, é a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional formulada pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que visa apoiar o reforço da governabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos Estados-membros da CPLP. Seu terceiro eixo de intervenção está no aumento da disponibilidade de alimentos, como forma de atender às necessidades alimentares da população, através do reforço da produção interna com base nos agricultores familiares (CPLP, 2015).

Ademais, a FAO (2018) ressalta em seu relatório, que cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo, em termos de valor vêm da agricultura familiar, demonstrando a sua importância no alcance da segurança alimentar e nutricional para as gerações atuais e futuras, bem como para a produção sustentável de alimentos com base numa gestão adequada dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade.

A organização reforça ainda, a importância da agricultura familiar na erradicação da pobreza e a fome, na Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, onde, claramente está posto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo que 9 dos 17 ODS estabelecem uma ligação direta com o papel da agricultura familiar para a sua realização.

O ODS2 – erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável – cita especificamente os agricultores familiares, ao passo que os demais objetivos fazem referência ao papel potencial da agricultura familiar, como: na erradicação da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (ODS1); na garantia de padrões de consumo e de produção sustentáveis (ODS12); na adoção de medidas urgentes para

combater as alterações climáticas e os seus impactos (ODS13); na conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (ODS14); na proteção, restauro e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gestão de forma sustentável das florestas, combate à desertificação, reversão da degradação dos solos e da perda de biodiversidade (ODS15) (FAO, 2018).

Portanto, o alcance da segurança alimentar e nutricional e a erradicação de todas as formas de desnutrição requerem, segundo a FAO (2018) uma abordagem holística que englobe a contribuição de diversos fatores, tais como a produtividade, a renda de quem produz, a resiliência dos sistemas alimentares e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos, bem como as políticas de proteção social.

Um fato de inquestionável contribuinte para o aprofundamento da fome no Brasil nos últimos anos, é a negligência e o desmonte das políticas públicas de proteção social, de segurança alimentar e nutricional e incentivo a agricultura familiar.

Em meio ao cenário catastrófico da Pandemia, a postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro frente ao quadro do aumento da pobreza e da desnutrição no Brasil, proferida em diversos discursos e entrevistas públicas; a extinção do Consea; a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o fechamento de 27 armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento; a substituição do Programa Bolsa Família, pelo Programa Auxílio Brasil (Martins, 2022) contribuíram para a calamidade do nosso país.

É notória a percepção de que as ações de distintos modelos de governança frente ao mesmo problema revelam diferentes resultados. Nesse sentido, Martins (2022) salienta que, de um lado, a partir de 2003 o Brasil iniciou um processo de reversão de um ciclo histórico de injustiça social, configurado pela exclusão dos mais pobres e pela concentração de privilégio dos mais ricos, refletindo em avanços históricos nas políticas de SAN, sendo exemplo para o mundo, e por outro lado, a mudança de governo, com uma postura marcadamente neoliberal, trouxe retrocessos nessa área, com rebatimentos sociais nefastos por ocasião da pandemia.

Portanto, a volta da fome e da pobreza só mostra a necessidade e à urgência de fortalecer e incentivar políticas públicas estruturais que busquem solucionar na base tal problemática. É o caso do incentivo a agricultura familiar, a agroecologia, por exemplo, face à inviabilidade do agronegócio brasileiro, que se tornou social, econômica e ambientalmente tóxico.

A consciência de que a agricultura familiar tem um papel importante a desempenhar nesse contexto, necessita de um maior apoio através de políticas públicas em escala mundial, para então avançarmos numa perspectiva de igualdade social.

4.2 Trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida (Josué de Castro)⁷

4.2.1 Histórico inicial: 1955 a 2000

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) se apresenta como um mecanismo de promoção da alimentação saudável, e é considerado um dos maiores e mais completos programas do mundo no que se refere ao atendimento universal de escolas da rede pública e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

A alimentação escolar tem uma importância significativa no que diz respeito ao desenvolvimento global das crianças e adolescentes em idade escolar. Nas escolas públicas brasileiras, a garantia desse direito é fundamental, uma vez que muitos(as) estudantes oriundos(as) das camadas populares, ou que vivem em situação de vulnerabilidade, têm na merenda escolar, sua primeira, e, até mesmo a melhor refeição diária. Logo, citando Santos e Silva (2021, p. 7) “a fome é inimiga do ato de aprender!”

Criado com o nome de Campanha de Merenda Escolar, em 1955, o Pnae, caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional (Peixinho, 2013). Nesse sentido, faz-se necessário discorrermos sobre a atemporal problemática da fome e da desnutrição no Brasil, uma vez que a construção desta política advém desse gargalo.

De acordo com Peixinho (2013), as primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil datam da década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram

⁷ Josué de Castro (1908-1973) foi um pensador e ativista político brasileiro nascido na cidade de Recife. Apesar de não ser geógrafo de formação (sua graduação era em medicina), tornou-se um dos maiores pensadores da Geografia, em virtude, principalmente, das obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*. Castro caracterizou seu pensamento por romper com algumas falsas convicções que imperavam em seu período (e que ainda se fazem presentes nos dias atuais) de que a fome e a miséria do mundo eram resultantes do excesso populacional e da escassez de recursos naturais.

reconhecidos como graves problemas de saúde pública. A partir disso, o Governo brasileiro tomou algumas medidas que poderiam solucionar esse problema, onde Peixinho (2013) ressalta que, a primeira foi a criação do salário-mínimo em 1º de maio de 1940, a segunda foi a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), em agosto do mesmo ano, cujo objetivo tratava-se da melhoria dos hábitos alimentares dos trabalhadores, e na sequência, em 1945, a fundação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA).

Assim, o marco inicial do Pnae ocorreu no ano de 1955, através da assinatura do Decreto nº. 37.106 pelo presidente João Café Filho, instituindo a Campanha de Merenda Escolar (CME), ligada ao Ministério da Educação (MEC), o qual, posteriormente passa por algumas alterações em sua nomenclatura, sendo: Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) em 1956, com o Decreto nº 39.007/1956, e Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65, de 20 de setembro de 1965 (Brasil, 2017).

Até a década de 1970 os alimentos distribuídos advinham de doações de instituições internacionais, em que Santos *et al.* (2007) destacam: o Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência (Unicef), o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, por meio do programa Alimentos para Paz, e a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Ademais, o ano de 1970 marca a reestruturação do programa, onde o mesmo passou a ser de responsabilidade exclusiva do governo federal, e a obtenção dos gêneros alimentícios era de participação prioritária de empresas nacionais (Peixinho, 2013).

No entanto, Santos *et al.* (2007) assinalam que a CNAE passa a ter uma dimensão de política social de âmbito nacional, somente a partir da sua integração ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) implementado a partir de 1976 pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), cuja finalidade era fornecer refeições que complementassem parcialmente as necessidades calóricas diárias de escolares do 1º grau e pré-escolares da rede pública de ensino. Assim, no ano de 1979, o Programa passou a efetivamente se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Continuando neste percurso histórico de construção do Pnae, é valoroso ressaltar a importância da Constituição de 1988, que marca a afirmação de diversos direitos sociais nos mais diferentes âmbitos. Na alimentação escolar, por exemplo, a Constituição Brasileira passou a assegurar o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais (Brasil, 1988, art. 208, inc. VII).

Ademais, as discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) fomentadas, principalmente, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, bem como a promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) incorporado em vários dispositivos e princípios da Constituição Federal, foram essenciais para a trajetória do Pnae. Burity *et al.* (2010) destaca também a contribuição de Josué de Castro para o debate e a ativa participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO.

Outra importante contribuição, nesse sentido, foi a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 1993, o qual trata-se de um órgão consultivo vinculado à Presidência da República, constituindo-se como um espaço de articulação intersetorial e de negociação entre Estado e sociedade civil na construção de políticas na área de SAN. No entanto, enfrentou inúmeros constrangimentos e limites para sua efetiva atuação, até os presentes dias, sendo fechado pela primeira vez em 1955 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O processo de descentralização da gestão do Pnae, também traz uma marca significativa para sua história, cabendo destacar a municipalização e a participação comunitária. Ademais, partir de 1997, o programa passa a ser coordenado pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC, que contribui para este processo. Nessa perspectiva, dá-se início a uma nova modalidade de recursos financeiros do Governo Federal, em que se substitui os convênios por transferência automática. Assim, todos os municípios, Distrito Federal (DF) e estados do país passam a receber os recursos para aquisição de gêneros alimentícios (Peixinho, 2013).

A Lei nº 8.913, de julho de 1994, foi a grande responsável por o avanço da descentralização do Pnae, e sua consolidação se deu através do gerenciamento do FNDE. Os avanços continuam, com a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 - uma das reedições da MP nº 1.784/98 -, que destaca a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local (Brasil, 2001).

A municipalização da alimentação escolar não somente viabilizou a adaptação dos cardápios do Pnae aos hábitos e às práticas alimentares regionais, como também possibilitou maior aproximação entre os gestores do programa e seus beneficiários. Bezerra (2009) destaca que a descentralização do programa abriu espaço uma série de benefícios que possibilitava a

efetivação de suas propostas, como evidenciava que a delegação da atribuição de aquisição dos gêneros alimentícios aos estados e municípios e às escolas, cria-se a possibilidade de efetivamente superar o clientelismo; a prática dos desvios de recursos e de alimentos; o descompasso entre a merenda distribuída e a cultura alimentar de seus usuários.

A descentralização proporcionada pela Lei supracitada, segundo Bezerra (2006) resgata a credibilidade do Pnae, que sempre foi instrumento de práticas clientelistas e de corrupção quando era centralizado. Junto a esse processo, abriu-se portas para a participação popular, especialmente, através da instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) em 2000.

Com a chegada do novo século, novas mudanças e avanços circunscrevem a história do Pnae, é o que acompanharemos no próximo tópico.

4.2.2 Objetivos, avanços e desafios: 2000 a 2020

O Pnae é considerado a política pública mais antiga no âmbito da alimentação escolar e seu principal objetivo é, de acordo com a Cartilha Nacional da Alimentação Escolar (Brasil, 2014) contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

São evidentes os avanços que o Pnae conquistou ao longo dos 68 anos de sua existência, sobretudo a partir de 1995, particularmente, no período de 2003 a 2012 que marca o governo Lula. De acordo com Vasconcelos (2013), neste período, observa-se uma importante ampliação do programa, em termos de alocação de recursos financeiros e de cobertura populacional, além do estabelecimento de critérios técnicos e operacionais visando maior flexibilidade, eficiência e eficácia na gestão do Programa, tais como os estímulos para a ampliação e o fortalecimento do papel dos Conselhos de Alimentação Escolar no controle social, e as estratégias normativas para as ações do nutricionista como responsável técnico.

A instituição da Lei nº 11.947/2009 trouxe novos avanços para o Pnae, universalizando o programa para toda educação básica (da educação infantil ao ensino médio, além dos jovens e adultos); e implementando a exigência do investimento de um percentual mínimo dos recursos na compra direta de produtos da agricultura familiar. Além disso, a Lei define a Alimentação Escolar como “todo alimento oferecido no ambiente escolar,

independentemente de sua origem, durante o período letivo” (Brasil, 2009, art. 1), e define suas diretrizes, sendo:

Quadro 4 - Diretrizes do Pnae

Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação Social	Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito a alimentação escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

Sambuichi *et al.* (2014) ressaltam os debates sobre segurança alimentar promovidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) - que foi reaberto em 2003 - e as reivindicações dos movimentos sociais acerca das compras públicas do agricultor familiar, como potentes influências no processo de implementação desta Lei.

Ademais, avanços importantes no âmbito do Programa continuam a se destacar, com a chegada do Programa Estratégia Fome Zero, que visava o enfrentamento das questões relativas à fome por meio da integração de vários programas e políticas relacionados à assistência social, à transferência de renda e às ações de natureza estruturante, como a geração de emprego e renda, a reforma agrária e outras (Peixinho, 2013).

Pode-se afirmar que a Estratégia Fome Zero trouxe inúmeras mudanças para o país, um deles foi a saída do Mapa Mundial da Fome em 2014, onde, entre 2002 e 2013 caiu para 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação. Tal programa estava articulado a outros programas e ações, como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o PAA, o Pnae, a criação dos Restaurantes Populares e cozinhas comunitárias, a construção de cisternas de captação de água da chuva nas regiões do semiárido, dentre outros (Brasil, 2010).

Nesse período, o Pnae passou por inúmeros avanços como mencionei até então, nos quais evidencio três: a implementação e funcionalidade dos CAEs; a exigência da presença do(a) Nutricionista como Responsável Técnico(a); e as compras da agricultura familiar.

4.2.2.1 Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs)

O Pnae é acompanhado e fiscalizado de modo direto pela sociedade por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público, responsável em apurar denúncias.

No entanto, os Conselhos de forma geral são uma importante ferramenta para participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas nos três níveis da administração pública. Os CAEs foram criados a partir da Lei nº 8.913/1994, a qual previa que os recursos destinados ao programa, diretamente proporcionais ao número de alunos matriculados, só seriam repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que tivessem o funcionamento do mesmo. Sua composição, de acordo com a Medida Provisória n.º 1.979-19 de junho de 2000, é:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder; II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder; III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe; IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares; V - um representante de outro segmento da sociedade local (Brasil, 2000, art. 3).

O exercício do controle social pelos CAEs, favorece o acompanhamento e o controle da execução do programa, uma vez que busca também zelar pela qualidade dos alimentos oferecidos e acompanhar a aceitação dos cardápios pelos escolares. A atenção à qualidade da alimentação escolar ofertada é uma das principais preocupações do programa, e os conselhos, nesse sentido, desempenham um papel fundamental, ao passo que uma de suas funções é visitar periodicamente as escolas para verificar se a alimentação está efetivamente acontecendo dentro dos padrões desejados, com o cardápio previsto (Brasil, 2017).

Vale ressaltar que o CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Possuem mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos respectivos segmentos, e não são remunerados. Suas principais funções, estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 5 - Atribuições do CAE

Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento das diretrizes e objetivo do PNAE;
Analisar a prestação de contas do gestor e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;
Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;
Elaborar o Regimento Interno;
Elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início do ano letivo.

Fonte: Adaptada de Cartilha sobre CAE (Brasil, 2014).

A exigência desses Conselhos foi crucial para a participação de membros da comunidade escolar e da sociedade civil nas questões de interesse do programa, bem como para o desenvolvimento e fortalecimento da economia local. Ademais, consolidam o princípio da democracia, através do controle social, uma vez que a sociedade pode acompanhar tanto o processo de implementação do programa, quanto fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros, evitando desvios e garantindo o direito de crianças e adolescentes à alimentação escolar.

4.2.2.2 Nutricionista como Responsável Técnico(a) (RT) do programa.

De forma geral, a alimentação e nutrição adequada são requisitos básicos para a promoção e proteção da saúde. Para isso, inicialmente, o(a) profissional nutricionista foi apontado(a) como responsável pela elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, na Lei nº 8.913/1994. Todavia, a partir de 2003, no início do Governo Lula, o Pnae passa a ter, pela primeira vez, um(a) nutricionista como principal gestor do Programa, em nível central, onde a Resolução do CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006 estabelece sua responsabilidade técnica.

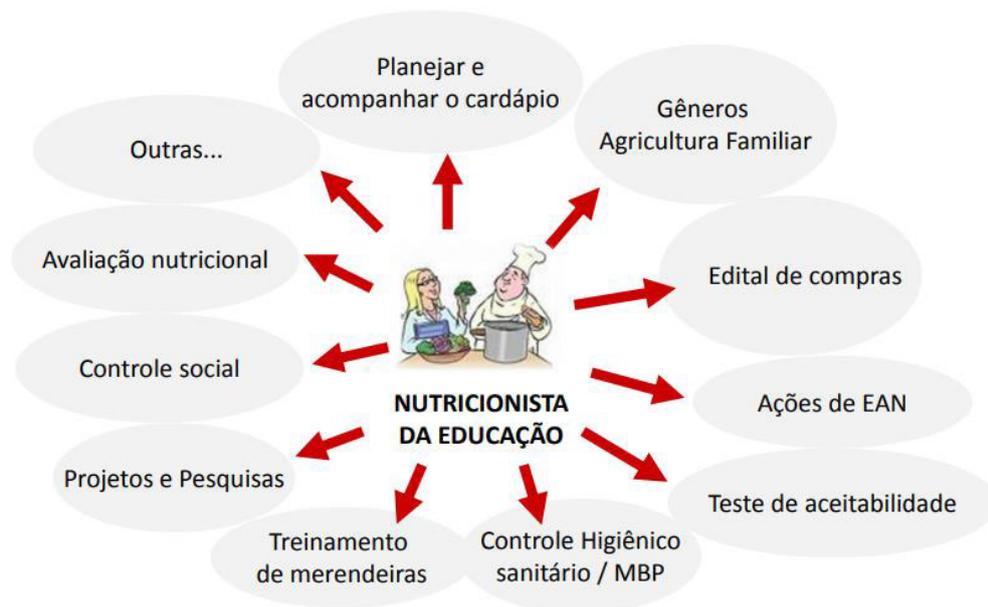
A presença deste profissional à frente do Programa, com a inserção de outros nutricionistas à equipe técnica, acarretou avanços e apontamentos importantes nas resoluções do FNDE que normatizam o Programa, nos quais Chaves *et al.* (2013) menciona: ampliação das atribuições do nutricionista atuante no Pnae; exigência, por meio de ofícios e visitas

orientadoras para a contratação do profissional como RT nas Entidades Executoras, atuação realizada em conjunto com o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); bem como exigências técnicas para elaboração de cardápios, como a obrigatoriedade de inserção de frutas e hortaliças e a restrição ao açúcar, sódio e gordura saturada.

Nesse sentido, o(a) nutricionista é o(a) profissional habilitado(a) que assume o planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição, dentro da Secretaria de Educação quanto à alimentação escolar, o que garante atender com mais precisão as carências nutricionais dos(as) alunos(as). Em 2005, o CFN instituiu a Resolução nº 380, posteriormente revogada pela Resolução nº 600/2018, que dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições.

Na ocasião, foram estabelecidas seis áreas de atuação, a saber: Nutrição em Alimentação Coletiva; Nutrição Clínica; Nutrição em Esportes e Exercício Físico; Nutrição em Saúde Coletiva; Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos; e Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão (Brasil, 2018, art. 2). Na imagem a seguir, podemos visualizar resumidamente algumas das atividades do(a) nutricionista:

Figura 10 - Funções do(a) Nutricionista Responsável Técnico do Pnae



Fonte: Cartilha FNDE: Papel do Nutricionista nas Políticas Públicas [s.d]

Assim, os cardápios devem ser elaborados de forma que atendam em média a necessidades nutricionais estabelecidas, as porções devem ser servidas de acordo com a faixa etária, além disso, devem atender as necessidades nutricionais diárias levando em consideração os valores de referência de energia, macronutrientes e micronutrientes (Brasil, 2022). Ademais,

a alimentação escolar deve ser estabelecida com base nas referências e hábitos alimentares da cultura alimentar da localidade levando em consideração a sazonalidade e diversificação agrícola da região.

Além disso, é sua responsabilidade também realizar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas, que de acordo com Brasil (2018, p. 08), trata-se do “campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o Direito à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA)”. Tais ações são essenciais para a prevenção e o controle dos problemas alimentares e nutricionais atuais e para promoção de uma alimentação mais saudável.

Em suma, a presença e atuação do profissional nutricionista no âmbito do Pnae, se revelam fundamentais para garantir a eficácia e qualidade da alimentação oferecida nas instituições de ensino. A expertise desses(as) profissionais na promoção de hábitos alimentares saudáveis, aliada à sua capacidade de planejar cardápios balanceados e adequados às necessidades nutricionais específicas de crianças e adolescentes, desempenha um papel crucial na formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Sua atuação vai além da simples oferta de refeições, representando um investimento no bem-estar e na saúde futura da população estudantil.

4.2.2.3 Aquisição de produtos da agricultura familiar

Na perspectiva de fortalecer a oferta de alimentos mais saudáveis no cardápio escolar, a Lei nº 11.947/2009 traz também outro importante avanço, que é a garantia de um percentual mínimo dos repasses do FNDE serem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar, preferencialmente, em âmbito local. O Art. 14 desta Lei diz:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do Pnae, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (Brasil, 2009, art. 14)

Assim, o programa engloba elementos relacionados à produção, consumo e acesso, na perspectiva de ofertar uma alimentação saudável ao seu público-alvo, além de estimular a

agricultura familiar nacional, reduzindo a pobreza e a insegurança alimentar no campo, potencializando a afirmação da identidade desses(as) profissionais, impulsionando a (re)organização de comunidades rurais, indígenas e quilombolas, impulsionando as economias locais, e ampliando a oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar.

Mormente, em relação a aquisição de alimentos da agricultura familiar, destaca-se duas diretrizes do Programa: I - emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; e o V - apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2009, art. 2, inc. I, V).

Para isso, a referida Lei prevê a dispensa do “procedimento licitatório” desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, que, segundo Brasil (2022) institui a chamada pública como ferramenta de compra, a qual é entendida como um instrumento firmado no âmbito da estratégia de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública. Ademais, essa ferramenta permite atender às especificidades necessárias à aquisição da agricultura familiar.

O Caderno de Compras da Agricultura Familiar para o Pnae elaborado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2022) traz o passo a passo do processo de compra desses produtos, demonstrado na imagem abaixo e descritos a seguir:

Figura 11 - Dez passos para comprar da agricultura familiar



Fonte: Adaptado de Brasil (2022)

O primeiro passo trata-se do orçamento, onde, a Entidade Executora necessita saber qual o montante orçamentário anual disponibilizado pelo FNDE, para então planejar o lançamento de editais de chamada pública. O valor de repasse é calculado com base no Censo Escolar do ano anterior, com valores estabelecidos por dia letivo para cada aluno, de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Posteriormente, estabelece-se a meta de aquisição da agricultura familiar, que não deve ser inferior ao mínimo de 30% dos recursos repassados.

Já o segundo passo parte da premissa de que o envolvimento de diversos parceiros permite elaborar um bom mapeamento dos produtos da agricultura familiar local e regional. Assim a articulação entre os atores sociais, onde Brasil (2022) menciona: as Secretarias de Educação, Agricultura e Secretaria de Saúde com as representações da agricultura familiar e de segmentos que possam trabalhar na interlocução com entidades locais, é uma ação essencial para que a EE obtenha êxito na aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar.

O terceiro passo diz respeito a elaboração do cardápio e da pauta de compras, que são responsabilidades do(a) nutricionista Responsável Técnico(a). A elaboração dos cardápios, através do mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, deve incluir alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e de acordo com a sazonalidade. A pauta de compras trata-se da relação dos gêneros alimentícios que devem ser comprados, para a preparação do que foi planejado.

A Pesquisa de preço é a próxima etapa a ser seguida nesse processo, onde, os preços dos produtos contratados no âmbito da chamada pública devem obrigatoriamente refletir os preços de mercado, sendo previamente definidos pela pesquisa realizada pela EE (Brasil, 2022).

Em relação aos alimentos orgânicos e agroecológicos devem ser priorizados sempre que possível no cardápio da alimentação escolar, podendo os preços para estes serem até 30% maiores que os correspondentes convencionais.

Logo em seguida vem a elaboração e publicação do Edital de Chamada Pública. As Entidades Executoras são as responsáveis por essa etapa, uma vez que, é através deste instrumento que se torna pública a intenção de compra dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. O edital de chamada pública deve conter informações suficientes para que os(as) agricultores(as) possam formular corretamente seus projetos de venda, destacando: tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas para cada produto ou grupos de produtos e locais de entrega (Brasil, 2022).

O sexto e sétimo passos são a elaboração, recebimento e seleção dos Projetos de Venda. O projeto de venda de acordo com Brasil (2022) é o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender sua produção para a alimentação escolar, onde a responsabilidade da elaboração e entrega do mesmo é dos(as) agricultores familiares ou suas organizações. Além disso deve apresentar uma proposta de fornecimento de gêneros alimentícios (produtos, quantidade, cronograma de entrega etc.), de acordo com as especificações publicadas no edital de chamada pública.

É importante lembrar que o limite individual de venda do Agricultor Familiar para o programa, estabelecido na Resolução CD/FNDE nº 06/2020 (alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021) é de R\$ 40 mil por DAP/ano/Entidade Executora. Posteriormente os projetos são recebidos e selecionados pela EE, conforme habilitação da documentação e critérios estabelecidos na Resolução CD/FNDE nº 06/2020.

O oitavo passo é o recebimento, se necessário, de amostras para controle de qualidade e conformidade sanitária, levando em consideração, os cuidados em toda a cadeia produtiva, além da manipulação dos alimentos, e normas para preparo, armazenamento e distribuição. Em seguida, assina-se o Contrato de Compra, sendo a formalização legal do compromisso assumido pela EE e pelos fornecedores para a entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. E o último passo traz o recebimento dos produtos e pagamento dos agricultores familiares, em que ambas as informações devem estar previstas no edital de chamada pública e no respectivo contrato.

Nesse sentido, o vínculo da agricultura familiar com o Programa fortalece consideravelmente o cumprimento das diretrizes estabelecidas, principalmente no que tange a aplicação da alimentação saudável, além de fortalecer esse segmento. Ademais, a valorização

dos(as) agricultores locais não apenas fortalece a economia das comunidades rurais, mas também contribui para a diversificação e qualidade dos alimentos oferecidos nas escolas, fomentando o consumo de produtos frescos e saudáveis.

Como vimos, muitas foram os avanços que o Pnae alcançou até a instituição da Lei nº 11.947/2009, a qual, segundo Freitas (2017) representou uma verdadeira virada institucional no Pnae, tornando-o mais permeável a outros atores sociais em seu processo de implementação. É importante frisar que a centralidade adquirida pelas políticas de combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais na agenda pública dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016) foi um movimento importante para otimização do Programa.

Ademais, essa face muda drasticamente com as mudanças ocorridas no cenário político desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016) até a Pandemia da Covid-19. Nesse período o país passa por um processo de desmonte acentuado do Sistema Nacional de SAN e das políticas para agricultura familiar, acerca da continuidade deste curso de inovação social (Schottz, 2019).

Essa agenda de desmonte comprometeu não somente a estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), mas também ameaçou gravemente a capacidade do Estado Brasileiro em garantir proteção social, combater a fome e promover sistemas sustentáveis de produção e consumo de alimentos nutricionalmente adequados (Santarelli *et al.*, 2017). Tratava-se então, de uma profunda reorientação nas prioridades do Estado, que afetou a estruturação de políticas públicas que vinham sendo construídas, aprofundou as desigualdades sociais e impôs restrições à participação cidadã.

Lourenço, Grisa e Schmitt (2022) ressaltam que as prioridades desse novo modelo de governo, voltaram-se basicamente para a garantia da estabilidade macroeconômica, acreditando na capacidade dos mercados de assegurar a retomada do crescimento econômico, onde, para isso, o Estado passou a atuar na flexibilização de normas e regulamentações de interesse do setor privado (que afetaram, por exemplo, a legislação trabalhista, ambiental e fundiária), apostando nas privatizações, em detrimento de gastos públicos e investimentos. Dessa forma, percebe-se nesse período, um intenso fortalecimento de políticas públicas e grandes projetos de infraestrutura direcionados ao agronegócio, aprofundando o viés agroexportador.

Em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) o processo de deterioração dos espaços democráticos participativos intensificou-se mais velozmente, quando, em seu primeiro dia de governo, o Consea foi extinto por meio da Medida Provisória (MP) 870/19. Schottz

(2019) destaca que em 2019, os espaços de participação social sofreram um novo ataque com a publicação do Decreto n.º 9.759, que extinguiu diversos conselhos e comitês que integravam a Política Nacional de Participação Social, dentre eles o Grupo Consultivo do Pnae.

Logo em seguida, adentramos, em meio a um cenário já caótico de crises e desmontes orçamentários e institucionais, noutra complexa fase: a pandemia do Covid-19, que representou um dos maiores desafios da saúde pública deste século, causando impactos na saúde e nas condições de vida das populações em todo o mundo.

4.2.3 Da pandemia da Covid-19 ao nascer de novos dias: 2020 a 2023

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), ou seja, o mais alto nível de alerta da Organização. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus, na qual suscitaram diversas medidas sanitárias, como o isolamento social.

Durante o período de isolamento social, escolas foram fechadas em todo o Brasil, o que demandou a necessidade de novas formas de atuação nesse seguimento, bem como, novas estratégias foram necessárias para garantir a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, assegurando assim a manutenção da alimentação escolar para os milhões de alunos(as) em todo o território nacional.

A Lei nº 13.987 publicada em abril de 2020, altera a Lei nº 11.947/ 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica (Brasil, 2020, art. 21-A). Então nesse momento, as escolas públicas no país, distribuía cestas alimentares nos domicílios dos estudantes e famílias isoladas pelas normas sanitárias, mas que continuavam sofrendo com a fome.

O Ministério da Educação (Brasil, 2021) destaca que nesse contexto, o Pnae passou a ter ainda mais um papel central para a SAN, dado que o isolamento social expôs e aumentou o desemprego ou subemprego no país, com consequente aumento da fome por milhares de brasileiros, onde, o programa e outras ações sociais foram fundamentais para garantir o acesso à alimentação a milhares de estudantes e seus familiares.

Em estudo realizado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2021) sobre a execução do Pnae durante a pandemia, observou-se que 94,6% das Entidades Executoras realizaram alguma ação para distribuição de alimentos e/ou refeições, sendo que a maioria utilizou o recurso federal, e outras recursos próprios. Ainda, com a suspensão das aulas na metade do mês de março de 2020, boa parte das EEx tinha gêneros alimentícios estocados que foram entregues nas escolas.

O mesmo estudo aponta que as ações mais realizadas durante o período de interrupção das aulas, foi a distribuição de kits de alimentos distribuídos em pontos pré-determinados e kits de alimentos entregues em casa, independente da utilização do recurso federal ou recurso próprio. Em relação aos alimentos oriundos da agricultura familiar na composição dos kits, observou-se que as frutas, legumes e verduras in natura foram mais frequentes, seguidos dos pães e ovos, porém, apenas 46,57% das EEx adquiriram produtos da agricultura familiar (Brasil, 2021).

Uma outra característica importante do programa nesse período, foi a priorização do atendimento de parte dos alunos pelos gestores, onde, sugeriu-se a adoção do cadastro do Auxílio Emergencial – benefício financeiro destinado a famílias do Cadastro Único para programas sociais, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados - (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020). Essa medida foi necessária, ao passo que existiam EEx que não possuíam recursos para suplementar o valor repassado pelo governo federal e que, geralmente, isso ocorria nos locais em que a alimentação escolar cumpre um papel mais importante na garantia do DHAA.

Infelizmente, como aponta Brasil (2021) esta distribuição de kits não foi suficiente para garantir a SAN de escolares, no que se refere à quantidade de alimentos recomendados para suprir suas necessidades, porém, promoveu, em parte, o direito humano à alimentação, não somente aos(as) estudantes, como também, das próprias famílias, em que muitos casos, eram os únicos alimentos que tinham acesso.

Após dois anos de pandemia, em meados de março de 2022, a grande maioria das escolas municipais começam a voltar a ter aulas presenciais, e novamente o Pnae busca formas de ir se adaptando ao novo cenário, especialmente em relação as práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), as quais trouxeram orientações em relação a higienização do corpo e dos alimentos, às formas de contágio e à alimentação, uso correto de máscaras, práticas de manipulação, higienização, armazenamento, preparação e consumo dos alimentos, etc.

O período pós pandemia marca a ressignificação da visão de mundo de toda a população mundial, no Brasil, diante de um período de crise econômica, política e social, onde a fome e as desigualdades sociais ganham espaço substancial, um novo cenário tende a emergir com a saída de um modelo de governo liberal e a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o compromisso de novamente retirar o país da situação de insegurança alimentar.

Em seu discurso de posse, no dia 1 de janeiro de 2023, ele assegura:

Nenhuma nação se ergueu nem poderá se erguer sobre a miséria de seu povo. Os direitos e interesses da população, o fortalecimento da democracia e a retomada da soberania nacional serão os pilares de nosso governo. [...] Nossas primeiras ações visam a resgatar da fome 33 milhões de pessoas e resgatar da pobreza mais de 100 milhões de brasileiras e brasileiros, que suportaram a mais dura carga do projeto de destruição nacional que hoje se encerra (Silva, 2023, n.p.).

De acordo com Brito, Leite e Chacon (2023) apesar da indisponibilidade de pesquisas e dados sobre a diminuição da fome ou não, nesse período gestão, a implantação de um ministério específico para esta pauta – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – bem como da instituição de um Ministério específico para a agricultura familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – é de uma relevância considerável para obter mudanças significativas frente ao compromisso do fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar, ao retomar políticas públicas como o PAA, e a reabertura do Consea.

Em relação ao Pnae, o governo prometeu reajustar em 39% o repasse para alimentação escolar, premiando prefeitos e prefeitas que cumprirem com a compra de 30% dos produtos da agricultura familiar. Segundo o Planalto (Brasil, 2023) com a correção, o orçamento destinado à compra da merenda passará de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões.

Além disso, foi publicada a Lei 14.734, de 2023 que determina que estados, Distrito Federal e municípios forneçam verba e condições para o pleno funcionamento do conselho de alimentação escolar (CAE). A Lei prevê que todos os entes federados forneçam instalações físicas, recursos humanos e recursos financeiros que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população (Brasil, 2023, art. 17, inc. VI).

Nesse sentido, a implementação de políticas voltadas para a melhoria da qualidade nutricional das refeições oferecidas nas escolas, em conjunto com a valorização da agricultura familiar, destacou-se como um diferencial importante nas primeiras ações do governo. A ênfase na promoção da educação alimentar e nutricional, aliada a medidas efetivas de combate à fome, consolidou a relevância do Pnae como ferramenta estratégica na construção de uma sociedade

mais justa e equitativa, refletindo um compromisso sólido com o bem-estar das futuras gerações e o desenvolvimento sustentável do país.

5 MÃOS DE QUEM PLANTA, COLHE E ENTREGA: A AVALIAÇÃO DO PNAE SOB O OLHAR DOS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES

“Enquanto não ouvirem o agricultor, aquele que realmente sabe o dia que planta, o dia que colhe, o dia que serve o dia que num serve, não dá certo” (Agricultor familiar entrevistado, 2023).

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa, que partiu do pressuposto de que a agricultura familiar pode contribuir significativamente para o combate da fome, quando fortalecida e incentivada pelas políticas públicas. Assim, através de cada visita aos territórios, de cada conversa com os(as) agricultores(as) pude abordar os cotidianos, modos de vida e os sentidos (Leite, 2022) produzidos por agricultores(as) familiares em relação à vida nos contextos rurais, à agricultura familiar e à política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do município de Barbalha, Ceará.

Além disso, as entrevistas com os profissionais do Pnae trouxeram aspectos relevantes para a construção de um histórico e do *modus operandi* do programa no município, além de reflexões a respeito do cenário da agricultura familiar no território. A escuta dos(as) agricultores(a) forneceram uma série de relatos sobre suas experiências pessoais com a agricultura familiar, suas comunidades e sua interação com o Pnae. Todas essas reflexões estão fundamentadas e foram analisadas tomando como direção as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, trazidas pela Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), descrita no tópico 3 do capítulo 2 deste trabalho.

5.1 Dimensão Social

Esta dimensão, de acordo com Sachs (2002), se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. Ou seja, o objetivo é a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

De modo geral a dimensão social é vista como uma espécie de capital humano, consistindo na relação entre o aspecto social e as qualidades dos seres humanos. Garcia, Garcia e Cruz (2021) afirmam que ela está baseada num processo de melhoria da qualidade de vida da

sociedade, pela redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria, com o nivelamento do padrão de renda, acesso à educação, moradia e alimentação.

Uma outra perspectiva importantíssima quando se trata das dimensões do desenvolvimento sustentável, é a atenção dada a dimensão cultural que pressupõe promover o desenvolvimento local, levando-se em conta os saberes locais. Chacon (2007) une ambas as dimensões: dimensão sociocultural, ressaltando que o processo de desenvolvimento está relacionado com as relações entre os seres em sociedade e é percebido mais adequadamente localmente. A autora ressalta ainda que:

Saber como vivem as pessoas que devem ser beneficiadas com um determinado projeto é primordial para o planejador ou para a autoridade pública. Suas condições de vida e seus valores culturais são os primeiros pontos a serem conhecidos e considerados (Chacon, 2007, p. 211).

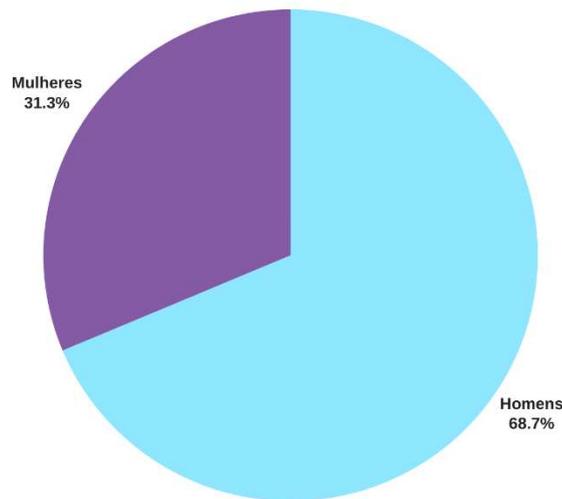
Assim, nesse primeiro tópico, que se encontra articulado com o Objetivo 1 da pesquisa, as variáveis analisadas foram: gênero, cor, idade, escolaridade, estado civil, informações sobre a família, e questões de habitação. Ademais foram analisados aspectos referentes a relação dos(as) agricultores(as) com a agricultura familiar e seus modos de vida no contexto rural, em seus territórios.

5.1.1. Gênero, cor, idade, escolaridade:

De acordo com a lista de agricultores(as) do município de Barbalha cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar fornecida pela Coordenação do programa, estavam aptos a fornecer gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar nos anos de 2021 e 2022, 83 pessoas, sendo 26 mulheres e 57 homens, observados no gráfico a seguir.

Em relação ao período de 2019 a 2020, que se trata de uma outra gestão municipal, não foi possível obter uma listagem de cadastros. Segundo a atual Coordenadora do Pnae, a Secretaria de Educação não possui nenhum dado da gestão anterior, e não possuem um sistema de armazenamento de dados que oportunize acessar as atividades executadas nas gestões anteriores.

Figura 12 - Distribuição por gênero de pessoas cadastradas no Pnae em 2021 e 2022.



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A Lei nº 14.660/2023 alterou o art. 14 da Lei nº 11.947/2009 para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher (Brasil, 2023). Este sancionamento reconhece o importante papel da mulher como mantenedora do núcleo familiar.

Por tratar-se de uma Lei recente e não vigorada no período de cadastro e compra dos produtos pelas produtoras que foi realizada a pesquisa, não foi possível observar sua atuação prática. No entanto, dos 83 produtores(as) cadastrados(os), foram entrevistados desse montante, cinco homens e cinco mulheres, onde pude observar que dentre as entrevistadas e os produtos que entregam ao programa, duas estão relacionadas a culinária (produção de bolos, sequilhos, etc.) e três, apesar de entregarem legumes ou frutas não são quem produz diretamente, são seus maridos, filhos e irmãos do gênero masculino.

Isso, porém, não significa que elas não são agricultoras. A pesquisa constatou que essa condição pode estar relacionada a fatores como: desenvolvimento de atividades não agrícolas (Spanevello *et al.*, 2019); pluriatividade (Schneider, 2003); e até mesmo uma configuração capitalista dos processos de produção agrofamiliares (Ibarra; Pizzinato; Oliveira, 2023).

As atividades não agrícolas segundo Spanevello *et al.* (2019) são uma importante alternativa geradora de renda para a população rural, especialmente aquela pertencente à agricultura familiar, as quais buscam ocupar diversas áreas de trabalho, além do agrícola, tais como turismo rural, agroindustrialização, comércio, culinária e prestação de serviços. A

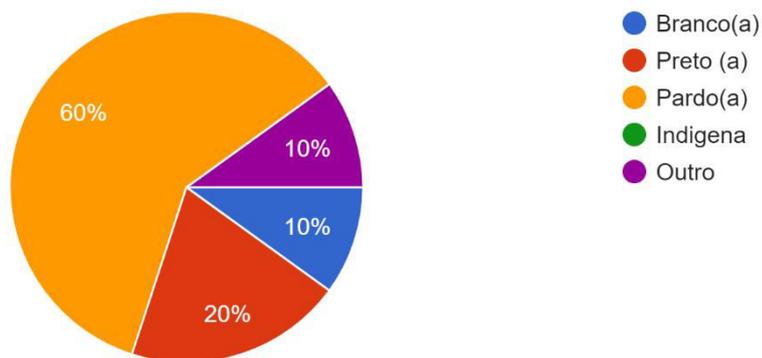
pluriatividade nesse sentido, “refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas” (Schneider, 2003, p. 79).

O autor ainda reforça, que em se tratando das mulheres, na gestão do trabalho doméstico, o trabalho agrícola nas lavouras, muitas vezes, encontra-se sempre incluído, sendo ou não a atividade principal da propriedade. Tais fatores podem ainda estar relacionados ao que Ibarra, Pizzinato e Oliveira (2023) denominam de organização capitalista dos processos de produção agrofamiliares, em que orienta a configuração de papéis específicos de gênero dentro das famílias, definindo uma divisão do trabalho, na qual, os homens exercem atividades fora do lar, e as mulheres realizam atividades domésticas e de cuidado.

Observar toda essa estrutura social da perspectiva da mulher agricultora é de suma importância para perceber os espaços em que as mesmas estão ocupando dentro de seus territórios e de suas famílias, e assim tornando-se possível possibilitar o direito ao acesso às políticas públicas.

Na continuidade do perfil social desses atores e atrizes, no que tange a autodeclaração da cor, 60% consideram-se pardos(as), 20% pretos(as), 10% brancos(as) e 10% afirmaram ser da cor moreno(a):

Figura 13 - Distribuição por cor dos(as) agricultores(as) entrevistadas

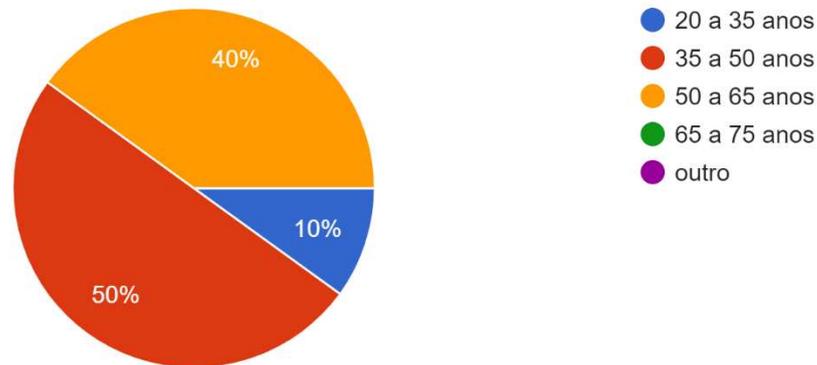


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

No que se refere a idade, metade do público entrevistado estava na faixa etária dos 35 aos 50 anos de idade, 40% estavam entre os 50 a 65 anos, e os outros 10% entre os 20 a 35 anos. Já o nível de escolaridade demonstra que 40% concluíram o ensino médio, 30% apresentavam ensino superior completo, 20% não concluíram o ensino fundamental, sendo que estes relataram que só sabiam escrever o nome, e 10% ainda não haviam terminado o ensino

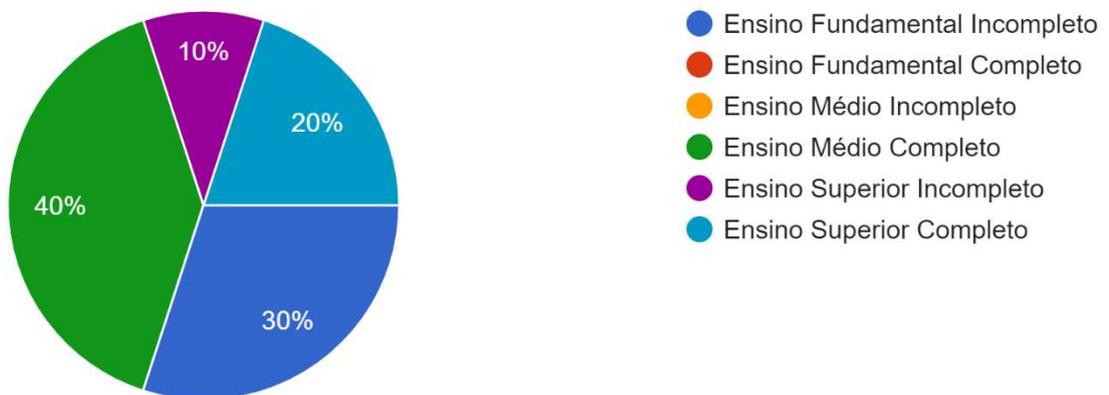
superior. Um fato relevante é que os cursos superiores cursados pelos(as) entrevistados(as) estavam relacionados a agricultura ou administração.

Figura 14 - Distribuição por idade dos(as) agricultores(as) entrevistadas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Figura 15 - Distribuição por nível de escolaridade dos(as) agricultores(as) entrevistadas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

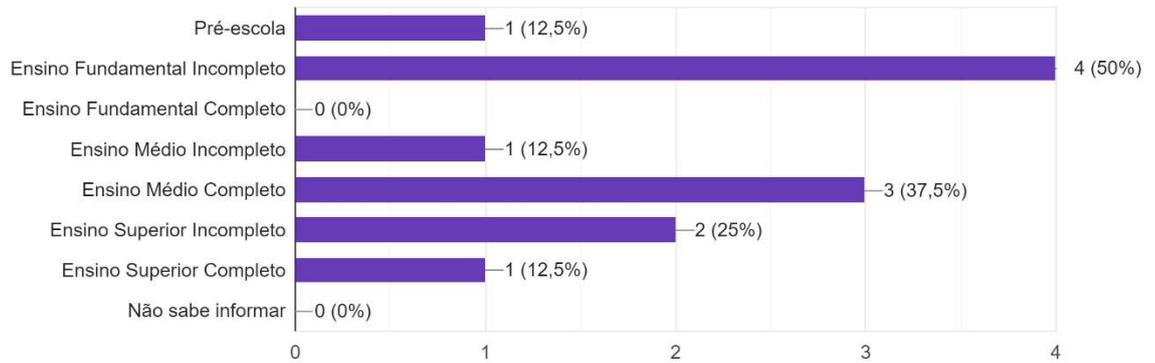
5.1.2. Estado civil, informações sobre a família e questões sobre habitação:

Quando questionados(as) sobre seu estado civil, quatro responderam que são casados(as), dois divorciados(as), dois em união estável, um solteiro(a) e um viúvo(a). 80% dos(as) entrevistados(as) afirmaram ter filhos, onde 75% deles(as) tem três filhos(as) e 25% têm dois filhos(as).

Em relação a escolaridade dos(as) filhos(as) das pessoas entrevistadas, a maior parte são crianças ou adolescentes, onde 50% deles(as) estão cursando o ensino fundamental e

37,5% finalizaram o ensino médio, 12,5% encontram-se na pré-escola, 12,5% encontram-se cursando o ensino médio. Já no ensino superior estão o percentual de 25% (em curso) e 12,5% (concluído).

Figura 16 - Nível de escolaridade dos(as) filhos(as) dos(as) agricultores(as) entrevistadas



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Um fato interessante diz respeito a profissão de seus(as) filhos(as). Das oito pessoas que têm filhos(as), apenas 25%, ou seja, um(as) deles(as) é agricultor(a). Os demais têm seus empregos assalariados com carteira assinada, ou somente estudam.

Uma das características da agricultura familiar é a reprodução social ao longo do tempo, que se baseia no processo de sucessão por meio da colocação de um(a) dos(as) filhos(as) no lugar dos pais. Tal processo consiste na transferência, pelos pais, do controle da gestão do seu patrimônio familiar aos filhos (Fischer; Marini; Filippim, 2016). A sucessão rural é também um dos principais problemas enfrentados nesse segmento, especialmente pelo desinteresse dos(as) filhos(as) em assumirem as atividades agrícolas da família, ou pelos próprios pais acharem que é um setor “sofrido”, “cansativo” e desejarem um futuro “melhor” pra eles(as).

Esse problema tem causado uma intensa diminuição da população rural, principalmente de jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece, 2021), em 2019, a proporção de pessoas vivendo nas cidades chegou a 75,8 no Ceará, onde, é possível observar que a taxa de urbanização apresenta pequenas variações entre alguns períodos, evidenciando que o ritmo de incremento da população urbana e, conseqüentemente, o esvaziamento da zona rural, tem permanecido, praticamente, estável nos últimos anos.

Fischer, Marini e Filippim (2016) destacam a instabilidade e mesmo a insuficiência de renda, bem como a falta de outros atrativos, sobretudo de lazer e renda, como motivos que levam a juventude rural a buscar suas aspirações nas cidades. No caso em questão, os(as)

filhos(as) que trabalham em empregos formais na cidade, ainda residem na zona rural, mas não são vinculados a agricultura familiar e passam maior parte do tempo na zona urbana.

Nesse sentido, é possível observar uma mudança na face do perfil social desses(as) agricultores(as), através de variáveis como: nível de escolaridade, gênero, quantidade de filhos(as) e suas profissões, etc. Esse fenômeno é o que alguns autores e autoras denominam como “nova ruralidade”. Chiodi, Marques e Muradian (2018) destacam que nas últimas décadas, a concepção de um rural estritamente agrícola vem passando por mudanças profundas, onde há em curso uma mutação da visão do rural enquanto lugar estritamente produtivo com função unicamente econômica para outra, em que o rural é considerado um território com múltiplos papéis para a sociedade global.

Este é um conceito que traz inúmeras reflexões a respeito dos motivos pelos quais tais mudanças vem ocorrendo, podendo assim ser aprofundado no desenvolvimento de trabalhos futuros, mas que considero importante frisar as possíveis ramificações que a pesquisa traz nessa perspectiva.

Por conseguinte, ao analisar as condições de habitação, um ano antes e um ano depois do(a) entrevistado(a) entrar no Pnae, a fim de perceber se houve mudanças na conjuntura de suas vidas e de suas famílias, foi perceptível algumas alterações em relação a estrutura da casa, como aumento dos cômodos (número de quartos e banheiros), e aquisição de bens (celular, televisão, internet) compra ou troca de transporte próprio. O número de pessoas residentes na casa também mudou, alguns aumentaram e outros diminuíram. A fonte de abastecimento de água também sofreu alteração, sendo que depois do Pnae 80% das residências passaram a utilizar poço ou nascente. Pode-se observar melhor essas informações no quadro abaixo:

Quadro 6 – Comparativo das informações sobre habitação dos dos(as) agricultores(as) entrevistados

	1 ano ANTES de entrar no Pnae	1 ano DEPOIS de entrar no Pnae
Condição da casa	Própria: 100%	Própria: 100%
Nº de pessoas que moram na casa	1 a 3: 60%	1 a 3: 50%
	4 a 7: 30%	4 a 7: 50%
	+ de 10: 10%	
Nº de cômodos da casa	3 a 4: 10%	
	4 a 5: 10%	4 a 5: 10%
	5 a 6: 70%	5 a 6: 80%
	+ de 6: 10%	+ de 6: 10%
Itens da casa	1 quarto: 10%	
	2 ou + quartos: 90%	2 ou + quartos: 100%
	1 banheiro: 80%	1 banheiro: 70%

	2 ou + banheiros: 20%	2 ou + banheiros: 30%
	Celular: 80%	Celular: 90%
	Internet: 80%	Internet: 100%
	Computador: 30%	Computador: 30%
	Televisão: 80%	Televisão: 90%
	Transporte próprio: 60%	Transporte próprio: 70%
Fonte de abastecimento de água	Poço ou nascente: 70%	Poço ou nascente: 80%
	Rede de fornecimento pública (encanada): 30%	Rede de fornecimento pública (encanada): 20%

Fonte: Elaborada pela autora conforme realização de entrevistas (2023)

As alterações mais significativas foram na reforma da casa e aquisição de bens materiais, que serão mais bem explanados na dimensão econômica. Ademais, resalto aqui alguns depoimentos que validam essa informação, como o sr. Mandacaru que diz: *“Celular, Internet, moto... foi tudo com apoio do Pnae e do PAA”*, o sr. Hibisco: *“Comprei uma moto depois do Pnae, troquei o carro também”*, e a Sr.^a Chanana: *“ajudou a ampliar a casa, né? E comprar alguns bens domésticos que a gente tinha vontade de comprar”*.

5.1.3. Modos de vida e cotidianos na relação com a agricultura familiar e seus territórios:

Tomando como ponto de partida o conceito de ruralidade fornecido por Medeiros (2017, p. 181), que “é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família”. Abordo aqui outra perspectiva dessa dimensão social, que é a relação desses atores e atrizes com a agricultura familiar e com seus territórios.

Dona Clitória me conta que é agricultora desde quando se entendeu por gente, e esse discurso é comum em 90% das entrevistas. A agricultura trata-se de um modo de vida, um patrimônio cultural e social, uma herança deixada pelos seus(as) ancestrais, como diz seu Mandacaru. A figura abaixo traz alguns relatos nessa perspectiva:

Figura 17 - Depoimentos sobre a relação com a agricultura

“Desde quando eu nasci, comecei a trabalhar puxar cova com os pés, eu tinha 12 anos, morava no Pernambuco, né? E para comprar uma calcinha era trabalhando, puxando da enxada pros pés. Ai agora eu num tô mais trabalhando, que eu não posso [.], mas desde os tempo eu trabalhei na agricultura. Nunca trabalhei de carteira assinada na minha vida. Tenho 45 anos e nunca trabalhei, foi só na roça mesmo”

(Clitória, 2023)

“Olha, eu sou agricultor bem mais antes de que eu nasci. Porque quando eu tava no útero da minha mãe eu já era agricultor, porque ela já tava no campo e ai quando foi um periodo depois, ela passou a trabalhar como merendeira, mas praticamente a vida toda foi no campo, né? Junto com o com o pai, porque o pai, era agricultor mas ao mesmo tempo era comerciante, ele produzia, ele plantava e vendia né?”

(Tupinambo, 2023)

“Desde que eu nasci, há 57 anos atrás... Assim, meu pai sempre foi agricultor, e na minha adolescência, eu não gostava de agricultura de maneira alguma. Eu já assinei minha carteira, até 93 eu assinei minha carteira, ai me desliguei da carteira e comecei a mexer com agricultura. Só me considero agricultor de 2010 pra cá, assim, fevoroso, que é todo dia. Antes não, eu era agricultor por esporte, mas 2010 para cá é que realmente virou profissão. Acho que de 2010 para cá, eu acho que eu não tive 10 dias sem mexer na roça, até no domingo eu vou pra roça.”

(Guandu, 2023)

“Desde sempre, desde os 7 anos, sempre trabalhando com meu pai, ai foi cultivando, a pessoa foi pegando o ritmo né? Eu gosto da agricultura, também é uma cultura que já vei de pequeno né? Me sinto bem quando tô na área de trabalho mesmo, mexendo com água, mexendo com a plantação, é bom. Até onde deus quiser eu quero ser agricultor.”

(Palma, 2023)

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Esses relatos conectam-se com a memória afetiva de cada encontro, seja o caminho percorrido, a receptividade, as cadeiras de balanço na varanda sentindo o ventinho fresco e o cheirinho de árvores, de flores, o amor genuíno sentido e observado no olhar de cada um(a) ao falar sobre suas histórias, seus territórios. É parte do que Medeiros (2017, p. 182) traz ao falar de Ruralidade, afirmando que “ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados”.

Ao serem questionados sobre como se sentiam na agricultura familiar, os(as) entrevistados, trouxeram aspectos relacionados a: amor pelo trabalho, contato com a natureza, saúde mental, produção de alimento, e família, mas também trouxeram algumas dificuldades enfrentadas. Os bens simbólicos (Carneiro, 2008), que aqui estão representados na qualidade de vida que a agricultura familiar proporciona, podem ser observados nos seguintes discursos:

Clitória: Eu tenho orgulho de ser agricultora, viu? Eu não tenho vergonha, tem gente que tem vergonha, não, eu num tenho não. Adoro dizer, Clitória qual é a tua profissão? “Agricultora

com muito orgulho! Da agricultura é que vem o pão, o feijão, o arroz pra mesa de todo mundo né?”

*Mandacaru: me sinto feliz na agricultura. Porque é tão bom, você se levantar e dar decumer a uma galinha, a um porco, um pato, isso **ali é o intertimento da pessoa**, e você morando na rua, a rua hoje tá inchada, tem muita gente, num cabe mais ninguém.*

*Ora-pro-nobis: Me sinto bem, bem mesmo, pelo menos a Gente tá com saúde **fazendo alguma coisa de útil**, né? Me sinto bem sendo agricultora, gosto de plantar, gosto de morar no sítio também.*

*Tupinambo: Eu gosto da agricultura, porque a agricultura, por mais que seja uma atividade, realmente... você tem que encarar o solzão, **serviço mermo bruto**, que é um serviço braçal, [...] é um serviço muito árduo, né? Mas pra mim, é uma atividade que nos ajuda praticamente assim, o **contato com a natureza**, eu me sinto muito bem ao contato com o campo, entendeu? Porque o campo, ele traz uma sensaçõzinha de **paz psicologicamente**, né? Porque o campo, às vezes você tá psicologicamente assim, cabeça meio grossa, e aí você chega no campo, fica ali manejando aquela planta, né? e rapidamente aquilo ali fugiu, aquela preocupação que você tinha e tudo mais. O campo, na verdade, ele tem esse **contato com a terra, com a planta, ela traz essa sensação de paz**, né?*

Clitória e Ora-pro-nobis trazem os sentimentos de “orgulho” e “sentir-se útil” relacionados a autoestima. Essa categoria é muito observada em vários estudos que analisam o impacto das políticas públicas para agricultura familiar na vida de agricultores(as), em que o resgate e estímulo da mesma é crucial para a ressignificação de seu “papel social”, o fortalecimento dos laços associativos, a permanência dessas famílias no campo, aumento da autonomia e estímulo ao controle e participação social (Sambuichi *et al.*, 2019; Leite, 2022; Brito; Leite; Cunha, 2021; Perin *et al.*, 2022).

Já as falas de Mandacaru e Tupinambo abordam os sentidos da “sensação de paz”, “paz psicológica”, “intertimento”⁸ relacionados a categoria de bem-estar, de saúde. A saúde é tida aqui pelos dois destinatários do Pnae, que são os(as) produtores(as) e os(as) estudantes. Os(as) produtores(as) relatam a sensação de paz psicológica pelo fato do contato com a natureza, do mexer com a terra, no ato de cultivar e produzir os alimentos, o que beneficia diretamente aos(as) alunos(as) que se alimentam de seus produtos saudáveis.

Apresenta-se outra face da agricultura familiar nos relatos ouvidos que são as dificuldades enfrentadas pelos(as) agricultores(as), principalmente no que diz respeito a produtividade, seja por sua imprevisibilidade, pelo escoamento ou pela escassez de assistência técnica e tecnológica.

⁸ Essa palavra quer dizer “entretenimento”. É a forma que o entrevistado se expressa na sua linguagem cotidiana.

*Tupinambo: a gente tem que deixar bem claro que trabalhar na agricultura, em algum momento, o próprio ambiente em si, ele te traz uma **sensação de desconforto**, porque às vezes você plantou uma cultura, você plantou ali aquela semente, você sabe que você plantou, irrigou, fez todo o manejo, **mas não sabe lá no final se você vai conseguir ter uma boa produção. Não vai saber se tem um bom preço**, então isso, queira que não, ele te deixa um pouco desconfortável.*

*Agricultura é desse jeito. Tem hora que tá bom, tem hora que tá ruim e a gente, na verdade, **quem vive dentro desse segmento sabe que é uma adrenalina constantemente**, porque é preço, é Praga que dá nas suas lavouras e isso, de certa forma, aquilo que você poderia tá lucrando às vezes está perdendo. É um **cenário bastante desafiador**.*

*Guandu: (trabalhar na agricultura) é por amor, que **se fosse por necessidade eu já teria desistido**. Eu já cheguei a plantar uma área de 30 hec que dá quase 100 tarefa, **plantando sem colher nenhum caroço que eu joguei dentro do chão**. Eu já cheguei a perder quase 50.000 de roça, de uma lapada só. Dói, dói, aí você fica abatido, aí diz “rapaz num vou mexer mais com isso não” Aí você chega em casa e começa a conversar com Deus e Deus vai lhe orientando.*

Alane: E vocês utilizam alguma tecnologia para plantar, tipo, alguma máquina?

*Chanana: Não, **agora só é braçal mermo, mas queria, né?** Mas, **os recurso é pouco** e a prefeitura **assistência, é muito pouco**, diz que vem, mas já tá o que? um mês esperando essa máquina. Porque se essa máquina viesse fazer a área que a gente tem lá, a produção dobrava, porque no lugar dos menino fazer a terra, ia só plantar, né?*

A grande dificuldade enfrentada pelos mesmos no que diz respeito a produção dos alimentos, é a imprevisibilidade que a roça e o mercado traz, ora pela incerteza da quantidade e qualidade dos produtos que serão colhidos, ora pela oscilação de preços dos alimentos durante o ano que proporciona uma certa instabilidade econômica.

Além disso, outro gargalo observado a partir de seus relatos, foi a deficiência no suporte técnico e tecnológico. A falta de assistência técnica da prefeitura ou da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) para administrar suas lavouras, tendo um melhor controle dos conflitos e desafios que possam surgir na produção. A falta de suporte tecnológico resulta em um trabalho mais cansativo e menos produtivo, uma vez que 80% dos(as) entrevistados(as) relataram fazer um trabalho braçal, sem uso de tecnologias como trator para aradar a terra, e outras ferramentas que podem auxiliar para uma melhor e maior produção.

5.2 Dimensão Econômica

A dimensão econômica da sustentabilidade refere-se ao equacionamento dos recursos naturais investidos na produção de bens e serviços visando um equilíbrio econômico. Deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos

e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados (Sachs, 2002). Prevê o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais e com contínua inovação tecnológica (Bini *et al.*, 2018).

Diante do contexto de um sistema capitalista que gera um consumo desenfreado e sem precedentes, estabelecer uma relação equilibrada entre economia e sustentabilidade é um grande desafio. De acordo com o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades (2023), os 0,01% mais ricos do Brasil possuem uma riqueza acumulada, e líquida de dívidas, de R\$ 151 milhões em média. Os 10% mais ricos obtinham, em 2022, um rendimento médio mensal *per capita* 14,4 vezes maior do que os 40% mais pobres. Ao mesmo tempo, cerca de 7,6 milhões de brasileiros vivem com uma renda domiciliar *per capita* mensal menor do que R\$ 150.

Em 2020, de acordo com Cabrera e Caldarelli (2022) para cada três pessoas vivendo em extrema pobreza no mundo, duas dessas viviam no meio rural. Superar a pobreza frente à desigualdade social é um grande obstáculo, e quando olhamos para a zona rural a discrepância em relação a zona urbana é gritante.

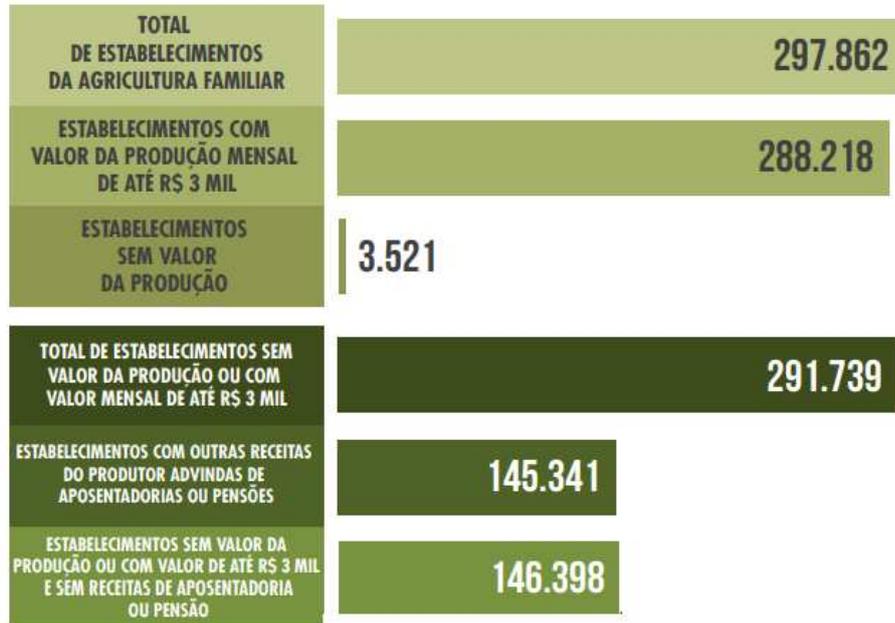
Nesse sentido, esse tópico - que se relaciona ao Objetivo 2 da pesquisa – analisou aspectos relacionados a dimensão econômica, cujas variáveis foram: renda mensal individual e familiar, fontes e formas de utilização da renda, e percepções a respeito de aspectos econômicos do Pnae.

5.2.1. Renda mensal individual e familiar, fontes e formas de utilização da renda:

A agricultura familiar tem garantido a maior parte da produção de alimentos básicos no abastecimento da população brasileira nos últimos anos. Todavia, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 realizada pelo IBGE (2023) mostra que 23,9% das famílias brasileiras vivem com uma média de R\$ 1.245,30 por mês, em que, mais da metade das pessoas (51,1%) que residiam na zona rural apresentavam algum grau de pobreza multidimensional, 33,8% a mais do que na área urbana.

Do total de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil (3.897.408), de acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017), 3.167.286 apresentavam um valor de produção mensal de até R\$ 3.000,00. No Ceará, cerca de 96,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar também apresentam o montante mensal de até 3.000,00 reais.

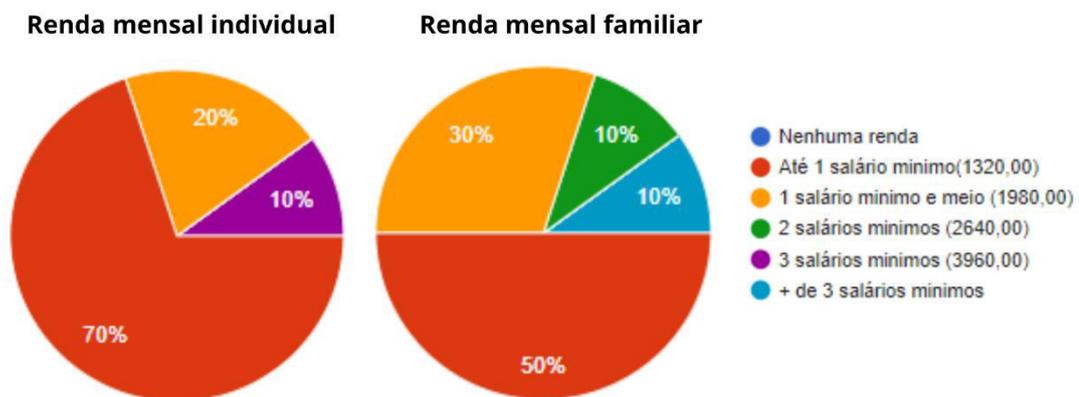
Figura 18 – Renda básica da agricultura familiar por estabelecimento no Ceará



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

Nas entrevistas realizadas constatou-se que 70% dos(as) agricultores(as) possuem individualmente uma renda mensal de até um salário-mínimo (valor de 2023: R\$ 1.320,00), 20% possuem renda de um salário-mínimo e meio (R\$ 1.980,00) e apenas 10% possuem três salários-mínimos (R\$ 3.960,00). Quando adicionado a renda de outros membros da família, esse valor não sofre muita alteração, sendo que 50% das famílias vivem com até um salário-mínimo, 30% com um salário-mínimo e meio, 10% com dois salários e os outros 10% vivem com mais de três salários-mínimos.

Figura 19 – Renda mensal por agricultor(a)/família entrevistado

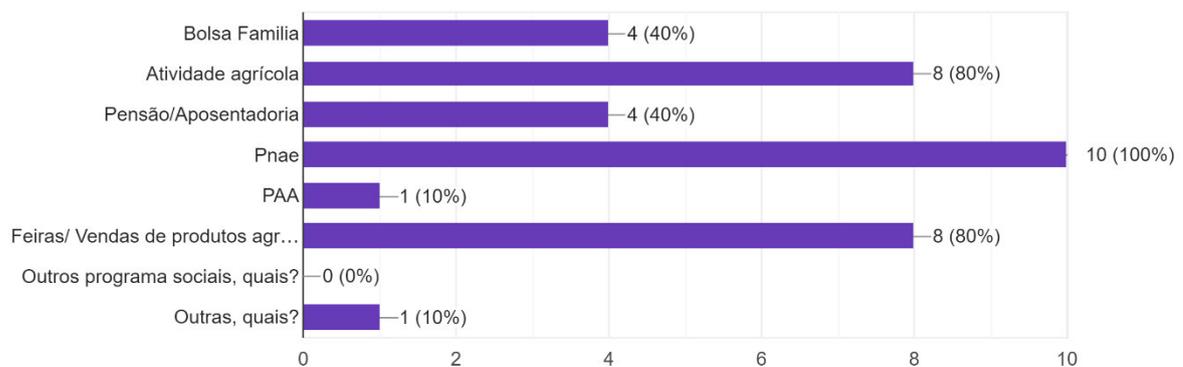


Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2023)

A agricultura familiar configura-se como principal fonte de renda dos(as) agricultores(as), porém não é a única. Além das políticas públicas acessadas, como o Pnae, o PAA e o Bolsa Família, o escoamento dos produtos se dá de diferentes formas, seja a partir da venda informal ou através das feiras.

Vale ressaltar que no âmbito das políticas públicas, o Pnae é o programa que mais está presente na vida dos mesmos, pois de acordo com os relatos, já faz algum tempo que o PAA não tem comprado seus produtos e o Bolsa Família só é acessado por 40% dos(as) entrevistados(as). A venda externa dos produtos e a realização de outras atividades tomam grande proporção na renda de tais famílias, como mostra o gráfico abaixo:

Figura 20 – Fontes de Renda dos agricultores(as) entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2023).

A pluriatividade, de acordo com Schneider (2009), é um fenômeno social que passou a se generalizar na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores(as). O autor ressalta que outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. É o caso de dona Caruru “*tenho criação de galinha, vendo minhas coisas aqui em casa, que eu faço bolo, faço salgado, eu faço, né coisa caseira. Faço buchada nos finais de semana, vendo, quentinha*”. E do Sr. Hibisco, que além de agricultor trabalha como motorista de ônibus escolar para complementar a renda.

Sabe-se que uma grande dificuldade que os(as) agricultores(as) familiares enfrentam é o escoamento de suas produções. A maior parte da produção dos(as) participantes da pesquisa é para o fornecimento ao Pnae, porém, os mesmos relataram o problema de que

nem sempre o programa compra todos os produtos ou fazem o pedido no tempo certo, ou seja, no tempo ideal de colheita, logo, para não haver perda dos produtos eles(as) acabam vendendo a terceiros: feiras, compradores diretos e até mesmo para atravessadores, como mostra o esquema abaixo:

Figura 21 – escoamento da produção dos agricultores(as) entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2023).

Os produtos que não são fornecidos para o Pnae são comercializados nas feiras locais, para consumidores diretos e até mesmo atravessadores. As feiras mencionadas pelos(as) entrevistados(as) foram: a feira livre realizada no centro do município de Barbalha e a feira de economia solidária realizada pelo Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar de Barbalha (Gestraf). Os consumidores diretos geralmente são pessoas conhecidas das próprias comunidades: *“a gente fornece pra escola e quando num bota na escola, aí as caixas que dá a gente vende né? Vende ao pessoal lá mesmo, que é pouquinha coisa, aí eles pegam lá no Arajara”* (Clitória, 2023).

Os atravessadores são outro grande problema enfrentado pela agricultura familiar, pois sua presença minimiza o protagonismo da agricultura familiar, e explora o(a) agricultor(a) familiar. De acordo com Souza (2011) o atravessador é um ator social de muita mobilidade na relação de comercialização, por ser quem escoar a produção, comprando dos produtores. Este não precisa ser exatamente uma pessoa física, pode ser também um supermercado, uma mercearia, etc.”. Foi mencionado nas conversas, que os atravessadores tanto foram uma pessoa física, quanto também um grande comércio de verduras do Crajubar.

Mandacaru: *“a gente vendia também a terceiros, porque assim, vamos dizer, hoje você compra aí uma carrada de esterco de gado pra produção do coentro ou pra verdura, você tem uma programação: “eu vou vender até 15000 reais no Pnae” e produzir, e eles num pedir você perde. As frutas chegou um tempo de colher, não colher você perde, isso a gente tinha um controle né? Ai nessas outra administração, a gente produz, perde uma boa parte, se não vender a terceiro a gente perde.*

Tupinambo: *“eu assinei o contrato dizendo que eu ia botar tantos x de produto, e todo mundo se programou praquilo, acredito eu, né? Pelo menos eu me programei, e tanto é que veio cliente para mim comprar e eu falei “não, eu só posso vender para você tantas caixa. Porque eu já prevendo que de certa forma, eles (Pnae) poderia a qualquer momento me ligar. E realmente, não houve essa coisa e eu tive que me virar nos 30. Fui tentar vender ao cara e ele disse “ não, agora eu só posso comprar por tanto” o preço lá em baixo.*

Isso aconteceu com muitos agricultores, [...] talvez até perder essa produção ou então dá a um preço realmente abaixo, porque os atravessador, é o que mais fatura, né? Você que vinha trabalhando e tudo mais, né? Deixou de vender por um preço que poderia vender, que seria bem favorável e passar a vender praticamente por abaixo do que você gastou.

Um fato notável nesses discursos, é que apesar de entenderem que o atravessador é um ator social que não desempenha um papel positivo na agricultura familiar, muitas vezes acaba sendo a única alternativa ou a alternativa mais fácil para que não se perca a produção.

5.2.2. Percepções a respeito de aspectos econômicos do Pnae:

O Pnae consiste no repasse de recursos financeiros federais para oferta de alimentação escolar aos(às) estudantes matriculados em toda educação básica nas redes públicas, nas entidades filantrópicas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias. Para o atendimento dos(as) estudantes matriculados na educação básica pública das redes estadual, distrital e municipal, de acordo com Brasil (2023) o FNDE repassa, às Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC) e às Prefeituras Municipais os recursos financeiros federais do Pnae, em até 10 parcelas anuais, entre os meses de fevereiro e novembro. Já, para atender aos alunos matriculados na educação básica pública da rede federal, o FNDE, realiza, no início de cada exercício e em apenas uma parcela.

Para o cálculo do valor total a ser repassado às Seducs, às Prefeituras e às escolas federais, o FNDE multiplica o número de alunos matriculados nas escolas registrado no Censo Escolar, a quantidade de dias letivos (200) e os respectivos valores *per capita* definidos no Art. 47 da Resolução CD/FNDE nº 6/2020. O quadro abaixo mostra os valores repassados do FNDE ao município de Barbalha no período de 2019 a 2022.

Quadro 7 – Orçamento repassado ao município de Barbalha no período de 2019-2022

Ano	Repasso financeiro FNDE/PNAE***	Repasso obrigatório para agricultura familiar (min. 30%)
2019	1.397.367,60	419.210,28
2020	1.691.613,00	507.483,90
2021	622.215,00	186.664,50
2022	1.159.760,00	347.928,00

*Valor total incluindo todas as modalidades de ensino que o município contempla, sendo em 2019: Pré-Escola (PNAPN); Creche (PNACN); Educação de Jovens e Adultos (PNAEN); Ensino Fundamental (PNAFN); Programa Mais Educação–Ensino Fundamental (PN+FN); Atendimento Educacional Especializado (PNAEE).

**Valor total incluindo todas as modalidades de ensino que o município contempla, sendo em 2020-2021: PNAPN; PNACN; PNAEN; PNAFN; PNAEE; Ensino Médio (PNAMN).

***Valor total incluindo todas as modalidades de ensino que o município contempla, sendo em 2022: PNAPN; PNACN; PNAEN; PNAFN; PNAEE.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Portal do Ministério da Educação (2023).

Após repassado o valor para as Entidades Executoras, elas precisam definir o percentual de compra da agricultura familiar a ser efetuado, que deve ser de, no mínimo, 30% do valor. Segundo a Coordenadora do Pnae de Barbalha, em 2022 eles definiram a meta de utilizar 40% do recurso para a compra da agricultura familiar, e em relação aos outros anos não foi possível obter tais informações.

Cada Entidade Executora tem autonomia para escolher quais projetos de venda (documento que formaliza o interesse dos(as) agricultores(as) familiares em vender sua produção para a alimentação escolar) e como acontecerá essa entrega durante cada ano. A coordenadora ressaltou que na atual gestão (2021-2022) eles aceitaram todos os projetos de venda cadastrados, e fazem a chamada dos mesmos por ordem alfabética de acordo com a demanda.

Os(as) agricultores(as) ressaltaram que essa dinâmica acabou diminuindo a quantidade de pedidos, ou seja, a periodicidade de entrega acabou ficando extensa demais, que alguns deles(as) só entregaram produtos, uma a três vezes no ano. Sr.^a Chanana, Sr.^a Ora-pro-nobis e Sr.^a Clitória relatam, respectivamente:

“O Pnae hoje ele tá muito... os pedido são muito pouco, muito pouco mesmo. A demora é muito grande de um período para outro, passa até de 3 meses para você ter outro pedido. Dá para tirar quando eles pedem assim, dá para tirar R\$ 2.000 em cada pedido, R\$ 1.500”.

“Ano passado (2021), o total do programa, eu acho que foi em torno de uns 8000 reais só, somando tudo, mas de lucro deu em torno de uns 2000 reais, durante o ano né? Porque o lucro é bem pequeninim, devido a matéria prima ser muito cara, goma, ovo, óleo, leite, lenha, margarina, aí tem as pessoas que eu chamo pra ajudar”.

“Só que esse ano (2022) foi pouco viu? Esse ano eu num gostei não, só butei uma vez [...] Aí ela disse que num ia pedir mais porque já tava chegando o mês de férias, aí ficava complicado para receber, aí eu disse: pois minha fia, deixe quieto [...] mas num sei se vão pedir porque são vários agricultor e tem uns que são mais priorizado, tá entendendo né?”.

Já na gestão anterior (2019-2020), os relatos ficaram divididos entre produtores(as) que achavam bem melhor, pois conseguiram vender muito mais: *“Na de Argemiro, a gente botou mais, teve essa vantagem, que foi pediram mais vezes, do que nessa agora, nessa atual viu?”* (Clitória, 2023); *“Porque no tempo de Argemiro, o Pnae era mais valorizado, os produtos eram mais caro, e eles pediam mais e com mais frequência, aí dava para ter uma base assim de todo, de ter um valor x até o fim do ano, mas agora tá muito pouco os pedidos”* (Chanana, 2023). E os(as) produtores que não realizaram nenhuma entrega, como Sr. Hibisco e Sr.^a Ora-pro-nobis: *“Não pediram nada, nenhum sequilo. A gestão todinha, parece que era marcado, do Sítio Coité nós num pede nada, num pediram nada, quatro anos zerado”* (Ora-pro-nobis, 2023).

Contudo, é inquestionável a contribuição financeira que o programa trás para a vida dos(as) destinatários(as) e suas famílias. De acordo com os mesmos, a renda provinda do Pnae contribui, majoritariamente, para o pagamento de contas domésticas (90% das respostas) e para investimento na produção agrícola (60% das respostas). Muitos(as) relataram fazer realizações materiais substantivas com o dinheiro adquirido, como comprar um veículo, um terreno, expandir ou reformar a casa, etc., outra relatou até mesmo uma mudança de profissão, estilo de vida, sendo que 100% confirmaram que o Pnae ajudou na melhoria da renda da família, como mostra o Quadro 08, a seguir:

Quadro 8 – Relatos dos(as) agricultores(as) sobre compras realizadas através do Pnae

Compras/Investimento para casa	Clitória: “Eu comprei meu fogão, eu comprei meu tanquinho, comprei minha televisão também com esse programa, que eu tinha um pequenininha, aí comprei uma melhorzinha né? Foi através do programa viu?”	Chanana: “Ajudou a ampliar a casa, né? E comprar alguns bens domésticos que a gente tinha vontade de comprar.”
Compra de Veículo	Mandacaru: “Celular, Internet, moto... foi tudo com apoio do Pnae e do PAA.”	Hibisco: “Eu tinha um carrinho pequeno, e aí fiz a troca num carro aberto por conta dos trabalho, aí no Pnae me deu uma ajuda nessa parte e agora também, recente eu comprei... ajudou comprar uma moto e ajudou bastante, né?”

Investimento na produção	Guandu: “Sim, eu tenho uma irrigação ali no terreno ali que eu comprei com parte desse dinheiro. Irrigação fixa que é cara.”	
Investimentos pessoais	Tupinambo: “Durante a esse período eu comprei um terreno, um terreno pequenininho, um terreno de casa, Entendeu? que aí eu gostava muito de investir, então eu comprei uma arinha de terra.”	Maxixe: “Eu paguei um monte de conta que eu tava vendendo. Dava pra comprar um carro, uma moto né? mas no período que eu tava devendo umas coisas, tive que pagar, né?”
Mudança de vida	Ora-pro-nobis: Eu trabalhava lavano roupa lá em Fortaleza, minha mãe me ajudava, que tinha os fi pequeno né. [...] o povo me dava era 15 reais por uma trouxinha de pano assim. [...] Ai depois vim pra cá e comecei a fazer os sequilhos.	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2023).

5.3 Dimensão Institucional-política

Sachs (2002) posteriormente acrescenta às dimensões da sustentabilidade, a dimensão política que se divide em nacional e internacional. A primeira está inserida na participação democrática das tomadas de decisões, e a segunda tem estreita relação com o trabalho incessante da ONU. Já a dimensão institucional, conforme o IBGE (2015), se refere à orientação política, capacidade e esforço despendidos por governos e pela sociedade na execução das mudanças requeridas por um desenvolvimento sustentável efetivo.

Chacon e Nascimento (2021) ressaltam que contemporaneamente, tais dimensões se fundem no que se chama de “institucional-política”, que é responsável pela inclusão das demais dimensões à ação prática das sociedades nos diferentes territórios.

Nesse sentido, na perspectiva da Avaliação com Base na Sustentabilidade, tal dimensão “complementa a lacuna relativa à suposta fragmentação dada pelas dimensões, promovendo a necessária integração das demais dimensões em um processo interdisciplinar e interinstitucional” (Chacon; Nascimento, 2021, p. 78). Em outras palavras, ela é especialmente adequada à construção e avaliação de políticas públicas.

Por conseguinte, esse tópico – relacionado ao terceiro objetivo específico da pesquisa –, analisou as seguintes variáveis: modo de funcionamento do Pnae no município (tanto na perspectiva do poder público, aqui representado pela Coordenadora, Nutricionista e

Presidente do CAE, quanto dos(as) agricultores(as)); as percepções dos(as) agricultores(as) quanto a política pública em si e seus desdobramentos, assim como dos políticos, uma vez que, faz-se uma análise das distintas gestões municipais que compreenderam os(as) integrantes da pesquisa durante o recorte temporal: 2019-2020, o prefeito Argemiro Sampaio Neto (PSDB) e 2021-2022, o prefeito Guilherme Sampaio Saraiva (PT).

Assim, esse tópico está subdividido em três partes: A primeira com a construção de um pequeno histórico do Pnae e seu funcionamento com base nos dados fornecidos a partir das entrevistas com a Coordenadora e a Nutricionista do Programa, e o Presidente do CAE; a segunda traz a percepção dessa política através dos(as) agricultores(as) analisando as duas gestões municipais mencionadas; e a terceira aborda a execução do Programa na Pandemia e seus desdobramentos na vida dos(as) agricultores(as).

5.3.1. O Pnae no município de Barbalha: Relato do poder público

O Programa Nacional de Alimentação Escolar está presente no município de Barbalha-CE desde o ano de 2010, na gestão do Prefeito José Leite Gonçalves Cruz (PT). Todavia, faz-se necessário ressaltar que só foi possível obter dados significativos da gestão municipal atual, uma vez que, os dados das demais gestões não estavam disponíveis na Secretaria de Educação no período em que foi realizada esta pesquisa.

Segundo a Coordenadora, o programa atende 42 escolas e uma Associação, sendo seis programas distintos: Creche, Pré-escolar, Fundamental, Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em 2020 foram contemplados 10.486 alunos, em 2021, 10.869, e em 2022, 10.338 alunos. Dessas 42 escolas, 19 estão localizadas na zona rural.

Em relação ao tramite do processo de execução do Pnae quanto à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a Coordenação, composta por 11 funcionários, esclarece que:

- Repasse Orçamentário:

“Essa parte aí né com a gente não. Eu só sei que 30% do valor tem que ser destinado para, no mínimo, né? Para a agricultura familiar”. De acordo com o Ministério da Educação (2017) os recursos são repassados anualmente em dez parcelas (de fevereiro a novembro), de forma a cobrir os 200 dias do ano letivo. As secretarias da educação, responsáveis pelas redes de ensino, recebem diretamente, os valores e operam a alimentação escolar, e é calculado com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

Segundo a coordenadora, o setor de licitação é quem cuida desse repasse e ela apenas gerencia o processo de compra, contato com os agricultores, recebimento, destinação dos alimentos, etc. Ademais, ressalta que em relação ao percentual de compra da agricultura familiar, a coordenação tenta ultrapassar esse valor a cada ano, na busca por estimular uma alimentação de maior qualidade.

- Elaboração do Cardápio:

A responsável por essa etapa é uma única Nutricionista que o programa possui, o que, segundo a Resolução CFN Nº 465/2010, está completamente inadequado, pois o Art. 10 reforça que acima de 5.000 alunos, o número de nutricionistas responsáveis deve ser “1 RT (Responsável Técnico) + 3 QT (Quadro Técnicos - nutricionistas habilitados) e + 01 QT a cada fração de 2.500 alunos” (Brasil, 2010, art. 10).

Assim, o cardápio é feito anualmente, com base na Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. De acordo com a Nutricionista (2023):

A Resolução fala tudo direitinho. Aqui ela diz quantas frutas tem que dar, a quantidade de gramas, né? A questão da quantidade de sódio, legumes, tudo isso aí. A questão de coisas, bebidas lácteas, a quantidade de dias por semana que pode dar, tudo. O cardápio é feito todo em base nessa resolução, né? Aí como é que eu faço? Eu leio a resolução, aí eu vejo a quantidade, vejo o que é para cada idade, inclusive o infantil, até o infantil 3, né? Até 3 anos de idade, na verdade, é proibido o consumo de açúcar ou derivados do açúcar, né? E produtos ultraprocessados. Então, assim, praticamente a base da creche, ela é só de alimentos naturais ou minimamente processados. Aí pronto. Aí eu faço esse levantamento do que pode e do que não pode. Aí vejo a quantidade de alunos de cada programa, de acordo com a faixa etária, eu faço o cardápio. [...] aí pega os dias de dias letivos que tem, multiplica pela quantidade de alunos e multiplica pela per capita. Aí... pronto, faço a pauta e mando pra licitação. É basicamente assim.

Nesse momento, a Nutricionista também realiza um mapeamento, junto aos(as) agricultores(as), dos produtos da agricultura familiar local, levando em consideração na elaboração do cardápio, os alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e de acordo com a safra (sazonalidade). Esse mapeamento é realizado em reuniões no início de cada ano com os(as) produtores(as), onde a Coordenadora reforça: “A gente sempre faz reunião com os agricultores, aí sempre de um ano para outro. Quando começa o cadastramento, sempre a gente faz uma reunião antes, explicando como é que a gente quer o produto. A nutricionista pergunta o que é que eles têm, assim, que produzem a mais do que a gente já tem. Aí eles já dizem, ela já anota e vê o que é que dá para encaixar no cardápio”.

- Chamada Pública:

Essa etapa diz respeito ao mecanismo que torna pública a intenção de compra dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. No município de Barbalha, a Chamada Pública especifica:

a quantidade dos alimentos, o preço, por exemplo, coentro em quilo, então, coentro, quilo, tantos coentros. A Nutricionista faz o cálculo de quantos coentros é por ano. A gente já bota na licitação. Então, são vários itens. Até que dia vai o cadastro dos agricultores, qual a documentação que eles têm que trazer. E aqui, por exemplo, a gente entrega a eles também, uma tabelinha com o valor, né? O valor de cada produto. Que faz a pesquisa de preço antes, em três estabelecimentos, e faz a média (Coordenadora, 2023).

Depois de elaborado o documento, eles realizam a divulgação no Diário Oficial do município, nas rádios, redes sociais da Prefeitura e através de uma lista de transmissão do WhatsApp que contém o contato de todos(as) produtores(as) que entregam ou já entregaram para o Programa.

- Elaboração do Projeto de Venda:

Esse documento deve ser elaborado pelos(as) próprias(as) agricultores(as) familiares, porém, a Coordenação é quem realiza esse processo, uma vez que eles(as) não sabem como fazer. A coordenadora ressalta que a Secretaria de Agricultura deveria dar um suporte quanto a isso, mas que não contribui. Tal documento: *“tem um determinado valor, né? Que dá a licitação. Por exemplo, a licitação da Agricultura Familiar, o chamamento público, deu 200 mil. Então, se cadastrou 30 agricultores. Aí a gente vai ver como é que está o projeto deles. Pra poder, não pode passar do valor. Isso é o que orienta lá o pessoal da licitação. Não pode passar do valor da licitação”*.

O cálculo do valor máximo a ser contratado com os(as) agricultores(as) é definido pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40 mil/ano/Entidade Executora. Assim tem-se:

Figura 22 – Quadro Resumo do controle do limite de venda

Tipo de Proponente	Limite	Quem controla
Agricultor individual	R\$ 40 mil/DAP familiar/ano/EEEx	EEEx
Grupos Informais	R\$ 40 mil/DAP familiar componente do grupo/ano/EEEx	EEEx
Grupo Formal	Nº DAP familiares inscritas na DAP jurídica, munidos de DAP familiar, multiplicado pelo limite individual de R\$40 mil/ano/EEEx	O próprio Grupo Formal

Fonte: Caderno de Compras da Agricultura Familiar para o Pnae (2022).

Assim, depois da elaboração e do recebimento desses projetos, a Coordenação seleciona todos os agricultores que se inscreveram no processo.

- Assinatura do Contrato e Entrega dos Produtos:

O contrato de aquisição dos gêneros alimentícios deve ser assinado pelas partes envolvidas, e deve conter todas as informações relacionadas, a entrega dos produtos (cronograma, qualidade, embalagem, etc.), e ao pagamento.

Em relação a entrega, a Coordenadora (2023) explica que:

A gente pede por... de 15 a 15 dias, uma vez por mês. Aí, a Nutricionista faz o pedido, faz o ofício pedindo os itens, aí ela repassa para a Gerente de Nutrição, que entra em contato com o agricultor, por ordem alfabética e ver a disponibilidade. Por exemplo, de macaxeira. Quais são os agricultores que têm macaxeira? Então, por ordem alfabética, ela vai ligando, perguntando se ele tem essa quantidade, né? geralmente, ela divide para dois, três, dependendo da demanda da quantidade da nutricionista. Aí, pronto, aí faz esse pedido e eles vêm entregar. Juntamente com a nota fiscal. Aí, quando chega aqui, a gente analisa para ver se está do jeito que a gente pediu aqui no papelzinho. E... ele já entrega. Por exemplo, no papelzinho, a goiaba, a gente pede goiaba em sacolas de 5 kg. Já para facilitar, a gente do transporte, porque como são produtos perecíveis, né? Não pode também demorar muito aqui no depósito. Chega no mesmo dia, sai no mesmo dia. É tanto que a gente pede por rota, até para facilitar. Aí, por exemplo, a rota 1, eles trazem, aí até 9 horas, tem um horário até 9 horas para eles trazerem. Aí, a gente vai organizar, dá entrada na nota e dá saída também nas vias. Aí, depois vai pro caminhão para poder ir para as escolas.

O deslocamento se dá através dos(as) próprios(as) agricultores(as), em que o valor do combustível já está incluso no valor dos produtos, assim como o valor das embalagens também. A nutricionista ainda ressaltou que os produtos ficam estocados na Secretaria até serem distribuídos nas escolas, por isso, eles ainda não puderam trabalhar com hortaliças, pois além de não possuírem uma estocagem adequada, o caminhão de entrega não possui refrigeração, o que acaba muitas vezes estragando as verduras no percurso.

O Pnae também é responsável pela execução de ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, de acordo com a Coordenadora, realizam todo ano, ações, capacitação com as merendeiras, eventos como a semana da alimentação, etc. A Nutricionista reforça, que para além dessas ações, através da educação alimentar, ela tenta incentivar os(as) estudantes a mudar hábitos alimentares, especialmente os que vem da zona urbana, onde, são mais resistentes a comer frutas e verduras, diferentemente dos(as) estudantes da zona rural.

Um outro aspecto importante a ser mencionado é que a Nutricionista, por ser concursada, ainda trabalhou um período na gestão anterior (2019-2020), a mesma relata que não tinha tanta liberdade para implementar uma diversidade de alimentos: “Mudou a gestão.

Aí a secretária me deu mais liberdade de atuar com nutrição. Quando eu tive essa liberdade, eu trouxe mais alimentos, eu trouxe mais diversidade para dentro das escolas”.

Esse relato se encaixa com a exposição do Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE, 2023) do município, que também experenciou o período da gestão anterior:

[...] nós sabemos que a prefeitura tem por obrigatoriedade de destinar 30% do recurso pra aquisição de produtos da agricultura familiar, né? E aí nós víamos a aquisição do produto da agricultura familiar, uma coisa extremamente superficial, no sentido de qual produto estava sendo adquirido. Nós vimos, por exemplo, 30% desse recurso investido em polpa de frutas [...] então uma das coisas que eu achei muito louvável foi ampliar de 30% para 40% esse recurso, e buscou, né, não só canalizar esse recurso pra aquisição de polpa, mas também de vários outros produtos. Sabe? uma diversidade muito bacana que a nutricionista apresentou dentro do processo do cardápio, e assim, houve né, uma participação massiva dos agricultores familiares.

O CAE exerce um papel fundamental no Pnae, ao passo que representa um modo de controle social ao fiscalizar o processo de execução do programa nos municípios. É composto atualmente por 14 componentes, sete titulares e sete suplentes, atuando desde 2021. Segundo o Presidente, as principais atividades que eles realizam é: 1. Estar em consonância com a equipe do Pnae, principalmente no processo de recebimento das mercadorias; 2. Fiscalizar a parte da alimentação (agricultura familiar), em relação a qualidade do produto, a distribuição nas escolas; 3. Fiscalização nas escolas, observando aspectos como a parte estrutural, de freezers, dispensa, etc., e a própria merenda escolar; e 4. Elaboração de relatório conforme for aparecendo irregularidades para tomada de alguma providência.

Em suma, observa-se, através dos relatos, que o Pnae é executado no município de uma forma eficiente com as condições que apresenta. Uma vez que é possível notar falhas como o pequeno número de funcionários para executar todas as funções adequadamente, e a estruturação física do programa, como a falta de um depósito adequado para armazenamento dos alimentos, bem como veículos adequados para o transporte. Mesmo assim, mostram-se preocupados com a qualidade da alimentação escolar, através do esforço de formular um cardápio diversificado e saudável, e a preocupação com o incentivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, propondo estipular metas para ultrapassar o percentual mínimo de aquisição dos mesmos.

5.3.2. O Pnae no município de Barbalha: Pelo olhar dos(as) agricultores(as) familiares

Os(as) agricultores(as) consideram o Pnae como uma boa forma de vender seus produtos, ganhar um dinheiro extra, melhorar a qualidade de vida, valorizar sua profissão, e

apesar dos inúmeros benefícios que esse programa traz para suas vidas, também apresentam alguns pontos que precisam ser melhorados.

Quando indagados sobre o motivo de participarem do programa, 40% revelaram que era devido a renda extra proporcionada, 30% pelos preços pagos nos produtos, e 30% apresentaram outros motivos, como: incentivo à agricultura, curiosidade e preservação de tradições produtivas. Podemos afirmar que, de certa forma, a valorização da agricultura familiar é o fator central implícito nas respostas, onde essa valorização beneficia tanto os(as) próprios(as) produtores(as), quanto os(às) estudantes, como já foi mencionado anteriormente.

Tomando as fases de execução do Programa, nesse segmento, observamos que:

- Chamada Pública:

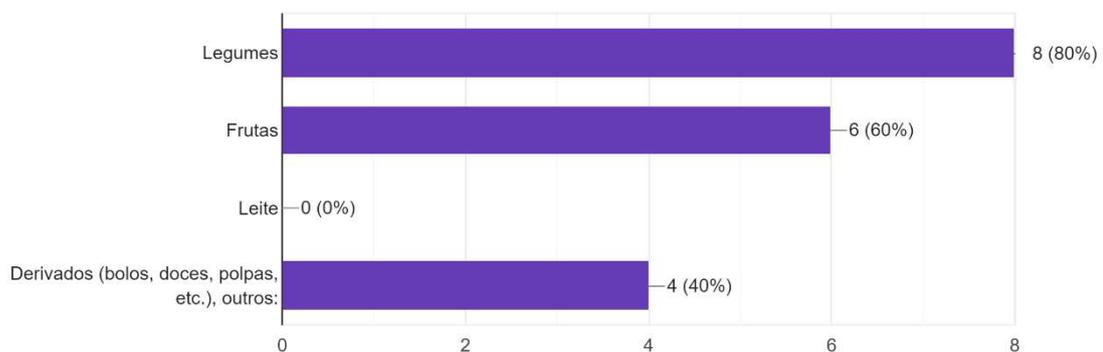
O edital de Chamada Pública é o primeiro contato que o Programa tem com os(as) agricultores(as), assim, sua divulgação é essencial para que os mesmos possam se cadastrar. Nesse sentido, 50% dos(as) entrevistados(as) afirmaram que ficaram sabendo do Programa através de conversa com colegas, 30% através dos meios de comunicação como rádio e redes sociais, e 20% mencionaram outros meios como a Associação Rural e Movimentos Sindicais.

Além disso, também mencionaram que todo ano (da atual gestão: 2021-2022), a coordenação do programa entra em contato também, reforçando o convite para o cadastramento.

- Projeto de Venda:

Como mencionado anteriormente, esse documento, que é de responsabilidade do(a) agricultor(a) interessado(a) em participar do programa, é elaborado com auxílio da Coordenação. Nele contém, especialmente, os produtos que poderão ser fornecidos durante o ano, e o valor limite de venda, sendo:

Figura 23 – Tipos de produtos vendidos ao Pnae pelos(as) agricultores(as) entrevistadas



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados fornecidos nas entrevistas (2023).

Em relação aos legumes foram citados: macaxeira, batata doce, jerimum, chuchu, alface, cheiro verde, cebolinha, abobora e feijão verde. As frutas: banana, mamão e goiaba, e os derivados: bolo, sequilho, pão de queijo e pipoca.

O limite individual de venda do(a) Agricultor(a) Familiar era de \$ 20 mil por DAP/ano/Entidade Executora, em 2019, sendo alterado para R\$ 40 mil por DAP/ano/Entidade Executora, através da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 (alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021). A grande maioria dos(as) entrevistados(as) não conseguiram atingir nem a metade desse montante, Sr.^a Chanana diz: *“Porque eles lá estipulam um valor, por exemplo, até 15.000 reais, desses 15.000 reais eu num entrego 6.000 durante o ano”*, e Sr. Palma complementa: *“muita gente bota o pedido todim, porque o pedido meu era pra dá 11.000, aí comprar 1.800 é muito”*.

Porém Sr.^a Chanana menciona que na gestão passada, ela conseguiu vender quase o valor limite total: *“Antigamente a gente fazia 20.000 a DAP, mas a entregava 14, 16, 18, quase chegando os 20.000”*. Sr. Hibisco também reforça essa informação dizendo: *“E na gestão passada, se eu não estiver enganado, botei 11.000 e alguma coisa”*.

Os motivos para compreender tal discrepância podem ser diversos: valor repassado pelo FNDE, gestão do recurso quanto a aplicação na agricultura, número de agricultores cadastrados, e até mesmo fatores políticos (mencionados em alguns momentos das entrevistas).

- Entrega dos produtos:

Na atual gestão, a coordenação montou um esquema de entrega, onde, quando surge a demanda no cardápio, liga-se para os(as) agricultores(as) cadastrados(as) por ordem alfabética solicitando a entrega e a quantidade de tal produto, quando não possuem já repassam o pedido para o(a) próximo(a). Essa dinâmica, pode ter favorecido um sistema mais justo e igualitário de pedidos junto aos(as) produtores(as), porém, a maioria dos(as) entrevistados(as) não o julgaram positivo, pois, segundo os(as) mesmos(as) acaba demorando muito de pedido a outro. Dona Caruru ressalta que: *“se fosse todos os mês (os pedidos), eu ganhava bem que só, mas é 3, 4, 5 meses, 6... porque diz que é em ordem alfabética, daqui que chegue no Maria”*.

Dona Clitória menciona que em 2021 o programa fazia pedidos mensais, já em 2022 ela conseguiu fazer três entregas apenas. Já dona Ora-pro-nobis, entregou em 2021, nove pedidos, e em 2022, apenas três. E Chanana ainda destaca que nessa atual gestão: *“os pedido são muito pouco, muito pouco mesmo. A demora é muito grande de um período para outro, passa até de 3 meses para você ter outro pedido”*.

Todavia, seu Palma afirma que em 2021 foi muito bom para ele, onde *“muitas vezes eu tinha que arrumar um outro parceiro meu que botava também, porque eu não tinha a quantidade que eles pediram”*. Já 2022 foi péssimo, como ele retrata, ao dizer que: *“eu deixei de entregar, porque não compensava, eles queriam que eu levasse 50 kg de jerimum, aí compensa? Pra você receber com 30, 60 dias, aí num cobre nem a despesa do combustível, do transporte”*.

Na gestão anterior (2019-2020) muitos afirmaram que foi um período melhor, pois conseguiram realizar mais entregas, como ressaltam Clitória, Tupinambo e Chanana, respectivamente:

“Na de Argemiro, a gente botou mais, teve essa vantagem, que foi pediram mais vezes, do que nessa agora, nessa atual viu?”

“Mas se percebe que na gestão passada, eles compravam mais do agricultor, a diferença é discrepante, entendeu?”

“Porque no tempo de Argemiro, o Pnae era mais valorizado, os produtos eram mais caro, e eles pediam mais e com mais frequência, aí dava para ter uma base assim de todo, de ter um valor x até o fim do ano, mas agora tá muito pouco os pedidos”.

Não foi possível, porém, por falta de dados, identificar como era a estratégia de organização dos pedidos realizados na gestão do Prefeito Argemiro Sampaio, para então podermos compreender o motivo de tal diferença. Concomitantemente, dentre os(as) entrevistados(as), houve dois relatos que foram contrários aos demais, afirmando que não fizeram nenhuma entrega nesse período.

Ademais, um fato comum a ambas as gestões, é a forma de entrega dos produtos, em que os(as) próprios(as) agricultores(as) é quem realizam todo processo de entrega: desde a preparação, embalagem, pesagem e entrega até a Secretaria de Educação.

- Pagamento:

Em relação ao pagamento, todos(as) relataram atrasos no pagamento, já que o prazo mínimo dado pela Coordenação era de 15 dias, mas em ambas as gestões, houve atrasos de um mês, 45 dias, dois meses. Para os(as) destinatários(as) que recebem encomendas de bolos, sequilhos e pão de queijo, por exemplo, o atraso atrapalha bastante, pois muitas vezes eles(as) precisam fazer um empréstimo para comprar a matéria-prima para produção da entrega, atrasando também o pagamento a terceiros. Além disso, o atraso também prejudica a administração dos recursos domésticos e investimentos para as próximas produções.

Outrossim, foi possível identificar junto aos(às) entrevistados(as), os pontos positivos e os pontos negativos, listados no quadro abaixo:

Quadro 9 – Pontos positivos e negativos do Pnae segundo os(as) agricultores(as)

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Melhoria da renda	Gastos com transporte
Contribuição com a melhoria da alimentação das crianças	Poucos pedidos
Incentivo a agricultura familiar	Poucos funcionários públicos na execução do programa
Os preços pagos pelos produtos	Atraso do pagamento
	Interferência política
	Não ouvir os agricultores

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com as entrevistas realizadas (2023).

Em meio as considerações levantadas sobre a execução do Programa e o impacto do mesmo na vida dos(as) destinatários, no que tange a dimensão institucional-política, destacamos três para um aprofundamento: Interferência política e Corrupção; Participação do(a) agricultor(a) na implementação do programa; e Sentimento de contribuição com a alimentação saudável dos(as) alunos(as).

Os discursos sobre interferência política ou “politicagem” foram presentes em algumas conversas com os(as) agricultores(as), e por ser um fator muito presente, como sabemos, nas relações de poder da administração pública, vi a necessidade de discorrer sobre.

Apesar de dois dos princípios básicos da Administração Pública (Impessoalidade e Moralidade) presentes no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, ressaltarem a necessidade de o Estado agir de modo imparcial, sem se distanciar da moral e da boa-fé, é muito comum vermos ainda resquícius das formas de coerção e de subordinação que fundamentaram ou fundamentam disputas eleitorais e de espaços de poder nos municípios.

Ouvi em muitos relatos, casos de pessoas do poder público beneficiando pessoas que não eram agricultores, vereadores que trocavam cadastrados por votos, e assim por diante, como esses:

Sr. Palma: “primeiro ano foi ótimo, até porque foi feito com quem realmente era envolvido na agricultura. Se não plantasse diretamente, mas negociava, chegava numa roça que era acostumado a comprar, mas quando foi no ano seguinte já foi botando “não, aquele fulano, tem essa casa de fulano que já tem tantos votos, vou botar”. aí começou se alastrar demais

com pessoas que num tinha nada a ver com agricultura, gente empregado que botava lá porque era uma vantagem”.

Sr. Mandacaru: *“Teve vereador na última campanha, que ofereceu a vários atravessador, que se conseguissem 30, 40 votos, eles colocavam no Pnae pra colocar 50 kg de banana. Isso num é certo”.*

Além disso, outro aspecto mencionado foram atitudes corruptas dos(as) próprios(as) agricultores(as), que compravam os produtos de grandes mercados como a Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa/CE)⁹ e revendiam no programa, tomando lugar ou até mesmo lucrando mais do que os que plantavam.

Houve inclusive uma entrevistada que confessou fazer tal ação, ao dizer: *“a gente tem de dizer que planta né? Mas num é não, eu mermo faço é comprar”* (Maxixe, 2023). Esse ponto é reforçado ainda por Seu Palma: *“Se evitasse a interferência política lá dentro se tornaria outro ponto positivo. Se eles disser ‘vamos resolver a distribuição com a ideia dos agricultores’ ai se tornaria um ponto positivo, os que realmente são agricultor, porque eu via quando ia nas reunião, gente que não tinha nada a ver com agricultura”.*

Tais acontecimentos reforçam a necessidade de uma maior fiscalização, tanto do Conselho de Alimentação Escolar, quanto da própria sociedade civil, exercendo seu papel de cidadania na cobrança por políticas públicas eficientes, em que as corrupções precisam ser denunciadas para o cumprimento legal de seu papel.

Outro ponto importantíssimo mencionado por um agricultor em específico, mas que sua fala atravessou outros tantos relatos ao longo da pesquisa, é a participação dos(as) mesmos(as) na implementação e execução da política. Seu Palma (2023) diz o seguinte:

Então, a Secretaria que é responsável por esses produtos deveria ouvir as opiniões dos agricultores, a partir do momento que ele visse todas as opiniões, eu sei que nem todos os agricultor fala, chega lá tem medo de falar [...] Se eles ouvissem o que os agricultor tem a explicar, de acordo com as ideias, a distribuição desses produtos, aí sim. Ai a partir dali eles poderia tomar uma posição, mas não, eles chega lá já com posições imposta, só empurra pra que as pessoas só escutem. Assim fica difícil, como é que você vai para o lugar que você vai decidir uma coisa, que é um produto seu e a sua opinião quando chega lá não tem validade nenhuma?

Uma distribuição de ideias já formada ali, você vai só pra participar, mas suas ideias não serve de nada. Esse é um dos pontos fracos que existe dentro desses programas do governo, já vem de lá tudo formado, “Nós vamos fazer assim, assim, assim, assim” vamos ouvi-los, mas o que eles disseram, a gente só diz que tá bom e eles implantam.

⁹ O Portal do Governo do Estado do Ceará define as Centrais de Abastecimento (Ceasa) como empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado e em uma região.

Essa ideia foi observada em outras falas dos(as) entrevistados(as) ao mencionarem que muitas vezes perderam ou quase chegaram a perder produtos, porque o tempo de colheita não coincidia com os pedidos do Programa. A proposta de ouvi-los é no sentido de que os(as) agricultores(as) são os detentores do conhecimento de suas plantações, cada fase, cada colheita, e que a Coordenação deveria, junto com eles(as), encontrar uma forma de adequar os pedidos aos tempos de colheita.

Nesse sentido, Sr.^a Ora-pro-nobis ressalta o desejo de uma maior comunicação do poder público com eles(as): *“O certo, era eles ver no campus como é a produção, né? Visitar quem produz realmente ou não fazer essa avaliação e ver os preços de mercado lá, mas sendo pra gente debater numa reunião grande quando perto de lançar a chamada pública pra gente ver, não, isso não dá, isso oscila de preço demais, né? “.*

O terceiro aspecto importante visto nos relatos foi a satisfação dos(as) agricultores(as) por saber que seus produtos contribuem para uma alimentação mais saudável, em que esse mesmo motivo torna-se impulso para produzir com mais qualidade. Dona Ora-pro-nobis diz que *“a gente entrega lá na Secretaria, quando é com 3, 4 dias, os netos do caba, ou os fi, tá ali no colégio da Arajara e diz “ei, vó o sequilho chegou lá.” Né bom, né? É por isso que tem que fazer bem feito, porque os próprio neto consume”.*

Seu Tupinambo também revela esse sentimento, dizendo: *“me sinto bem de saber que tem uma criança que tá lá no colégio, tá se alimentando de algum fruto, de algum legume que passou pela minha mão, que eu realmente prantei aquela semente e saber que ali foi obra do nosso trabalho, cara, num tem preço, entendeu?”.* O sentimento de satisfação, de pertencimento e de valorização de seu trabalho é base para a luta e concretização de seus espaços na sociedade.

A agricultura familiar deve ter o espaço e o reconhecimento que merece ter, e ao se apropriar de políticas públicas como o Pnae, é um passo grandioso para a ampliação e conquistas de outras mais, como por exemplo, aumentar o percentual mínimo de 30% para 70%, como ressalta seu Tupinambo.

5.3.3. O Pnae no município de Barbalha: Período da Pandemia

A pandemia da Covid-19 foi um período conturbado para todos nós, tivemos que nos adaptar e inovar as formas de viver num cenário que não podíamos ter contato físico. O uso

da tecnologia intensificou imensamente, ambiente de trabalho, aulas e encontros passaram a ser virtuais, tornando menos difícil a vida durante o *lockdown*.

As políticas públicas também tiveram que se adequar nesse período, não só seu funcionamento, mas também a criação de outras tantas para amenizar o desenvolvimento dos problemas que vieram junto a esse momento. O Pnae, foi uma delas, uma vez que as escolas foram fechadas, e a fome continuava a crescer. A solução encontrada foi a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa (kits) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, amparada pela Lei nº 13.987/2020.

No município de Barbalha, em 2020, de acordo com a Nutricionista, os kits eram iguais para todos os programas (Creche, Pré-escola, Fundamental, Integral, EJA e AEE), pois já tinham os produtos licitados, e eram compostos do estoque seco, ou seja, arroz, feijão, macarrão, óleo, carne, polpa. Já em 2021, foram incluídos kits com produtos da agricultura familiar, onde:

Um mês era o kit da agricultura. No outro mês, era o kit desse outro kit. Teve muita resistência, porque os pais não queriam ir para a escola receber fruta. Só queriam no dia do outro. Muita coisa se estragou, mas a gente tinha que fazer. Aí, o kit da agricultura, ele era diferente para os infantis, que a gente implementou nos infantis o biscoito de polvilho, que não é processado, é natural, porque é feito manualmente. Aí, para os alunos de 2 e 3 anos, a gente fez esse pacotinho de biscoito. Para os alunos de 4 a 5, a gente fez os sequilhos. E para os maiores, a gente entregou o biscoito normal. Tinha a diferença da questão do açúcar, desses outros produtos, né? Aí, acabava que os alunos do infantil recebiam menos coisa do que os alunos maiores, pelo fato dessa restrição do programa. Mas foi basicamente isso. Todos os alunos foram atendidos, até os alunos do EJA, que é o ensino de jovens e adultos. A gente também atende os alunos de uma associação que não tem vínculo com o município. A gente fazia por rota, tinha um dia de cada. A gente recebia da agricultura, no mesmo dia enviava, não ficava nada aqui, porque era muito perecível (Nutricionista, 2023).

Nesse sentido, além de garantir alimentação aos estudantes no período de suspensão das aulas, os gestores ainda precisaram seguir o que determina o art.14 da Lei 11.947/2009 em relação à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Porém esse público também passou por inúmeros desafios quanto a produção e a venda de seus produtos. 40% dos(as) entrevistados(as) afirmaram não ter entregado nenhum pedido, 30% conseguiram realizar entregas, mas bem limitadas, como seu Mandacaru e seu Hibisco relatam:

“Nós entregamos uma certa parte, aí do meio pro fim as aulas suspendeu também. Enquanto tava algumas parte dos aluno, que foi reduzido, né? Os aluno ia uma parte de manhã, outras de tarde, aí diminuiu muito, aí depois também pararam, que tudo era remota. Teve um tempo que a gente entregou nas casa também, com muito cuidado”.

“Ai muitas das vez, por ser difícil a produção e os preço tá em cima, ai às vezes, você quase só entrega para cumprir o compromisso, num ganha, né? Aí foi só essa dificuldade que teve na pandemia”.

Apenas uma agricultora mencionou ter vendido bem nesse período, ressaltando que foi a melhor época: *“a melhor época foi da pandemia, por que também a gente fornecia o que? o produto era 1 kg para cada aluno, né? Aí vinha um pedido grande. Por exemplo, vinha meu pedido, aí vinha, você vai fornecer 800 kg de banana, aí era 1 kg para cada aluno. Aí era um valor maior, porque tinha que dar 1 kg a cada aluno”.* A Coordenadora do Programa ressalta que nesse período, no início da atual gestão em 2021, teve um acréscimo na aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo bem maior a quantidade do que os dias atuais, segundo ela, isso deu por conta dos kits, onde:

Por exemplo, digamos que a Nutricionista manda pra escola 20 kg de chuchu, aí dá pra fazer uma sopa de legumes, que é pros alunos, aí repartia o chuchu e comia na escola mesmo. E pra ir pra casa do aluno, não. Por isso que era maior a quantidade, tinha escola com 800 alunos, aí era 800 kg de chuchu só pra aquela escola, que antes recebia só 30,40 kg (Coordenadora do Pnae, 2023).

Nesse sentido, a manutenção das aquisições do Pnae para agricultura familiar, mesmo com as muitas dificuldades e percalços, foi duplamente necessária. De um lado, contribuiu com a alimentação de estudantes em situação de vulnerabilidade ou vulnerabilizados pelas repercussões da pandemia, e por outro lado, buscou garantir a inserção econômica dos(as) agricultores(as) no mercado das compras públicas em um período em que outros canais de comercialização (feiras livres, por exemplo) tiveram de ser suspensos.

5.4 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental é a mais conhecida e defendida pela maioria dos estudiosos do tema, e está caracterizada pela compreensão e respeito às dinâmicas da natureza. Sachs (2002) com essa dimensão, propõe mecanismos para que a sustentabilidade seja atingida, intensificando a utilização dos recursos potenciais dos vários ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida.

Trata-se então, de preocupar-se com aspectos concretos das limitações dos recursos naturais do planeta Terra, como aponta a ONU (2021) ao afirmar que o reconhecimento do papel da sustentabilidade ambiental no futuro próspero da humanidade, envolve uma ação coletiva, coordenação a todos os níveis, e políticas com uma abordagem integral,

multidimensional e multissetorial. É tanto que esta dimensão está presente em todos os ODS e relaciona-se com as questões fundamentais da luta contra a pobreza, erradicação da fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico, assentamentos humanos, consumo e produção sustentáveis, mudança climática, oceanos e ecossistemas terrestres (ONU, 2021).

Nesse sentido, em dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução A/RES/72/239, pela qual proclamava a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028), com a finalidade de focar os esforços da comunidade internacional para trabalhar, coletivamente, na formulação e implementação de políticas econômicas, ambientais e sociais voltadas à criação de um ambiente propício e ao fortalecimento da agricultura familiar (FAO, 2019).

Estudos da FAO comprovam que a agricultura familiar produz mais de 80% da comida mundial e ao mesmo tempo aumenta a sustentabilidade ambiental da agricultura, preserva e restaura a biodiversidade e os ecossistemas, fornece alimentos tradicionais e nutritivos e contribui para possibilitar dietas equilibradas e manter o patrimônio cultural nas áreas rurais, assim, possuem um potencial único para aumentar a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas alimentares (FAO, 2019).

É nessa perspectiva, que esse tópico, alinhado ao quarto objetivo da pesquisa, observou a contribuição e os impactos da agricultura familiar no âmbito do Pnae, para o meio ambiente. Para isso analisei as seguintes variáveis: informações sobre a área de produção e da propriedade, informações sobre o processo de produção (técnicas, produtos utilizados, fonte de água) e percepções sobre a relação com a terra e agricultura familiar. Ademais, para fortalecer a investigação sobre a agricultura familiar no município foram também extraídos dados junto ao Secretário de Agricultura municipal.

5.4.1. Agricultura familiar no município de Barbalha e suas percepções

Segundo o Secretário de Agricultura foram mapeados cerca de 600 agricultores e mais de 40 comunidades, até o momento da realização da entrevista, todavia, de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)¹⁰ em 2017 foram catalogadas 1.579 unidades de estabelecimentos de agricultura familiar em contraponto a 1.357 unidades de agricultura não familiar em Barbalha.

¹⁰ Dados extraídos da seguinte tabela: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>

Os(as) agricultores(as) familiares apresentam entre si suas diferenças na forma de organização e produção:

*Tem as características dos agricultores, tem aquele de **sequeiro** né, que a gente fala, que produz na época do inverno, para ele e sua família poder se manter o resto do ano, aí já tem aqueles que conseguem produzir, que tem **área irrigada**, que eles já produz o ano todo, né? tem o grande agricultor que ele já é todo modernizado, já é padronizado, já tem seus clientes, ele não tem nem dificuldade de vender, que ele já tem uma organização própria (Secretário de Agricultura, 2023).*

Foi possível identificar dentre os entrevistados esses dois tipos de produtores(as), onde, quem tinha sistema de irrigação e maior organização dentro do estabelecimento apresentaram uma renda maior que os demais. Porém, uma característica comum a todos, foi a demanda por assistência técnica, no qual, até mesmo o Secretário reconheceu que é um grande gargalo para as políticas públicas, e que o município carece de equipe e ferramentas para sua realização.

Muitos são os desafios para o fortalecimento da agricultura familiar no município, do ponto de vista do poder público: carência de corpo técnico, descontinuidade das atividades nas gestões municipais, organização e interesse dos(as) agricultores(as); já do ponto de vista dos agricultores(as): carência de assistência técnica e condições para aumento da produtividade, como uso de tecnologia, por exemplo, interferência de interesses políticos, e falta de organização do setor público.

Todavia é indubitável a contribuição que a agricultura familiar exerce no meio ambiente, especialmente através de suas práticas de cultivo e manejos que proporcionam menor impacto ambiental ao espaço onde se encontram, sem contar com a relação de cuidado e afeto que essas pessoas nutrem e partilham com a Terra em suas comunidades, observada em todos os relatos.

5.4.2. Apreciação sobre formas e técnicas de produção da agricultura familiar

O Censo Agropecuário (IBGE, 2017) mostrou que 757 unidades da agricultura familiar de Barbalha produziam as chamadas “lavouras temporárias”, ou seja, áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (geralmente menor que um ano) e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita.

Nesse sentido, as principais culturas alimentares produzidas são: feijão, milho, jerimum, mandioca, batata doce, andu e fava. Alguns(as) produtores(as) ocupam-se na plantação de hortaliças, como: alface, cebolinha, cheiro verde, chuchu e couve, bem como de

plantas medicinais, principalmente em pequenas propriedades ou quintais produtivos. Além disso, são naturalmente encontradas também as frutas locais: caju, manga, pitomba, acerola, cajá, pequi etc. coletadas de árvores em terrenos privativos ou espalhadas pela Região. E ainda há, em menor quantidade que outrora a plantação de cana-de-açúcar e a produção de alimentos com base no caldo extraído de seus caules (Leite, 2021).

Em relação a área de produção, apenas três entrevistados(as) plantavam em áreas de tamanho de 3,4 e 6 hectares, já os demais produziam em áreas menores que 1 hectare e a grande maioria das propriedades possuem uma Área de Proteção Ambiental (APA). As Áreas de Proteção Ambiental garantem a proteção e conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, onde determinadas atividades são permitidas desde que não representem uma ameaça para os recursos ambientais e processos ecológicos. De acordo com o Instituto Socioambiental (2018) a Unidade de Conservação do município de Barbalha possui uma área de 42.912,33ha, assim como a área total de proteção ambiental da Chapada do Araripe é de 1.063.000,00ha.

Figura 24 – Área de cultivo na comunidade Barro Vermelho em Barbalha/CE



Fonte: Fotografia tirada pela autora nas visitas de campo (2023).

Ainda sobre as áreas de produção dos(as) agricultores(as) destinatários(as) foi constatado que apenas 30% deles(as) plantam em propriedades próprias. O arrendamento, ou

seja, uma espécie de aluguel de terras firmado entre o proprietário das terras e o(a) agricultor(a), foi uma prática que apareceu em 40% das respostas, cujo motivo apresentado foi não possuir área suficiente ou a necessidade de ampliar a produção. Os outros 20% correspondiam a terras emprestadas da família e 10% a produção em Assentamento.

A grande maioria dos agricultores(as) não dispunham de técnicas requintadas de cultivo, muito menos uso de tecnologia. Quando indagados sobre isso, não hesitavam em dizer que era tudo “braçal”, assim, apenas três pessoas responderam utilizar trator, pulverizador e descapinadeira para ajudá-las, ressaltando que as mesmas são as que produzem em grandes áreas, como mencionado anteriormente.

Todavia, um relato comum a todos(as), foi o cuidado e uma forma de interação com a terra e com o meio ambiente, que permitia um entendimento maior e mais claro sobre a plantação. Sr. Tupinambo menciona: *“Você tem que entender solo, clima, né? Tudo isso são fatores que vai favorecer a cultura ou não, [...] Porque todo dia nós estamos aprendendo algo novo, pelo tempo que eu trabalho com mamão e eu vejo que aqui e acolá, eu estou sempre aprendendo, porque que isso tá assim, né? isso tá relacionado com o temperamento de clima, tudo são fatores crucial para qualquer cultura, muda constantemente”*.

Essas maneiras de interação com o meio ambiente são heranças hereditárias, ancestrais, que integram saberes apoiados na valorização dos recursos locais, o qual vem sendo desconstruído através do discurso científico/capitalista do “produzir mais”. Quinteiro e Baldini (2018) ressaltam que o objetivo da ciência aplicada à agricultura ao longo das últimas décadas, tem sido a substituição dos processos ecológicos naturais por um maior controle do ambiente, modo pelo qual se busca diminuir as variáveis dentro dos fatores de produção que afetam as plantas (ou animais) de interesse direto.

O conhecimento empírico dos(as) agricultores(as) é capaz de otimizar a produtividade primária dos ciclos biológicos, gerando tecnologias apropriadas para transformar estes recursos de modo eficiente (Leff, 2000). É o caso das técnicas de “diversificação da produção” em que se planta muitas diversidades de culturas, diferentemente da monocultura; e dos “manejos culturais”, na qual se faz uma mudança de cultura por um determinado período de tempo, numa determinada área da plantação, mencionadas pelos(as) entrevistados(as):

Tupinambo: *“Por que que existe a importância de você fazer os manejos culturais? porque esses manejos culturais é uma forma de você se manter naquela atividade agrícola sem que não falte o sustento, porque se você só tira, tira, tira do solo e não dá o descanso a ele, vai chegar um tempo que você vai plantar e num vai dá nada. Porque agricultura a gente temos que saber respeitar ela”*.

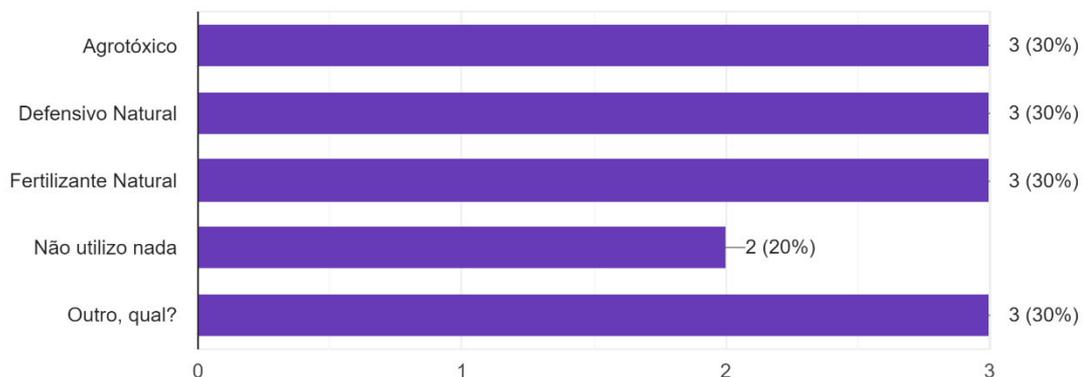
Guandu: “Eu faço o seguinte, eu procuro roçar ela. Depois que roça aí deixa ela secar, eu passo o trator para aí, sim você tá fazendo uma boa agricultura, mas quando você queima, por exemplo, aquele primeiro ano que você queimou num tem problema nenhum, você não vê problema nenhum, mas quando passam 2,3 anos para a frente, aí você vê a terra sem força, sem contar que polui o meio ambiente”.

Em meio as diversas técnicas de produção da agricultura, existe um grande gargalo enfrentado por quem produz: a utilização de agrotóxicos. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Spadotto; Gomes, 2021), anualmente são usados no mundo aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. No Brasil o consumo anual de agrotóxicos tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais, transformando-nos no maior consumidor do mundo desses produtos químicos.

Destaca-se que “o consumo de agrotóxicos relaciona-se diretamente com a adoção do modelo de agricultura intitulado ‘agronegócio’, que é uma relação comercial e industrial atrelada ao mercado internacional e também a produção de *commodities* de exportação” (Melo, 2021, p. 235), porém também está presente nas práticas da agricultura familiar, mesmo que em pequeno número.

No Ceará, 32,6% dos estabelecimentos familiares aplicam agrotóxicos em seus sistemas de cultivo para o de controle de pragas e doenças (Ipece, 2022). No município de Barbalha-CE, de acordo com Maia Filho e Silva (2019) apenas 1,5% das(os) agricultores(as) manifestam empregar adubação química, 26% dos empreendimentos rurais realizam adubação orgânica e 65% afirmam nunca ter utilizado agrotóxicos. Em relação aos atores e atrizes da pesquisa, 30% deles afirmam utilizar agrotóxico – evidenciando o uso mínimo e responsável – , e 70% fazem uso de fertilizantes e defensivos naturais, sejam adubos naturais ou produtos que eles mesmo produzem, como mostra o gráfico a seguir.

Figura 25 – Utilização de produtos nas áreas de produção dos(as) agricultores(as)



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2023).

Nesse sentido, através da adoção de práticas agrícolas mais conscientes, como a diversificação de culturas, a preservação dos recursos naturais, a agroecologia, etc., os(as) agricultores(as) familiares contribuem significativamente para a preservação do meio ambiente e na promoção da sustentabilidade ambiental. A ênfase na produção local, o menor uso de agroquímicos e a manutenção de ecossistemas saudáveis são elementos fundamentais dessa contribuição, além da educação intergeracional sobre o cuidado com a natureza, e suas próprias relações com ela, vistas nos relatos do Sr. Tupinambo e do Sr. Mandacaru, respectivamente:

*“O município tem que começar a olhar para esses jovens de hoje, essas crianças, né? A questão é ter suporte pra dá condições a essas crianças que amanhã será adultos, a eles ter esse conhecimento nesse sentido de respeitar a nossa mãe, que é a **nossa mãe natureza**, porque quando nós não respeitamos essa mãe que é a mãe natureza, nós vamos pagar muito caro que já tamo pagando, no geral, nós já tamo pagando por isso”.*

*“Aqui (no Assentamento), até hoje a gente, quando **chega uma pessoa e joga uma sacola aí, a gente reclama**, olha, porque aqui a gente não pode deixar uma sacola e não pode deixar um saco. Quantos anos não vai demorar uma sacola, né? Agora hoje, nossos neto não tem aquela mentalidade, mas a gente sempre cobra, sempre ensina”.*

Figura 26 – Paisagem da Chapada do Araripe registrada nas andanças da pesquisadora



Fonte: Fotografia tirada pela autora nas visitas de campo (2023).

Nesse momento destaco duas categorias analíticas importantes, que merecem atenção e posterior aprofundamento: juventude rural e ancestralidade. O conceito de juventude rural pode ser entendido através da perspectiva de atores como Castro (2008; 2009); Valadares *et al.* (2016); Barcellos (2017); Marin (2020), em que, o(a) jovem rural apresenta-se como um ator que reafirma sua identidade atuando por meio das organizações e movimentos sociais aos quais se sente representado, na luta por terra e por seus direitos sociais (Castro, 2008). No caso das entrevistas, percebe-se que essa juventude ainda está sendo criada, através da educação que recebem dos pais/avós enquanto crianças, e na aposta de que os mesmos são, de fato, um futuro promotor para a sustentabilidade no campo.

Já a “ancestralidade” enquanto categoria analítica social tem suas bases e estudos principalmente voltados na educação das relações étnico-raciais, onde autores como: Oliveira (2012); Pimenta, Passos e Silva (2022); Tszesniosk, Queluz (2023), mas que também está no cerne das praticas, ensinamentos e literaturas que relatam o modo de vida dos povos originários, como Acosta (2011) e Krenak (2019; 2022).

Oliveira (2012) observa que a filosofia da ancestralidade se articula na estratégia de resistência política e cultural, além de fundamentação ética, estética e epistemológica. Ou seja, é algo que tem relação com o universo em sua totalidade. Ademais, Acosta (2011) na perspectiva do Bem Viver traz a ancestralidade forma de recuperação de saberes que rompem com o alienante processo de acumulação capitalista atual.

Dessa forma, a ancestralidade é demonstrada aqui, através dos relatos dos(as) agricultores(as), como um saber precioso da forma de cuidar e interagir com o meio ambiente, onde a agricultura é a ferramenta potencial dessa conexão. Logo, as técnicas, saberes, formas, modos de plantar, de colher, de interação com o meio ambiente, são regidos por essa base ancestral.

Portanto, as práticas da agricultura familiar desempenham um papel fundamental na promoção da sustentabilidade e da preservação ambiental, seja nas formas de produção, seja na sua ligação com as comunidades locais, no uso eficiente dos recursos naturais ou nos seus saberes ancestrais que contribuem para a resiliência dos sistemas agrícolas diante das mudanças climáticas e de outros desafios ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mesmo que o mundo fosse se desintegrar amanhã, ainda assim plantaria minha macieira”
(Martinho Lutero).

Este trabalho se dedicou a fazer uma análise das percepções e avaliações que os(as) agricultores(as) destinatários(as) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tinham sobre o mesmo, buscando evidenciar as formas de impacto da aquisição de seus produtos, tomando como base as quatro dimensões da sustentabilidade que a abordagem avaliativa de políticas públicas “Avaliação com Base na Sustentabilidade” propõe.

Ao longo da análise, evidenciou-se que a integração de produtos locais na alimentação escolar não apenas fortalece a segurança alimentar nas escolas, mas também emerge como um vetor transformador nas comunidades rurais. Os resultados revelaram que a inclusão da agricultura familiar no Pnae, justaposta em dois de seus pilares, não só contribui para a diversificação da dieta escolar, enriquecendo-a com alimentos frescos e de qualidade, mas também promove a geração de renda e o desenvolvimento econômico sustentável nas regiões agrícolas. Além disso, a valorização da produção local fomenta um ciclo virtuoso, incentivando a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e a preservação dos modos de vida tradicionais.

Entretanto, observou-se que desafios persistem, como a necessidade de aprimoramento nas políticas de incentivo à agricultura familiar, a ampliação do acesso desses(as) produtores(as) aos programas governamentais, o aumento do incentivo à produção, através de assistência técnica, e a garantia de preços justos pelos produtos fornecidos. Além disso, outros fatores também estiveram presentes, como a forma de operação do programa, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma comunicação mais horizontal do poder público com os(as) agricultores(as) e a expansão do número de pedidos dos produtos.

Foi perceptível ao longo do estudo aprofundado do Pnae, a partir de artigos, leis, cartilhas educativas presentes no site do FNDE, e das entrevistas com o poder público representado pela Coordenação, a importância dos recursos financeiros advindos de tais políticas de apoio à produção e de proteção social para a reprodução da agricultura familiar do Nordeste, e no município em pecha, em que gera-se estabilidade social em um espaço geográfico historicamente marcado pela pobreza e pela ocorrência de estiagens prolongadas.

Olhar a agricultura familiar sob as lentes das dimensões da sustentabilidade, nesse sentido, permitiu enxergar com mais clareza, suas nuances dentro do território. A dimensão social traz as relações desses atores e atrizes com suas comunidades, suas terras, suas famílias, seus valores e saberes, ao passo que a dimensão econômica apresenta o reflexo do impacto do Pnae nas suas vidas, melhorando suas condições de vida e assim contribuindo para sua permanência na zona rural, o que fortalece a economia local até chegar na sua valiosa colaboração com a economia nacional. A dimensão institucional-política revela as formas de interação com a política pública em questão e os(as) sujeitos(as) políticos que as desenvolvem, demonstrando o potencial desenvolvimento político e cidadão dos(as) agricultores(as) ao reivindicarem seus espaços e direitos. Já a dimensão ambiental demonstra que uma forma sustentável de agricultura familiar, com relações ancestrais de cuidado e comunicação com a terra são essencialmente cruciais para avançarmos na perspectiva de proteção dos nossos recursos naturais, em que a agricultura familiar certamente tem um papel importantíssimo.

E quando olhamos para o pilar do Pnae, que é a promoção da segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar também mostra seu significativo papel. É fato, que a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos no mundo, e não é à toa que organizações como a ONU se comprometeram no apoio global da assistência técnica e de soluções compartilhadas de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Uma vez que, infelizmente, existe uma discrepância no sentido de que os(as) agricultores(as) familiares são um dos grupos sociais mais vulneráveis à fome e à pobreza ao nível global. Logo, para alcançarmos o objetivo de erradicar a pobreza e a fome e alcançar sustentabilidade ambiental nas próximas décadas, precisamos fortalecer esse seguimento.

Diante disso, sugere-se a continuidade de políticas públicas que fortaleçam a relação entre a alimentação saudável – não só nas escolas – e a agricultura familiar, visando não apenas a melhoria da qualidade nutricional da alimentação, mas também o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

Para isso é preciso oportunizar cada vez mais as condições para os(as) produtores(as) produzirem com mais amplitude, em que se necessita de três movimentos: 1. Acesso à terra, principalmente através da Reforma Agrária, pois vê-se o quão discrepante é o tamanho da área de cultivo destinado a agricultura familiar em relação ao agronegócio; 2. Assistência técnica, tecnológica e financeira, que é um dos grandes gargalos da agricultura familiar, uma vez que para aumentar a produção é necessário suporte técnico adequado e uso de tecnologias, além do favorecimento de acesso a recursos financeiros, como o microcrédito.

Ainda nesse ponto, um outro fator que merece atenção é o “repensar” as formas de assistência técnica que o poder público dispõe, que atualmente, se resumem a distribuição de sementes transgênicas e uso de agrotóxicos. E por último, 3. O fortalecimento e o acesso a políticas públicas de fomento à agricultura familiar, que possibilita melhorar a condição de vida desse público, numa perspectiva que gere empoderamento, valorização, e reconhecimento de seu papel para a sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa ressalta a importância de uma abordagem integrada no desenvolvimento dessas políticas públicas, envolvendo setores governamentais, educacionais e agrícolas, para assegurar a sustentabilidade e eficácia do Pnae. Considerando os benefícios identificados, recomenda-se que futuras iniciativas aprimorem a articulação entre esses setores, promovendo uma abordagem holística que reconheça e fortaleça o papel central da agricultura familiar no desenvolvimento local.

Assim, a avaliação do Pnae, no contexto da aquisição de produtos da agricultura familiar, não apenas destacou suas conquistas, mas também delineou caminhos para aperfeiçoamentos. O alcance pleno desses objetivos dependerá da colaboração contínua entre os diversos atores e atrizes envolvidos, visando consolidar um modelo de alimentação escolar que promova não apenas a nutrição adequada, mas também a prosperidade das comunidades rurais.

Outrossim, resalto como achado da pesquisa alguns pontos que merecem reflexões mais aprofundadas, possivelmente no desenvolvimento de trabalhos futuros, como: as mudanças da face do rural, ou seja, as “novas ruralidades” que trazem uma nova perspectiva do ser agricultor(a), agora com ensino superior ou cursos técnicos para melhorar a qualidade da produção; a diminuição do número de filhos, podendo estar relacionada as reflexões de gênero quanto o desenvolvimento e autonomia das mulheres, bem como uma nova concepção social de família; a juventude rural como aposta para um futuro mais promissor na vida no campo; e a ancestralidade enquanto categoria social, em que tais saberes e modos de vida são guardados e continuam a ser repassados entre as gerações.

Nesse sentido, destaco a importância da valorização dos saberes ancestrais da agricultura familiar pelas políticas públicas na promoção da sustentabilidade dos recursos ambientais, posto que há um acúmulo de conhecimentos valiosos sobre práticas agrícolas adaptadas às condições locais, respeitando os ciclos naturais e preservando a biodiversidade ao longo das gerações nas comunidades rurais. Estes saberes constituem um patrimônio cultural

que abrange técnicas de cultivo, seleção de sementes, gestão da água e manutenção do solo, bem como uma interação equilibrada com o ambiente.

Dessa forma, ao reconhecer e valorizar tais saberes, podemos fortalecer as práticas sustentáveis, promover a segurança alimentar e contribuir para a preservação dos recursos ambientais, construindo um caminho mais equilibrado e duradouro para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2011.
- AMORIM, Ana Laura B.; RIBEIRO JUNIOR, José R. S.; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n.4, p. 1134-1145, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrvmJKZqZyCYQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- AQUINO, Joacir R.; ALVES, Maria O.; VIDAL, Maria F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1271/846>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- BARCELLOS, Sérgio B. **As políticas públicas para a juventude rural**: O Pronaf Jovem em debate. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 48, 2017.
- BATISTA, Eraldo C.; MATOS, Luís A. L.; NASCIMENTO, Alessandra B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/download/17910/11692/43632>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- BELEI, Renata A. *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/download/1770/1645/>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; DELGADO, Guilherme C.; **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- BEZERRA, José A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 40, p. 103-115, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SC7wnTqD4ZmVNTq8fj5mmXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BEZERRA, José A. B. Regionalização de cardápios, fortalecimento das economias locais e participação da população na gestão descentralizada da merenda escolar. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 1, n. 51, p. 86-93, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24445>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- BINI, Dienice A. *et al.* A dimensão econômica da sustentabilidade na agropecuária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 95-105 abr./mai./jun. 2018. Disponível

em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1415/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011, 132 p.
BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Brasília, DF. Disponível em: <http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=600>. Acesso em 05 jan. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018**. Brasília, DF. Disponível em: <http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=465>. Acesso em 11 jun. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **Planejamento de cardápios para a alimentação escolar**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL_V8.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Histórico**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Repasses Financeiros por Entidade Executora**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-repasses-financeiros>. Acesso em 02 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em 18 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 67-B, p. 9, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023.** Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 162, p.7, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.660-de-23-de-agosto-de-2023-505126186>. Acesso em 21 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.734 de 23/11/2023.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Brasília, DF: Casa Civil, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14734.htm. Acesso em 06 jan. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 1.979-19 de junho de 2000.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1979-19.htm. Acesso em 02 dez. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.178-36 de 24 de agosto de 2001.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre Programa de Garantia De Renda Mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=2178-36&ano=2001&ato=cc6ATS610MNpWTfb7#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20REPASSE%20DE,A%C3%87%C3%95ES%20DOS%20ESTADOS%20E%20MUNIC%C3%8DPIOS%2C>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de compras da agricultura familiar para o Pnae**. Brasília, DF, 2022, 108 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

<https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Execução do PNAE durante a pandemia**. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2021, 164 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério Zero, v. 1, 2010, 190 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional**. Brasília/DF, 2018, 50 p.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: TCU, 2017, 54 p.

BRITO, Maria Alane P.; LEITE, Maria Laís S.; CHACON, Suely S. “QUEM TEM FOME, TEM PRESSA”: perspectiva da retomada de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 27, n.2, p. 962-980, 2023. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/22836/12254>. Acesso em: 01 jan. 2024.

BRITO, Maria Alane P.; LEITE, Maria Laís S.; CUNHA, Eduardo Vivian. Mulheres da Terra: um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na vida das Agricultoras Beneficiárias do município de Jardim – CE. *In*: LEITE, Maria Laís S. (org.). **Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade**. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEAC, 2021, p. 160-179. Disponível em: <https://claec.org/editora/wp-content/uploads/sites/3/2021/02/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-agricultura-familiar-e-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010, 263 p.

CABRERA, Lilian C.; CALDARELLI, Carlos E. O que conhecemos sobre a pobreza rural? Um panorama bibliométrico sobre a literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador, v. 2, n. 52, p. 274-296, 2022. Disponível em:

<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/7394/4831>. Acesso em: 24 set. 2023.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CARIRY, Rosemberg. **Cariri: a nação das utopias**. Fortaleza: Nação Cariri, 2001.

CARNEIRO, Maria J. “Rural” como categoria de pensamento. **Revista do Centro de Estudos Rurais (RURIS)**, Campinas, v.2, n.1, p. 9-38, 2008. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16818/11529>. Acesso em: 18 set. 2023.

CASSAB, Latif A. Subjetividade & Pesquisa: expressão de uma identidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 181-191, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6844/6326>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CASTRO, Elisa G. Juventud, generación, y prácticas políticas: procesos de construcción de la categoría juventud rural como actor político. **Revista Argentina de Sociología**, Buenos Aires, Argentina, v. 11, p. 50-65, 2008.

CASTRO, Elisa G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CAVALCANTE, Hugo E. D.; SILVA, Maria Ivanda da; REIS JUNIOR, Darlan de O. Relações De Trabalho No Cariri Cearense: escravidão, campesinato e o trabalho “livre” (1855-1872). In: XII Semana de História da FECLESC - UECE, 2016, Quixadá, Ceará. **Anais XII Semana De História Da FECLESC**. Quixadá. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-37946-29082016-111327.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

CAVALCANTI, Paula A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CEARÁ. **Lei Complementar nº 078/2009**. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de Microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Ceará, nº 121, 2009. Disponível em: <https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/LC-78-2009-Regi%C3%A3o-Metropolitana-do-Cariri.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

CEARÁ. Secretaria das Cidades. **Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri Central**, Fortaleza, Ceará, 2008. Disponível em: <https://silo.tips/download/plano-de-gestao-socio-ambiental-do-cariri-central-projeto-cidades-do-ceara-progr>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

CHACON, Suely S. **O Sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007. *E-book*. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/777>. Acesso em 08 dez. 2023.

CHACON, Suely Salgueiro e NASCIMENTO, Verônica Salgueiro de. Para além do (pré)conceito e do discurso. Proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 4 n. 18, p. 62-87, jul./dez. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58750/1/2020_art_sschacon.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

CHAVES, Lorena G. *et al.* Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5MVybpQXBKHG6hyJM3JB5Sg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2023.

CHIODI, Rafael Eduardo; MARQUES, Paulo Eduardo M.; MURADIAN, Roldan S. Ruralidades e Política Ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 2, p. 239-256, 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

COM alta de preços, exportação do agronegócio brasileiro tem recorde em abril. **CNN Brasil**, São Paulo, 20 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-alta-de-precos-exportacao-do-agronegocio-brasileiro-tem-recorde-em-abril/#:~:text=O%20setor%20cafeeiro%20exportou%20734,a%20quantidade%20exportada%20caiu%2020%25>. Acesso em 01 nov. 2022.

COM reajuste, merenda escolar terá mais R\$ 1,5 bilhão em 2023. **Brasil, Planalto**, Brasília, DF, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/com-reajuste-merenda-escolar-tera-mais-r-1-5-bilhao-em-2023>. Acesso em 06 jan. 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Estratégia de segurança alimentar e nutricional da CPLP: Enquadramento e Órgãos para Governança**. Lisboa, Portugal, v. 9, 2015.

CONHEÇA a Chapada do Araripe, que receberá ajuda de fundo de Gisele Bündchen. **CNN Brasil**, São Paulo, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/viagemgastronomia/curiosidades/conheca-a-chapada-do-araripe-que-recebera-ajuda-de-fundo-de-gisele-bundchen/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CORTEZ, Ana I. R. P.; CORTEZ, Ana S. R. P.; IRFFI, Guilherme. **Atividades econômicas e trabalho escravo no Sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX**. In: VII Encontro - Economia do Ceará em Debate - IPECE, 2013, Fortaleza, Ceará. **Anais VII Encontro – Economia do Ceará em Debate**, Fortaleza, Ceará. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/05/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

DISCURSO de posse do presidente Lula no Congresso Nacional. **Luiz Inácio Lula da Silva**, 2023. Disponível em: <https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLHy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FISCHER, Augusto; MARINI, Daniela; FILIPPIM, Eliane S. Perspectivas de Agricultores Familiares para a Permanência na Atividade Rural. **Revista Espacios**, Caracas, v. 37, n.7, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n07/in163707.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FNDE repassa R\$ 399 milhões para refeições de escolas públicas. Brasil, **Ministério da Educação**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33441-alimentacao-escolar/77121-fnde-repassa-r-399-milhoes-para-refeicoes-de-escolas-publicas>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FONTANELLA, Bruno J. B.; RICAS, Janete; TURATO, Egberto R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2023.

FRASER, Márcia T. D.; GONDIM, Sônia M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FREITAS, Alan. F. **Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

GARCIA, Denise S. S.; GARCIA, Heloise S.; CRUZ, Paulo M. Dimensão social da sustentabilidade e a pandemia da Covid-19: uma análise das desigualdades sociais. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 280, n. 1, p. 207-231, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/83685/79370>. Acesso em: 15 out. 2023.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Claudio U. A geografia do *ethos* capitalista no Cariri cearense. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 223, p. 69-80, 2016. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/user/setLocale/fr_FR?source=%2Findex.php%2Fcadernosdoceas%2Farticle%2Fview%2F169. Acesso em: 13 abr. 2023.

GUANZIROLI, Carlos E.; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba-SP, v.50, n.2, p. 351-370, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gYkb6s9xcpqvLLHKRw3PCnn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2023.

GUSSI, Alcides. F. Outras epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v.2, n. 16, p.168-183, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49873>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GUSSI, Alcides. F.; OLIVEIRA, Breyner R. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31897>. Acesso em: 21 nov. 2023.

IBARRA, Ana Carolina R.; PIZZINATO, Adolfo; OLIVEIRA, Manoela Z. Mulheres Agricultoras Do Rio Grande Do Sul: Suas Trajetórias No Contexto Da Produção Agroecológica. **Revista Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 35, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/g7rJW7NcLcrh6pSWj7nS7mG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017: Agricultura familiar**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em 28 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Brasília: Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.51, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102021_informativo.pdf. Acesso em 28 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama, Cidade Barbalha**. Brasília: IBGE, 2021, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Indicadores Sociais do Ceará**. Fortaleza, Ceará, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/04/Indicadores_Sociais_2019_.pdf. Acesso em 25 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe nº 220 – Dezembro/2022: Agricultura familiar e Segurança alimentar no Ceará**. Fortaleza, Ceará, 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/ipece_informe_220_20Dez2022_.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Municipal 2017: Barbalha**. Fortaleza, CE, 2017, 18 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de Conservação no Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1194>. Acesso em 03 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Furb, 2000.

LEITE, Maria L. S. **Uma avaliação de percepção junto a agricultores(as) familiares beneficiários(as) do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-Ce**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016.

LEITE, Maria. L. S. **Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

LOURENÇO, Andréia V.; GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia J. Políticas públicas voltadas às/aos trabalhadoras/es do campo, das florestas e das águas: Precedentes e desmontes. *In: ARTICULAÇÃO NACIONAL DE (org.)*. **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: Uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Rio de Janeiro, 2022. p. 9-48. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ana-2022.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

MAIA FILHO, Ademar. **Territorialização Agroecológica e a Sustentabilidade do Desenvolvimento Rural: Um estudo de caso sobre o Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar de Barbalha**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2019.

MAIA FILHO, Ademar; SILVA, Francisco Mário de Sousa. Educação popular e sustentabilidade: o caso da formação continuada em economia solidária do GESTRAF

Barbalha, Ceará. *In: VI Congresso Nacional de Educação, 2019, Campina Grande. Anais VI CONEDU*. Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60176>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MARCONI, Marina. A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIN, Joel Orlando B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 2, 2020.

MARTINS, Cristiane A. C. A “fila dos ossinhos” na capital do agronegócio brasileiro: o retrato da fome que cresce num contexto de produção de riqueza abundante. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Mato Grosso, v. 8, n. 14, p. 128–146, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/13371>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MEDEIROS, Rosa M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In: MEDEIROS, Rosa M. V.; LINDNER, Michele (Org.). Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios*. Porto Alegre: Evangraf, 2017, p. 179-190. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157422/001016563.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MELO, Renata Vieira de. Uma análise da territorialização dos agrotóxicos na agricultura familiar de Guaranésia-MG. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.31, n. 2, p. 222-247, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/27032>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MENDES, Maria L. N.; FILHO, Ademar M.; PAIVA, Victória R. A.; SANTOS, Shara M. O. Experiências agroecológicas para o bem viver: A trajetória do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar – GESTRAF, Barbalha/Ce. *In: PAIVA, Victória R. A.; CUNHA, Eduardo V.; BRITO, Maria A. P. (org.). Semeando o Esperançar: Desafios da incubação de uma outra economia*. Juazeiro do Norte: UFCA, 2021, p. 49-64. Disponível em: <https://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2021/05/SEMEANDO-O-ESPERANCAR-e-book-atualizado.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Diego C. **Ser-tão “metropolitano”**: Espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. **Um retrato das desigualdades no Brasil hoje**. Brasília, DF: Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, 2023. Disponível em: <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/15cb78c372830623b8fc23e1f18e2412.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Brasília, n. 18, p. 28-47, 2012.

OLIVEIRA, Lucas R. *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 70-82, jan./fev. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/rm7ny98HNftrnRMJpFLddGm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP**. ONU, FAO, 2018. Disponível em: https://www.fao.org/uploads/media/AF_CPLP_FAO.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar**. ONU, FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>. Acesso em 02 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Uma visão da dimensão ambiental dos objetivos de desenvolvimento sustentável na Ibero-América**: Análise dos indicadores para o relatório de La Rábida “Inovação para o desenvolvimento sustentável”. Nova York, Estados Unidos: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2021. Disponível em: https://www.segib.org/ptbr/assets/files/UMA_VISAO_DIMENSAO_AMBIENTAL_ODS_NA_IBERO_AMERICA_PORT.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Número de casos de COVID-19 notificados à OMS**. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://data.who.int/dashboards/covid19/cases?n=c>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PEIXINHO, Albaneide M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p. 909-916, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2023.

PERIN, Gabriela *et al.* Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 25, n.1, p. 9-40, 2022. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/498>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PIMENTA, Renata W. S.; PASSOS, Joana C.; SILVA, Carlos A. S. A Pedagogia da Ancestralidade no ensino de linguagem a partir da Educação das Relações Étnico-raciais. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Mato Grosso, v. 9, n. 21, p. 159-172, 2022.

QUINTEIRO, Mariana M. C.; BALDINI, Karla B. L. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. *In*: SANTOS, M.G.; QUINTERO, M., (org.). **Saberes**

tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 28-49. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zfzg5/pdf/santos-9788575114858-04.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALES, Alice. Chapada do Araripe será a primeira Paisagem Cultural do Ceará. **Eco Nordeste**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/chapada-do-araripe-sera-a-primeira-paisagem-cultural-do-ceara/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SAMBUICHI, Regina H. R. *et al.* Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina H. R. *et al.* (org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: Desafios, oportunidades.** Brasília: IPEA, 2014, p.75-104. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_politicasagroambientais.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

SAMBUICHI, Regina H. R. *et al.* **Programa De Aquisição De Alimentos E Segurança Alimentar:** Modelo Lógico, Resultados E Desafios De Uma Política Pública Voltada Ao Fortalecimento Da Agricultura Familiar. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2019. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

SANTARELLI, Mariana; *et al.* **Da democratização ao golpe:** avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília: FIAN, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Completa-Informe-Dhana.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SANTOS, Cleunice Pereira dos; SILVA, Neilton da. **Políticas educativas e direitos de cidadania:** programa nacional de alimentação escolar. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2021.

SANTOS, Leonor M. P. *et al.* Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MXBt36WJBmXYTH9QLn3SS6q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkW4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. A Agricultura Familiar No Brasil. *In: Serie Documentos de Trabajo, N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo*. Santiago, Chile, 2013. Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In: DELGADO, Guilherme C.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. (org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 82-107. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

SCHOTTZ, Vanessa. A incorporação de princípios de segurança alimentar e nutricional ao programa nacional de alimentação escolar: trajetória e perspectivas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 39, n. 1, p. 80-98, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/89/77>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Jonathan C.; ARAÚJO, Alcemar D. A Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso. **Grau Zero-Revista de Crítica Cultural**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=wy9CBxsAAAAJ&citation_for_view=wy9CBxsAAAAJ:u5HHmVD_uO8C. Acesso em: 18 jul. 2023.

SÍTIOS arqueológicos no Cariri. **Diário Do Nordeste**, Fortaleza, 12 nov. 2007. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/Sítios-arqueologicos-no-cariri-1.406715>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SOUZA, Jamerson R. M. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Oití, Santo Antonio, Alvinho e Floriano**. Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SPADOTTO, Cláudio A.; GOMES, Marco A. F. Agrotóxicos no Brasil. **EMBRAPA**, Brasília, DF, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>. Acesso em 03 jan. 2024.

SPANEVERELLO, Rosani M. *et al.* Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7965>. Acesso em: 13 abr. 2023.

TOYNBEE, Arnold. **A humanidade e a mãe-terra: uma história narrativa do mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

TSZESNIOSKI, Roberta R. B.; QUELUZ, Gilson L. Revisitando a nós mesmos: os caminhos da ancestralidade e temporalidade na construção de uma literatura afrofuturista. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 70, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/75s7h6FdmT57YsDjFZRxZ4H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 mar. 2024.

VALADARES, Alexandre Arbex; *et al.* Os significados da permanência no campo: Vozes da juventude rural organizada. *In: SILVA, Enid R. A. S.; BOTELHO, Rosana U. (org.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016, 329 p. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_miolo_cap02.pdf. Acesso em: 06 mar. 2024.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e possibilidades para a garantia do direito humano à alimentação adequada, saudável e sustentável. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.4, p. 907, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/77WKfsSCtMPXYzV6TQvqK3q/?lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2023.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia M. G. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/gMFTTts3KJSyjkZXBQV6VjM/>. Acesso em 12 nov. 2023.

VENTURA, Magda M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis K.; SEIFERT, Rene E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.569–583, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/r5yWQp4wykg5RWJN9pmxjQJ/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 07 nov. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM
PROFISSIONAIS RELACIONADOS AO PNAE**

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ___/___/2023

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

Cargo: Secretária de Educação do município

II) Sobre o Pnae:

- Há quanto tempo trabalha na gestão municipal? _____
 - Já teve outras experiências na área da educação?
() Sim, quais? _____
() Não
 - Como a senhora avalia a política pública do Pnae para o município? E para a educação?
 - Como a senhora avalia a execução do Pnae no município?
-

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ___/___/2023

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

Cargo: Coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar do município

II) Sobre o Pnae:

- Há quanto tempo trabalha na gestão municipal? _____
- Já teve outras experiências no setor público?
() Sim, quais? _____
() Não
- O Pnae é uma política pública que tem 68 anos de história. Há quanto tempo o município executa o Pnae?
- O município distribui alimentos do Pnae para quantas escolas? E quantos alunos?
- Quantos e quais funcionários formam o corpo do Pnae no município?

- Sobre o tramite do processo de execução do Pnae quanto a aquisição de alimentos da agricultura familiar, me responda:
 - (1) **Repasse orçamentário:** O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa os recursos diretamente ao município. Quais são os critérios? O repasse acontece anualmente? Quais valores repassados e utilizados em 2021 e 2022?
 - (2) **Elaboração do Cardápio:** É realizado um levantamento dos produtos disponíveis da agricultura familiar para compra, quem faz?
 - (3) **Chamada pública:** Quem elabora o edital? Quais são as informações/exigências contidas no documento? Quem pode participar? Onde é divulgada? Onde eu posso encontra-lo?
 - (4) **Preços de Referência:** Como é realizado essa pesquisa? Quem faz? Os preços estão referenciados a que nicho? São atualizados em que periodicidade? Existe uma tabela disponível com esses valores?
 - (5) **Elaboração do Projeto de Venda:** O que é? Quem elabora? Quais itens devem constar no projeto? Existe alguém que auxilia os agricultores a fazer?
 - (6) **Recebimento do Projeto de Venda:** Como é realizada esta etapa? Quais são as documentações exigidas? Os agricultores costumam participar em grupos ou individualmente? Se em grupos, formais ou informais?
 - (7) **Seleção dos Projetos de Venda:** Como é realizado esse processo? Quais critérios seguidos? Tem alguma prioridade?
 - (8) **Assinatura do contrato:** Quais as principais informações contidas no documento? Qual período?
 - (9) **Entrega dos produtos:** Como é realizada esta etapa? Existe um chamamento a cada momento de entregar, ou os produtos tem um calendário? Qual a periodicidade de entrega dos produtos? Como acontece a entrega, o deslocamento? Eles assinam algum documento no ato da entrega? Quais são os padrões de qualidade exigidos? Como os produtos precisam ser entregues? É realizada alguma amostra para controle de qualidade, quando necessário (no caso de exigências sanitárias)?
- Esse é o mesmo tramite legal para os produtos que não são advém da agricultura familiar?
- De onde vem os alimentos adquiridos pelo Pnae?
- Qual percentual dos recursos é destinado a aquisição de alimentos da agricultura familiar?

- Quantos agricultores estão cadastrados no Pnae nos anos de 2021 e 2022? Quantos fornecem/forneceram nos anos de 2021 e 2022?
- A senhora sabe informar, se existem produtos advindos da agricultura familiar que são agroecológicos ou orgânicos?
- Como a senhora observa o incentivo a aquisição de alimentos da agricultura familiar? É priorizada?
- A senhora acredita que a compra desses produtos da agricultura familiar melhorou a alimentação desses alunos? Porque?
- Como aconteceu a execução do Pnae na época da pandemia? 2021 e 2022?
- A senhora percebe se houve um acréscimo ou diminuição da aquisição dos alimentos da agricultura familiar durante a pandemia?
- Atualmente, o município possui um Conselho de Alimentação Escolar (CAE)? Quem são? O que fazem?
- Em relação as ações educativas sobre alimentação adequada e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, como o município se encontra? Realiza ou já realizou?
- Como a senhora avalia a execução do Pnae no município?
- Como a senhora avalia a política pública do Pnae para o município de forma geral: estudantes e produtores?

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ___/___/2023

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

Cargo: Representante do Conselho de Alimentação Escolar do município

II) Sobre o Pnae:

- Há quanto tempo vocês atuam no Pnae do município? _____
- Quais desses públicos compõem o CAE do município?
 - () Poder Executivo municipal, quem? _____, quantos? _____
 - () Poder Legislativo municipal, quem? _____, quantos? _____
 - () Professores, quem? _____, quantos? _____
 - () Pais de alunos, quem? _____, quantos? _____

- () Sociedade civil, quem? _____, quantos? _____
- Qual é a função do CAE? Quais são as atividades que desempenham no Pnae?
 - Quais dessas funções são realizadas, e como é o processo?
- () Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e o cumprimento das diretrizes e objetivo do Pnae. Descreva: _____
- () Zelar pela qualidade dos alimentos em especial quanto às condições higiênicas.
Descreva: _____
- () Zelar pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos. Descreva: _____
- () Comunicar aos órgãos de controle qualquer irregularidade constatada na execução do programa. Descreva: _____
- () Realizar reuniões, inclusive específica para apreciação da prestação de contas.
Descreva: _____
- () Elaborar Regimento Interno. Descreva: _____
- () Elaborar Plano de Ação. Descreva: _____
- Como é sua relação com o poder público, no caso a secretaria de educação e coordenação do Pnae?
 - Como é realizada a eleição do Conselho? Qual a periodicidade?
 - Qual é a relevância do CAE para o Pnae?
-

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ___/___/2023

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

Cargo: Nutricionista do Pnae

II) Sobre o Pnae:

- Há quanto tempo trabalha na gestão municipal? _____
- Já teve outras experiências no setor público?
 - () Sim, quais? _____
 - () Não
- Quais são as atividades que o(a) senhor(a) executa dentro do Pnae?
- Como é elaborado o cardápio alimentar dos alunos?
- A cultura alimentar local é contemplada no cardápio?
- Quais são os alimentos locais que sempre estão no cardápio?

- Qual a quantidade de frutas e hortaliças os alunos consomem semanalmente, de acordo com o cardápio?
 - O(a) senhor(a) acredita que a compra dos produtos da agricultura familiar melhorou a alimentação dos alunos? Porque?
-

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ___/___/2023

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

Cargo: Secretário de Agricultura do município

II) Sobre a agricultura familiar em Barbalha-ce:

- Há quanto tempo o senhor trabalha no setor público? _____
- E na agricultura?
- O senhor sabe, qual número de agricultores familiares, aproximadamente, possui no município?
- Qual a importância da agricultura familiar para o município de Barbalha? Em termos econômicos, ambientais, culturais, sociais...
-

III) Sobre políticas públicas e Pnae:

- Quais são as atividades que a Secretaria desenvolve junto aos agricultores do município?
- Como o senhor avalia a participação e o acesso dos agricultores às políticas públicas no município?
- Qual o trabalho de assistência a esses produtores é desenvolvido pela Secretaria de Agricultura?
- No caso do Pnae, por exemplo, que os agricultores muitas vezes precisam de processamento, embalagem, noção de precificação, etc. existe algum tipo de assistência?
- Qual maior demanda ou problemática que o senhor percebe com os agricultores?
- O senhor sabe se existe algum tipo de produção agroecológica ou orgânica no município?
- Como foi o período da pandemia na zona rural? O senhor notou mais dificuldades no acesso as políticas públicas? A saúde? A alimentação? Como o poder público contribuiu nesse momento?
- Como o senhor avalia a existência das políticas públicas para a agricultura familiar?

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES E
AGRICULTORAS BENEFICIÁRIAS DO PNAE**

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ____/____/2023

Comunidade: _____

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

II) Objetivo 1: Dimensão Social

• Gênero:

Feminino Masculino

• Cor:

Branco(a) Preto(a) Pardo(a) Indígena

• Idade:

20 à 35 anos 35 à 50 anos 50 à 65 anos
 65 à 75 anos outro

• Escolaridade:

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo
 Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo
 Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo

• Estado civil:

Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) Viúvo(a)
 União Estável

• Filhos?

Sim, quantos? _____ Não

• Escolaridade dos(as) filhos(as):

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo
 Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo
 Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo
 Não sabe informar

• Profissão dos(as) filhos(as):

Agricultor(a) Outro, qual: _____

• Habitação:

Um ano antes de entrar no Pnae	Último ano integrando o Pnae
---------------------------------------	-------------------------------------

<p>1. A casa onde o(a) senhor(a) mora é: <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Cedida</p> <p>2. Quantas pessoas moram com o(a) senhor(a)? <input type="checkbox"/> Moro sozinho(a) <input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 7 <input type="checkbox"/> 8 a 10 <input type="checkbox"/> + 10</p> <p>3. Quantos cômodos tem na sua casa? <input type="checkbox"/> 1 à 3 <input type="checkbox"/> 3 à 4 <input type="checkbox"/> 4 à 5 <input type="checkbox"/> 5 à 6 <input type="checkbox"/> + de 6</p> <p>4. Quais desses itens possuem na sua casa? (marque quantos tiver) <input type="checkbox"/> 1 quarto <input type="checkbox"/> 2 ou mais quartos <input type="checkbox"/> 1 banheiro <input type="checkbox"/> 2 ou mais banheiros <input type="checkbox"/> Celular <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Computador <input type="checkbox"/> Televisão <input type="checkbox"/> Transporte próprio (moto ou carro)</p> <p>5. Qual a fonte de abastecimento de água da sua moradia? <input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (encanada) <input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (não encanada) <input type="checkbox"/> Chafariz comunitário <input type="checkbox"/> Poço ou nascente <input type="checkbox"/> Caminhão pipa <input type="checkbox"/> Cisterna <input type="checkbox"/> Açude/barragem/rio/cacimba/barreiro <input type="checkbox"/> Outra forma, qual:</p>	<p>1. A casa onde o(a) senhor(a) mora é: <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Cedida</p> <p>2. Quantas pessoas moram com o(a) senhor(a)? <input type="checkbox"/> Moro sozinho(a) <input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 7 <input type="checkbox"/> 8 a 10 <input type="checkbox"/> + 10</p> <p>3. Quantos cômodos tem na sua casa? <input type="checkbox"/> 1 à 3 <input type="checkbox"/> 3 à 4 <input type="checkbox"/> 4 à 5 <input type="checkbox"/> 5 à 6 <input type="checkbox"/> + de 6</p> <p>4. Quais desses itens possuem na sua casa? (marque quantos tiver) <input type="checkbox"/> 1 quarto <input type="checkbox"/> 2 ou mais quartos <input type="checkbox"/> 1 banheiro <input type="checkbox"/> 2 ou mais banheiros <input type="checkbox"/> Celular <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Computador <input type="checkbox"/> Televisão <input type="checkbox"/> Transporte próprio (moto ou carro)</p> <p>5. Qual a fonte de abastecimento de água da sua moradia? <input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (encanada) <input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (não encanada) <input type="checkbox"/> Chafariz comunitário <input type="checkbox"/> Poço ou nascente <input type="checkbox"/> Caminhão pipa <input type="checkbox"/> Cisterna <input type="checkbox"/> Açude/barragem/rio/cacimba/barreiro <input type="checkbox"/> Outra forma, qual:</p>
---	---

II) Objetivo 2: Dimensão Econômica

- Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

<input type="checkbox"/> Nenhuma renda	<input type="checkbox"/> Até 1 salário-mínimo (R\$ 1.302,00)
<input type="checkbox"/> 1 salário-mínimo e meio (R\$ 1.953,00)	<input type="checkbox"/> 2 salários mínimos (R\$ 2.604,00)
<input type="checkbox"/> 3 salários mínimos (3.906,00)	<input type="checkbox"/> + de 3 salários mínimos

- Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

<input type="checkbox"/> Nenhuma renda	<input type="checkbox"/> Até 1 salário-mínimo (R\$ 1.302,00)
<input type="checkbox"/> 1 salário-mínimo e meio (R\$ 1.953,00)	<input type="checkbox"/> 2 salários mínimos (R\$ 2.604,00)
<input type="checkbox"/> 3 salários mínimos (3.906,00)	<input type="checkbox"/> + de 3 salários mínimos

- Qual(is) são as fontes de renda da sua família?

<input type="checkbox"/> Bolsa Família	<input type="checkbox"/> Pensão/Aposentadoria
<input type="checkbox"/> Atividade Agrícola	<input type="checkbox"/> PAA
<input type="checkbox"/> Pnae	<input type="checkbox"/> Feiras/Vendas de produtos agrícolas

- () Outros programas sociais, quais? _____
 () Outras, quais? _____

- Qual valor aproximado das vendas dos produtos agrícolas por mês?

Antes de entrar no Pnae		Depois de entrar no Pnae	
() Nenhuma renda	() Até 300,00	() Nenhuma renda	() Até 300,00
() Até 600,00	() Até 1.000,00	() Até 600,00	() Até 1.000,00
() Até 2.000,00	() + de 2.000,00	() Até 2.000,00	() + de 2.000,00
() Não sabe responder		() Não sabe responder	

- Como o(a) senhor(a) usa o dinheiro que recebe do Pnae?
 () Custeia as despesas de casa, quais? _____
 () Investe em produção agrícola () Guarda para investimentos futuros
 () Guarda para emergências () Gasta com Lazer
 () Outro, qual? _____

III) Objetivo 3: Dimensão Institucional-política

- Desde quando o(a) senhor(a) participa do Pnae? _____
- Quais programas/políticas governamentais para a agricultura familiar, o(a) senhor(a) participa?

- () Pronaf () PAA
 () Pnae () Outros, quais? _____

- O(a) senhor(a) participa de alguma atividade política/cidadã?
 () Associação de Trabalhadores () Sindicato dos Trabalhadores
 () Partido Político () Movimento Social
 () Não participo () Outro, qual? _____

- Como o(a) senhor(a) ficou sabendo do Pnae?
 () Prefeitura () Assistência Técnica
 () Conversa com colegas () Meios de comunicação (TV, rádio, internet, etc.)
 () Outros, quais? _____

- Porque o(a) senhor(a) decidiu participar do Pnae?
 () Preço pago pelos produtos () Garantia de venda dos produtos
 () Convite da Prefeitura () Recomendação de alguém
 () Renda extra () Outro, qual? _____

- O(a) senhor(a) sabe a quem se destina os produtos comprados pelo Pnae?
 () Sim () Não

- Qual a periodicidade de entrega dos seus produtos?
 () Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente
 () Semestralmente () Anualmente () Não tem periodicidade fixa
 () Outro, qual? _____

- Quais são os produtos que o(a) senhor (a) vende ao Pnae?
 () Legumes, quais? _____
 () Frutas, quais? _____

- () Leite
 () Derivados (bolos, doces, polpas, etc.), outros: _____
-

- Algum produto do senhor é processado?
- () Sim, qual? _____ () Não

- Qual modalidade de venda o (a) senhor(a) participa?
- () Individualmente () Grupo Formal (Cooperativa/Associação)
 () Grupo Informal (organização com Dap física)
 () Outro, qual? _____

IV) Objetivo 4: Dimensão Ambiental

- Qual o tamanho da área total da propriedade? _____
 - Qual o tamanho da área de plantio? _____
 - Qual o tamanho da área de florestas/áreas de proteção? _____
 - Qual o tamanho da área destinada à produção animal? _____
 - A condição da terra em que produz é:
- () própria () Arrendada () meeiro () Assentamento
 () Ocupada () Outro, qual? _____

- O(a) senhor(a) recebe assistência técnica para ajudar no cultivo?
- () Sim () Não

- O(a) senhor(a) utiliza algum desses produtos na sua plantação?
- () Fertilizante Químico () Fertilizante Natural
 () Defensivo Químico (Agrotóxico) () Defensivo Natural
 () Outro, qual? _____

- O(a) senhor(a) realiza queimadas para limpar o terreno do plantio ou outros?
- () Sim () Não

- O(a) senhor(a) já realizou queimadas para limpar o terreno do plantio ou outros?
- () Sim, porque? _____
 () Não, porque? _____

- Qual a fonte de água para sua área de plantio?
- () Rede de fornecimento pública (encanada) () Cisterna
 () Poço ou nascente () Chuva (sequeiro)
 () Açude/barragem/rio/cacimba/barreiro
 () Outra, qual? _____

- O(a) senhor(a) utiliza alguma tecnologia para o plantio/produção animal?
- () Sim, qual? _____ () Não

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM AGRICULTORES E AGRICULTORAS DESTINATÁRIAS DO PNAE

Número do Questionário: _____

Data da Entrevista: ____/____/2023

Comunidade: _____

I) Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome: _____

Contato: _____

II) Objetivo 1: Dimensão Social

- Desde quando o(a) senhor é agricultor(a)?
- Como se sente dentro dessa profissão?

III) Objetivo 2: Dimensão Econômica

- Participar do PNAE ajudou na melhoria da renda?
- Nesse tempo participando do PNAE, o(a) senhor realizou alguma realização material importante para você, ou sua família? Qual? Quando?
- O(a) senhor(a) acha justo o valor pago pelos seus produtos no programa?
- O senhor percebe alguma diferença nos valores das compras feitas pelo PNAE nos anos de 2019 e 2020?

IV) Objetivo 3: Dimensão Institucional-política

- Como o(a) senhor(a) se sente participando do programa?
- O que o(a) senhor(a) acha dos programas/políticas públicas destinadas a agricultura familiar?
- Como o(a) senhor(a) se sente participando da associação/sindicato/movimento social/partido político?
- Foi fácil se cadastrar no Pnae? Como o(a) senhor(a) fez?
- Me conta como o(a) senhor(a) faz durante essas fases?
 1. Chamada pública (onde o(a) senhor(a) viu? Como soube?)
 2. Projeto de Venda (é feito? Como? Quem auxilia?)
 3. Preparação dos produtos [processamento, embalagem] (como é feita?)
 4. Entrega dos produtos (como é realizada? Alguém auxilia?)
- O(a) senhor(a) percebe alguma diferença entre o ano de 2019 e 2020 para o período de 2021 e 2022?
- Como foi participar do Pnae na Pandemia? Como funcionava?
- O(a) senhor(a) sabe o que é segurança alimentar?

V) Objetivo 4: Dimensão Ambiental

- Como é a sua relação com a terra? Com sua propriedade? Sua produção?
- O(a) senhor(a) acha que a agricultura contribui com o meio ambiente? Porque?
- Quais são as técnicas de cultivo/criação de animais/produção, o(a) senhor(a) utiliza?
- O(a) senhor(a) já precisou o derruba alguma arvore nativa na sua propriedade?
- O(a) senhor(a) acha que programas como o Pnae contribuem para a preservação do meio ambiente?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “MÃOS DE QUEM PLANTA, COLHE E ENTREGA: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE”, cujo objetivo é “AVALIAR O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) QUANTO AO IMPACTO DA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NA VIDA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE, NO PERÍODO DE 2019 A 2022”.

A pesquisa será realizada por meio de um Roteiro com **perguntas abertas e fechadas** que **serão gravadas** com o uso de celular ou aparelho gravador.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Maria Alane Pereira de Brito, (88) 9 99213223, alanebrito95@gmail.com

PESQUISADORAS ASSISTENTES:

Suely Salgueiro Chacon. suelychacon@ufc.br (ORIENTADORA)

Maria Laís dos Santos Leite. lais.leite@ufca.edu.br (COORIENTADORA)

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR ()

NÃO ACEITO PARTICIPAR ()

ASSINATURA DO(A) PARTICIPANTE

ASSINATURA DA PESQUISADORA